

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAED- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ANA PAULA DELGADO DA COSTA

**O REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: UMA ANÁLISE
DOS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES**

JUIZ DE FORA

2014

ANA PAULA DELGADO DA COSTA

**O REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: UMA ANÁLISE
DOS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magrone

JUIZ DE FORA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA DELGADO DA COSTA

O REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: UMA ANÁLISE DOS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em
14/08/2014.

Membro da banca - Orientador Prof. Dr. Eduardo Magrone

Prof. Dr. Luiz Carlos Gesqui

Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

Juiz de Fora, 14 de agosto de 2014

Aos meus pais, pela gratidão que sinto.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre me apontar o melhor caminho e por me dar forças para segui-lo.

Aos meus pais, por tudo que sempre fizeram por mim, pela disponibilidade e por serem meu porto seguro.

Ao Daniel, meu esposo, pelo carinho, compreensão e auxílio nos muitos momentos em que precisei.

Aos meus irmãos, Suelem e Vinícius, pelo companheirismo e amizade.

À Gleicy, Mariana e Júnior, por tornarem minha vida mais leve e me fazerem sorrir sempre.

Aos amigos e familiares, que cada um a seu modo, em épocas diferentes da minha vida, contribuíram para a concretização dos meus estudos.

Aos professores Eduardo Condé, Ricardo de Cristófar, Rubens Oliveira e Carlos Elízio Barral Ferreira pela atenção e disponibilidade com que contribuíram para este trabalho.

Aos professores Luiz Flávio Neubert e Carmen Cristiane Borges Losano, por suas valiosas contribuições no processo de qualificação.

Ao professor Eduardo Magrone pelo seu trabalho de orientador deste trabalho e por sua preciosa ajuda na elaboração do Plano de Intervenção.

À Amélia, Ana Paula e Vitor, pela incansável dedicação com que conduziram este trabalho. Por sua paciência e esmero nas inúmeras correções efetuadas.

A eles meu obrigado especial.

A Deus, novamente, por colocar pessoas tão maravilhosas no meu caminho.

Se a educação sozinha não
transforma a sociedade, sem ela,
tampouco, a sociedade muda.

(FREIRE, 2000. p.67).

RESUMO

O presente estudo tem como tema central os Bacharelados Interdisciplinares, um projeto de reestruturação universitária empreendido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e idealizado no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. O objetivo deste trabalho foi avaliar as características de implementação desses bacharelados, bem como os resultados iniciais desse programa, propondo ao final, ações a serem encaminhadas aos gestores da UFJF que possam contribuir para a melhoria do programa implementado. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se de análise documental sobre o programa e autores que debatem o processo de implementação de políticas públicas, a prática docente no ensino superior e o processo de evasão nas universidades. Foram analisados ainda os dados oficiais do programa referentes ao acesso e à permanência dos alunos nos referidos cursos. Observou-se que, apesar dos resultados serem recentes, merecem atenção por parte da gestão da UFJF. A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas com os gestores da UFJF e aplicação de questionários aos alunos dos BI's. Como resultado observou-se que a UFJF enfrenta alguns entraves ao bom andamento do programa, dentre eles: a resistência dos docentes e alunos, questões de ordem administrativa e as dificuldades inerentes aos alunos do ensino superior em relação ao desempenho e condições financeiras. Com base nesses resultados, foi proposto um plano de intervenção em três etapas, compostas por cinco ações, buscando dirimir as principais questões diagnosticadas.

Palavras-chave: REUNI, Bacharelado Interdisciplinar, UFJF.

ABSTRACT

The present study has as its core topic the Interdisciplinary Bachelor Degrees, a Project of college restructuring undertaken by the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) and idealized within the scope of the Support Program to Restructuring Plans and Expansion of Federal Universities (REUNI). The goal to this study was to assess the implementation characteristics of such Bachelor Degrees, as well as its initial results, proposing in the end, actions to be forwarded to the UFJF managers who may contribute to improving the implemented program. In order to develop the research we employed documental analysis about the program and authors who debate the process of implementation of public policies, teaching practices in higher education and the process of evasion at universities. We also analyzed official data from the program referring to the access and permanence of students in the mentioned courses. It was observed that, although the results are recent, they deserve attention by the management at UFJF. Field research was conducted by means of interviews with managers at UFJF and a survey with the students of the Interdisciplinary Bachelor Degree. As a result it was observed that UFJF faces a few hurdles to the proper functioning of the program, among which there are: resistance from professors and students, administrative matters and difficulties which are inherent to higher education in terms of academic achievement and financial condition. Based in these results, an intervention plan was proposed in three stages, composed by five actions, aiming to solve the main diagnosed issues.

Keywords: REUNI, Interdisciplinary Bachelor Degree, UFJF

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por Cor/Raça.....	75
Gráfico 2 – Local de Residência dos Alunos dos BI's antes e depois do Ingresso no Curso.....	77
Gráfico 3 – Renda Familiar dos Discentes	78
Gráfico 4 – Percentual de Alunos que trabalham	79
Gráfico 5 – Dificuldades em relação às disciplinas	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número e Percentual de IES, por categoria administrativa - Brasil e Regiões Geográficas.....	21
Tabela 2 - Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/2007 (valores em milhares de reais)	26
Tabela 3 - Expansão do número de vagas na graduação	31
Tabela 4 - Data de início dos Bacharelados Interdisciplinares da UFJF e prazo de conclusão do curso	36
Tabela 5 - Vagas ofertadas pelo Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design (1º Ciclo) e nos Bacharelados do 2º Ciclo.....	39
Tabela 6 - Vagas ofertadas pelo Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Exatas (1º Ciclo) e nos Bacharelados do 2º Ciclo.....	41
Tabela 7 - Vagas ofertadas pelo Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (1º Ciclo) e nos Bacharelados do 2º Ciclo.....	43
Tabela 8 - Dados agregados de Oferta de Vagas, Inscritos e Ingressantes - Censo da Educação Superior.....	46
Tabela 9 - Informações Situação Discente Censo Superior	47
Tabela 10 – Dados agregados para Cálculo da Evasão	49
Tabela 11 - Taxa de Sucesso na Graduação – 2012	51
Tabela 12 - Resposta dos Discentes à pergunta em relação ao preconceito ..	73
Tabela 13 - Ações promovidas pelo GESQUALI em relação ao Registro Acadêmico dos alunos dos BI's.....	91
Tabela 14 - Treinamento e Aperfeiçoamento Docente.....	95
Tabela 15 - Conferência pela Interdisciplinaridade	98
Tabela 16 - Projeto de Recuperação de Alunos com baixo Rendimento	101
Tabela 17 - Avaliação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil das Especificidades dos BI's.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS

- APES** – Associação de Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora
- BI's** – Bacharelados Interdisciplinares
- BIAD** – Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design
- CAEd** – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
- CAS** – Centro de Atenção à Saúde
- CCS** – Centro de Ciências da Saúde
- CEAD** - Centro de Educação a Distância
- CENSUP** – Censo da Educação Superior
- CTU** - Colégio Técnico Universitário
- ENADE** - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
- GESQUALI** - Programa de Gestão da Qualidade
- IAD** – Instituto de Artes e Design
- ICB** – Instituto de Ciências Biológicas
- ICE** – Instituto de Ciências Exatas
- ICHL** – Instituto de Ciências Humanas e Letras
- IES** – Instituições de Ensino Superior
- IFES** – Instituições Federais de Ensino
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IRA** - Índice de Rendimento Acadêmico
- MEC** – Ministério da Educação
- NDE** – Núcleo Docente Estruturante
- PDE** – Plano de Desenvolvimento da Educação
- PNAES** - Programa Nacional de Assistência Estudantil
- PNE** - Plano Nacional de Educação
- PROAE** - Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
- PROPLAN** - Pró-Reitoria de Planejamento
- PROGRAD** - Pró-Reitoria de Graduação
- PRORH** - Pró-Reitoria de Recursos Humanos
- SIGA** - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
- UAB** - Universidade Aberta do Brasil

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UJF – Universidade de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	19
1.1 O REUNI e o Ensino Superior no Brasil	19
1.2 Diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.....	25
1.3 O REUNI na Universidade Federal de Juiz de Fora.....	27
1.4 Bacharelado Interdisciplinar	32
1.5 Dados referentes ao conjunto dos Bacharelados Interdisciplinares	44
1.6 Abordagem Metodológica	51
2 AVALIAÇÃO DOS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES NA UFJF	54
2.1 Problema Estrutural no Sistema de Registro Acadêmico	55
2.2 As resistências em relação aos Bacharelados Interdisciplinares	63
2.3 Dificuldades enfrentadas pelos discentes do Bacharelado Interdisciplinar na UFJF	74
3 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	86
3.1 1º Etapa - GESQUALI - Promoção do entendimento entre os atores envolvidos	87
3.2 2º Etapa – Capacitação e Divulgação para transformar as resistências.....	92
3.3 3º Etapa – Projetos de Apoio ao Desempenho e Manutenção do Aluno.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
LISTA DE ENTREVISTADOS	109
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE	114

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema central a política pública de expansão e democratização do ensino superior brasileiro. Foi tomado como recorte a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, com foco nos Bacharelados Interdisciplinares - BI's.

O problema norteador do estudo apresenta-se da seguinte forma: quais as dificuldades encontradas pela UFJF na implementação dos BI's, no que tange às variáveis de fluxo e permanência do aluno na universidade pública? A intenção é avaliar as características da implementação do programa, bem como os resultados alcançados pela universidade, quanto às metas pactuadas, no que se refere aos BI's, no Plano de Expansão apresentado ao Ministério da Educação, no momento de adesão ao Programa.

O Programa REUNI foi instituído pelo governo federal em 2007 e possuía, como principal objetivo, reestruturar a educação superior no Brasil, dotando as universidades das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência do aluno, visando a atender uma das ações constantes no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado em 24 de abril de 2007. Dentre as dimensões previstas pelo REUNI, está a ampliação da oferta, reestruturação acadêmico-curricular, renovação pedagógica, mobilidade intra e interinstitucional, compromisso social da instituição e articulação da graduação com a pós (BRASIL, 2007).

A adesão ao programa foi feita de forma voluntária pelas Instituições Federais de Ensino – IFES; cada uma, respeitada a autonomia universitária, apresentou ao Ministério da Educação - MEC um plano próprio de expansão. As propostas apresentadas nesse plano deveriam atender às Diretrizes do Decreto 6.096/2007, baseadas nas seis dimensões citadas no parágrafo anterior, em que cada instituição faria uma combinação de ações no seu plano, conforme suas especificidades (BRASIL, 2007).

A Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF aderiu ao programa no ano de criação do mesmo, em 2007, e propôs, no seu planejamento, a criação de novos

cursos, a ampliação de vagas de graduação e pós-graduação e uma renovação pedagógica, com a criação dos Bacharelados Interdisciplinares (UFJF, 2007).

Entende-se, neste trabalho, que, por ser uma política recente, dissertações com o tema “REUNI” ainda são poucas, mas trata-se de um programa de grande amplitude e importância para o ensino superior. Além disso, muitas pesquisas se limitam-se ao processo de implementação do programa; esta, no entanto, pretende desenvolver uma análise dos resultados do mesmo, ainda que muito recentes. Como o prazo de implementação do programa terminou em 2012, acredita-se que seja útil e benéfico, para a gestão da universidade, um estudo sobre seus resultados.

A autora deste trabalho é também Pesquisadora Institucional da UFJF e responsável pelo preenchimento do Censo da Educação Superior – CENSUP. Ao trabalhar com os dados institucionais, chamaram a atenção da pesquisadora questões como a alta evasão e as baixas taxas de conclusão e demanda em alguns cursos, especialmente nos Bacharelados Interdisciplinares (BI's). Evidencia-se, assim, uma inquietação quanto a algumas possíveis disfunções do REUNI, não previstas na sua idealização, o que motivou o desejo de uma investigação mais apurada.

Para o alcance do objetivo do trabalho, serão analisados dados oficiais do programa referentes a acesso, ou seja, a criação de cursos, ao aumento de vagas, bem como dados referentes à permanência, como taxas de conclusão e evasão. Além disso, pretende-se realizar um diagnóstico da percepção de alunos e gestores quanto ao programa. Nesse sentido, esta dissertação permitirá uma análise das metas previstas e do que foi realizado, ressaltando o ponto de vista da gestão.

Através dos resultados, poderão ser iniciadas políticas de aprimoramento dos objetivos não alcançados ou de correção de resultados não previstos, por meio da elaboração de uma proposta de intervenção, para auxílio dos gestores na administração da universidade. A proposta de intervenção será constituída por um conjunto de ações que visam minimizar as lacunas identificadas no trabalho de campo e que impactam no sucesso do projeto do Bacharelado Interdisciplinar na UFJF.

A delimitação temporal do estudo foi definida como o período compreendido entre 2009 a 2012. Isso porque os Bacharelados Interdisciplinares foram criados em 2009, e o ano de 2012 corresponde ao último conjunto de dados disponíveis no

Censo da Educação Superior que servirá de base de dados para este trabalho. Os cursos foram escolhidos por serem cursos novos, criados em função do REUNI e que já completaram um ciclo, pois possuem duração de dois e meio a três anos. Apesar do período limitado, será possível avaliar um período superior ao de implementação desses cursos.

Por se tratar de um estudo que se propõe a investigar as condições de acesso, fluxo e permanência, opta-se pela utilização da pesquisa quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa mostra-se apropriada para a análise dos dados, como o número de ingressantes, concluintes, evadidos e também para a análise dos questionários aplicados aos alunos. Os questionários foram aplicados a uma amostra de alunos dos BI's, utilizando-se a fórmula de cálculo amostral (equação 3), apresentada na seção 1.6 do capítulo 1, aplicada em uma população de tamanho finito. Já a pesquisa qualitativa, foi pautada em entrevistas estruturadas com um representante da administração superior da UFJF, responsável pelo processo de implementação do REUNI, e com os três diretores dos Institutos que abrigam os Bacharelados Interdisciplinares.

Pretende-se, primeiro, fazer um paralelo entre as metas estabelecidas pela UFJF no Plano de Expansão, enviado ao Ministério da Educação, com os dados reais coletados na universidade. Esses dados foram pesquisados na própria UFJF, junto a Pró-Reitoria de Planejamento, com base nos dados oficiais fornecidos ao MEC no site do Censo da Educação Superior. Os dados estão disponíveis na Pró-Reitoria de Planejamento, através de relatórios consolidados, e também nos sites do MEC.

Após essa primeira análise serão verificados quantitativamente os seguintes indicadores referentes aos cursos de Bacharelado Interdisciplinar, contemplados no plano de expansão: oferta de vagas, número de ingressantes, matriculados, trancados, evadidos e concluintes. Com essa análise, objetiva-se verificar se existe algum resultado que merece maior atenção por parte da gestão da universidade. A escolha desses indicadores justifica-se pelo fato de, através deles, ser possível identificar se existem cursos com baixa demanda ou vagas ociosas (ingressantes), altas taxas de retenção (matriculados, trancados e concluintes) e baixas taxas de conclusão (evadidos e concluintes).

Por fim, serão analisadas as respostas aos questionários, aplicados aos alunos dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design, Bacharelado

Interdisciplinar em Ciências Exatas e Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e as respostas do Pró-Reitor e Diretores à entrevista. A pesquisa visa à captação da percepção dos alunos sobre as condições do curso, além de permitir traçar um perfil do aluno pesquisado, compreender as expectativas da administração em relação aos Bacharelados Interdisciplinares e identificar, do ponto de vista da gestão, os pontos fortes e fracos dos cursos. A análise dos dados busca identificar lacunas que possam ser discutidas na elaboração do Plano de Trabalho.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o contexto do REUNI na educação superior do Brasil, com seus objetivos, diretrizes gerais e o Plano de Expansão da UFJF, com as metas programadas de expansão e reestruturação, aprovadas na instituição, para adesão ao programa. Foi apresentada também uma explanação do processo de criação e funcionamento dos três Bacharelados Interdisciplinares existentes na UFJF, com uma análise quantitativa dos dados sobre vagas ofertadas, inscritos, ingressantes, concluintes, trancados e desvinculados do curso.

No segundo capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa de campo, realizada com os alunos através dos questionários e também a análise das entrevistas, realizadas com o pró-reitor, responsável pelo processo de implementação dos BI's e com os diretores dos Institutos, onde estão inseridos os cursos. De acordo com essa pesquisa, foi possível identificar três possíveis entraves do processo de implementação e ao bom desempenho dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar, quais sejam: o problema administrativo e estrutural, a resistência por parte do corpo docente e as dificuldades enfrentadas pelos alunos em relação ao curso.

Nesse capítulo, foi feito ainda um contraponto dos achados da pesquisa com o referencial bibliográfico pertinente à análise do caso. Foram utilizados autores que discutem o processo de implementação de políticas. Entre eles: José Antônio Puppim de Oliveira (2006), Marisa Schneckenberg (2000) e Eduardo Salomão Condé (2012). Autores que contribuíram com a discussão sobre a prática docente do professor universitário como Beatriz Gaydeczka e Aline Lourenço de Oliveira (2013) e Maria Amélia Santoro Franco (2009). E, por último, autores que analisam o processo de evasão como Roberto Leal Lobo Silva Filho (2007) e Claudio Antonio Tonegutti e Milena Martinez (2007).

Por fim, o terceiro capítulo apresenta a Proposta Intervenção com as ações relacionadas ao problema da pesquisa. Trata-se de um plano com ações voltadas para cada uma das três lacunas identificadas na pesquisa como entraves ao sucesso do Bacharelado Interdisciplinar na UFJF.

1 BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

O presente estudo de caso avalia os resultados do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), especificamente os Bacharelados Interdisciplinares. A intenção é propor ações de fortalecimento das condições de acesso, fluxo e permanência do aluno na universidade, visando ao aperfeiçoamento da política. Dessa forma, busca-se identificar as dificuldades encontradas pela UFJF na implementação dos Bacharelados Interdisciplinares, no âmbito do REUNI, no que tange às variáveis de fluxo e permanência do aluno.

Este capítulo inicia-se com um breve diagnóstico da educação superior no Brasil, avaliando-se os motivos que levaram à criação do programa REUNI, passando, em seguida, para uma explanação das diretrizes do programa e do seu contexto na Universidade Federal de Juiz de Fora. Posteriormente, há uma descrição dos projetos dos Bacharelados Interdisciplinares e uma análise dos dados referentes aos três cursos na UFJF. Por fim, apresenta-se o percurso metodológico utilizado na pesquisa.

1.1 O REUNI e o Ensino Superior no Brasil

Segundo Stallivieri (2007), descrever o sistema de Ensino Superior do Brasil não é tarefa fácil, e para isso, torna-se necessário entender, pelo menos, o atual contexto da educação no Brasil, tomando como base os fatores de ordem econômica, social e cultural, dentre outros.

O contexto da educação superior no Brasil demandava mudanças. "Como resultado conjugado de fatores demográficos, aumento das exigências do mercado de trabalho, além das políticas de melhoria do ensino médio, prevê-se uma explosão na demanda por educação superior" (BRASIL, 2001). Segundo o diagnóstico apresentado no Plano Nacional da Educação, em 2001, o número de matriculados e concluintes no ensino médio aumentaria, especialmente em relação aos alunos das camadas mais pobres da população, acarretando um aumento da demanda desses alunos por educação superior.

Além da demanda por aumento de vagas, outro problema levantado diz respeito à concentração de vagas pelas instituições privadas de ensino superior e pela concentração dessas instituições nas regiões mais desenvolvidas, ocasionando uma distribuição desigual dessa modalidade de ensino entre as regiões do Brasil (BRASIL, 2001).

Segundo dados apresentados na Tabela 1, o Censo da Educação Superior de 2011 registrou um total de 2.365 Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, das quais 88% são instituições privadas e apenas 12% são instituições públicas (INEP, 2011b). Esses dados reafirmam que ainda há uma grande parcela da população atendida pelas redes privadas.

Além da concentração de matrículas do ensino superior na iniciativa privada, há também uma limitação na diversidade dos cursos oferecidos. Enquanto as IES públicas ofertam, em média, 34,6 cursos de graduação, as IES privadas, ofertam uma diversidade menor, em média 9,9 cursos de graduação (INEP, 2011b).

Ainda, segundo os dados do Censo de 2011, há também uma concentração das matrículas de graduação em apenas duas áreas gerais do conhecimento, “Ciências Sociais, Negócios e Direito”, com 41,6% das matrículas, e “Educação”, com 20,2% (INEP, 2011b). Segundo alguns dados preliminares do Censo de 2012, divulgados no Encontro Nacional do Censo¹, cerca de 10 cursos concentram quase metade da rede, sendo os cursos de Administração, Direito e Pedagogia responsáveis por 31% das matrículas.

Por serem cursos de baixo custo, a oferta de vagas é maior, assim, demonstra a necessidade da interferência do governo federal com a criação de políticas públicas voltadas para a oferta de cursos nas múltiplas áreas de conhecimento, favorecendo o desenvolvimento nacional.

Outro aspecto, diz respeito à concentração de vagas nas regiões mais desenvolvidas do país. Considerando-se a distribuição por categoria administrativa, a Tabela 1 apresenta a concentração dos percentuais de IES privadas, nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, que correspondem a 76% do total, enquanto as regiões Norte e Nordeste possuem apenas 24% do total das instituições privadas. Já no caso das instituições públicas, há uma distribuição um pouco mais uniforme. As

¹ INEP. Encontro Nacional do Censo. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/encontro-nacional>>. Acesso em 28 de junho de 2014.

regiões Norte e Nordeste concentram 32% das instituições e os outros 68% estão distribuídos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste.

Tabela 1 - Número e Percentual de IES, por categoria administrativa - Brasil e Regiões Geográficas

Brasil/ Regiões Geográficas	Total Geral		Categoria Administrativa			
	Total	%	Pública	%	Privada	%
Brasil	2365	100%	284	100%	2081	100%
Norte	152	6%	27	10%	125	6%
Nordeste	432	18%	63	22%	369	18%
Sudeste	1157	49%	134	47%	1023	49%
Sul	389	17%	42	15%	347	17%
Centro-Oeste	235	10%	18	6%	217	10%

Fonte: (INEP, 2011b). Tabela elaborada pelo autora.

Assim, o setor público, conforme já descrito no PNE, em 2001, buscou também uma melhor distribuição das instituições entre as regiões do Brasil, visando compensar a concentração das instituições privadas nas regiões economicamente mais desenvolvidas. É importante ressaltar que estas informações são provenientes do Censo da Educação Superior de 2011, ou seja, através de políticas como o REUNI, o governo buscou expandir a oferta e a democratização do ensino superior com a finalidade de diminuir as desigualdades no território nacional (INEP, 2011b).

Apesar de ofertar grande parte das vagas em cursos superiores, a rede privada de ensino apresenta uma expansão mais lenta: “[...] principalmente pela saturação de mercado em várias profissões e pela inadimplência de segmentos sociais incapazes de arcar com o alto custo da educação superior” (BRASIL, 2007).

Dessa forma, como a demanda por essa etapa de ensino ainda é alta, torna-se necessária a ampliação de vagas. Além disso, “[...] a manutenção das atividades típicas das universidades - ensino, pesquisa e extensão - que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, não será possível sem o fortalecimento do setor público” (BRASIL, 2001).

Somado a todos esses fatores, existe ainda o fato de o Brasil apresentar um dos índices mais baixos de acesso à educação superior. A porcentagem de

matriculados na educação superior no Brasil em relação à população de 18 a 24 anos, ou seja, a taxa de escolarização líquida é igual a 14,6% bem inferior a Meta 12, de 33%, constante do novo Plano Nacional de Educação (INEP, 2011b).

Além da posição desfavorável que o Brasil se encontrava em relação aos outros países, nas diretrizes do programa REUNI, elaboradas pelo governo, o diagnóstico da educação superior levanta mais uma série de questões que demanda uma transformação no sistema educacional vigente.

O sistema de educação superior brasileiro ainda conserva modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmicos, como institucionais, e precisa passar por profundas transformações. Na verdade, prevalece no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 60 e 70 do século passado. Essa organização acadêmica incorpora currículos de graduação pouco flexíveis, com forte viés disciplinar, situação agravada pelo fosso existente entre a graduação e a pós-graduação, tal qual herdado da reforma universitária de 1968 (BRASIL, REUNI, 2007, p. 7).

À época, esse modelo de organização estava presente em praticamente todas as universidades. Assim sendo, o REUNI, trouxe como proposta, uma revisão dessa concepção. O modelo de funcionamento vigente na maioria das universidades é tradicional e necessitava de uma reformulação para atender às novas necessidades de uma formação mais ampla, abrangente e igualitária. Cursos voltados apenas para a formação profissional, altas taxas de evasão, falta de políticas voltadas para a permanência de alunos em condições desfavoráveis, ociosidade dos espaços físicos no período noturno, dentre outros, formam ainda uma realidade do sistema educacional que requer uma intervenção do governo na forma de política pública para reverter a situação.

No editorial do texto Panorama da Educação (2007), é ressaltada essa preocupação dos governantes:

Governos que buscam uma expansão da educação superior frequentemente reconheceram que o fazem por entender a necessidade de mais habilidades altamente qualificadas em uma economia de conhecimento avançada, o que exige uma proporção na força de trabalho com qualificação além do ensino médio muito maior do que anteriormente (ISCHINGER, 2008, p. 13).

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172 de 2001, tinha como principais objetivos a elevação do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino, a redução das desigualdades sociais e regionais, em relação ao acesso, à permanência e à democratização da gestão do ensino público (BRASIL, 2001). Em relação ao Ensino Superior, o plano tinha como meta prover educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. Esse plano vigorou até 2010.

Em dezembro de 2010, foi enviado ao Congresso um projeto de lei para criar o novo Plano Nacional de Educação para vigorar de 2011 a 2020, ainda não aprovado. O novo PNE é composto por dez diretrizes e 20 metas, das quais duas são específicas para o ensino superior. A meta 12 diz respeito à ampliação do acesso: “Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta” (MEC, 2010, p. 13).

Já na meta 13, a preocupação é com a qualidade do ensino, vinculada à formação do corpo docente que atua nas universidades: “Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores” (MEC, 2010, p. 14).

Diante das demandas apontadas e de forma a cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, o governo Federal lançou diversas políticas para consolidação da expansão da educação superior pública no Brasil. Somado ao investimento nas universidades federais, através do REUNI, com a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi, houve também um estímulo à iniciativa privada com o Programa “Universidade para todos”, o PROUNI, que acelerou o processo de expansão de vagas (SAVIANI, 2010).

Deste modo, cabe destacar que as políticas de expansão de vagas, no ensino superior brasileiro, se dá no âmbito das instituições públicas e privadas, embora o foco dessa dissertação recaia apenas sobre o público, mais especificamente sobre o REUNI.

O REUNI buscava atender as metas do PNE quanto à elevação no nível de escolaridade da população e redução das desigualdades regionais. Porém, o REUNI não foi consenso entre a comunidade universitária, haviam diferentes interesses e interpretações, o que ocasionou diversos embates no interior das universidades

federais. O programa surgiu em um contexto de intenso debate e de grande oposição das diversas entidades, alunos e professores.

Segundo Santos (2009), havia reivindicações por mais democracia dentro das universidades e grande crítica quanto ao prazo estipulado pelo governo federal para a elaboração e envio do Plano de Reestruturação, que fixou o final de outubro de 2007, como prazo limite. Portanto, apenas seis meses após a publicação do decreto, lançado em abril. Para o autor, tal situação limitava o processo de debates por parte dos envolvidos nessa significativa mudança da estrutura das universidades. Assim, várias universidades tiveram dificuldades para aprovar os projetos em seus respectivos Conselhos Universitários.

As questões contrárias ao REUNI eram de toda ordem, além da crítica quanto ao processo de aprovação do decreto, outros argumentavam ainda que, a ampliação de vagas proposta pelo REUNI não seria acompanhada do padrão de qualidade necessário ao ensino superior público. Os autores Tonegutti e Martinez (2007), ao analisarem o REUNI, o sintetizam da seguinte forma:

As duas metas que condicionam todos os projetos apresentados dentro do REUNI são incompatíveis com padrões de qualidade de ensino aceitáveis, aprofundam a precarização do trabalho docente e, na concepção, ferem a autonomia universitária ao impor padrões que são da competência acadêmica das Universidade (TONEGUTTI; MARTINEZ, 2007, p. 01).

As metas a que os autores se referem, são as metas globais do programa, a saber: (1) Taxa de conclusão média de noventa por cento nos cursos de graduação presenciais e (2) Relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais. A primeira meta considera a eficiência da universidade no que se refere ao preenchimento das vagas ociosas, ocasionada pela flexibilidade do currículo e pela mobilidade estudantil. Já a relação aluno/professor considera a qualidade e o envolvimento da pós-graduação da instituição com os cursos de graduação (REUNI, 2007).

Vale destacar que, conforme verificado nas entrevistas realizadas neste estudo, algumas destas resistências eram meramente políticas. Assim, muitos dos argumentos e obstáculos apresentados, foram utilizados com viés político, uma vez que, setores sindicais ou estudantis, historicamente, se sempre se posicionaram à favor da expansão de vagas e, no entanto, se posicionaram contrárias ao REUNI, numa oposição declarada ao governo federal ou à Reitoria, no caso da UFJF.

1.2 Diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

O Plano de Desenvolvimento da Educação é um conjunto de programas que visam a melhorar a Educação no Brasil. Lançado em 24 de abril de 2007, pelo governo Luís Inácio Lula da Silva, o plano estrutura-se em quatro eixos principais: Educação Básica; Educação Superior; Educação Profissional e Alfabetização (MEC, 2007). O PDE pode ser traduzido como uma complementação do Plano Nacional de Educação (PNE), o qual apresenta um diagnóstico dos problemas educacionais, mas deixa em aberto a questão das ações a serem tomadas para a melhoria da qualidade da educação (MEC, 2007).

No contexto do PDE, a Educação Superior é definida por alguns princípios complementares entre si, como a expansão da oferta de vagas; a garantia de qualidade; a promoção de inclusão social pela educação; a ordenação territorial, permitindo que o ensino de qualidade seja acessível às regiões mais remotas do país, e o desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Segundo as Diretrizes Gerais do Programa, o objetivo do REUNI é dotar as universidades federais das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, visando ao atendimento de uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República em 2007. Além disso, objetivava um aumento da qualidade dos cursos e um melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades (BRASIL, 2007). As diretrizes para o REUNI foram organizadas em seis dimensões com ações específicas que integrariam o plano de cada universidade, conforme opção da instituição, a saber: 1. Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública; 2. Reestruturação Acadêmico-Curricular; 3. Renovação Pedagógica da Educação Superior; 4. Mobilidade Intra e Interinstitucional, 5. Compromisso Social da Instituição; 6. Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação (BRASIL, 2007).

Para que a expansão seja feita de forma planejada e eficiente, é preciso que cada universidade repense e promova adequações, tanto em sua estrutura física

quanto na sua organização acadêmica. Com o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, promoção de inovações pedagógicas e combate à evasão, o programa pretendia atingir as metas e objetivos da expansão necessária, prevista no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2007).

Cabe destacar o caráter social do REUNI, uma vez que a expansão se propôs a contribuir para diminuir as desigualdades sociais historicamente existentes na sociedade brasileira. A ampliação de vagas no setor público e nas regiões menos favorecidas é uma forma de diminuir as desigualdades regionais. A desigualdade social é mais complexa. Porém, ações específicas como a oferta de vagas no período noturno e a adoção de políticas afirmativas contribuem para suprir a demanda da população mais carente e pode favorecer uma diminuição também nas desigualdades sociais.

Para custear a expansão, o governo projetou um total de investimentos para o período de 2008 a 2011, na ordem de 2 bilhões de reais, considerando a participação de todas as universidades. A transferência desses recursos às universidades estava condicionada à aprovação do plano e assinatura de termo de pactuação de metas correspondente (BRASIL, 2007).

A tabela a seguir apresenta os recursos de investimento, custeio e pessoal previstos para o período de expansão, representados em milhares de reais. Para o ano de 2007, previa-se o valor de R\$ 305.843 milhões para investimento e R\$ 174.157 milhões para custeio. No total, seriam destinados 480 milhões para o ano de 2007. O acréscimo orçamentário aumentaria gradativamente, sendo de R\$ 1.131.918.000,00 para 2009, R\$ 1.568.938.000, 00 para 2010 e R\$2.048.939.000,00 para 2011. Em 2012, estava previsto apenas orçamento para custeio/ pessoal num total de R\$ 1.970.205.000,00.

Tabela 2 - Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/2007
(valores em milhares de reais)

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Investimento	305.843	567.671	593.231	603.232	
Custeio/ Pessoal	174.157	564.247	975.707	1.445.707	1.970.205
Total	480.000	1.131.918	1.568.938	2.048.939	1.970.205

Fonte: (BRASIL, 2007, p. 03). Tabela elaborada pelo autora.

Assim, a expansão deveria ocorrer de forma planejada e com a adoção de critérios voltados para a eficiência deste nível de ensino e não apenas para resolver o problema de vagas. Os alunos que ingressam em uma universidade precisam ter condições de concluir seus estudos com êxito. Associada às metas de expansão, há, por parte do programa, uma preocupação em garantir a qualidade do ensino ofertado. Para atingir a qualidade no ensino superior, ao aderir ao programa e às suas diretrizes, o governo orientou que as universidades redesenhassem os seus cursos, reformulando o currículo de forma a valorizar a flexibilização e a interdisciplinaridade.

Outros pontos destacados como importantes para esse novo cenário da educação superior foram a valorização da prática de mobilidade estudantil e a promoção de políticas de inclusão e de assistência estudantil, objetivando a igualdade de oportunidades para estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis (BRASIL, 2007). Em relação à mobilidade, os referenciais orientadores dos Bacharelados Interdisciplinares destacam que a prática deve ser incentivada pelos BI's dentro e entre as instituições que compartilham esse regime curricular (BRASIL, 2010).

O processo de adesão ao REUNI, por parte das universidades, foi feito de forma voluntária e buscou respeitar a autonomia administrativa das universidades. Para isso, cada universidade elaborou seu próprio plano de expansão para apresentar ao Ministério da Educação. Nesse plano, constaria as propostas de expansão e reestruturação, elaboradas com base nas diretrizes do programa.

1.3 O REUNI na Universidade Federal de Juiz de Fora²

A Universidade Federal de Juiz de Fora é formada por quatro institutos e 14 faculdades. A instituição oferece 70 cursos de graduação, sendo nove no Campus avançado de Governador Valadares, 64 de especialização e residência, 48 cursos

² A Universidade de Juiz de Fora (UJF) foi criada em 1960, sendo constituída por cinco faculdades: Medicina, Direito, Farmácia e Odontologia, Escola de Engenharia e Ciências Econômicas (BRASIL, 1960). Passou a denominar-se Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 20 de agosto de 1965, sendo em 1966, incorporados à UFJF os cursos de: Letras, História e Geografia, Filosofia, Ciências Sociais e Jornalismo e Pedagogia (UFJF, 2013h).

de pós-graduação *stricto sensu* e a Educação Básica, através do Colégio de Aplicação João XXIII. Além disso, oferece ainda seis cursos de graduação e quatro de pós-graduação *lato sensu* na modalidade à distância, através do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) (UFJF, 2013h).

Em 2007, após inúmeros debates com sua comunidade acadêmica: estudantes, professores e técnico-administrativos, a Universidade Federal de Juiz de Fora aderiu ao programa REUNI (UFJF, 2007). Como em várias outras universidades, a aprovação do REUNI foi conduzida em um clima tenso e de muita resistência por parte dos envolvidos.

À época, a APES - Associação de Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora, elaborou um manifesto, assinado por diversos professores da UFJF, contrários ao programa REUNI, bem como ao processo de condução das discussões na universidade para aprovação do mesmo.

Entre os apontamentos feitos nesse manifesto, estão a crítica em relação ao fato do REUNI, segundo os signatários, possuir como único atrativo, a liberação de verbas, condicionada à disponibilidade orçamentária do MEC e à aceitação das diretrizes apresentadas. Outro ponto de questionamento, diz respeito ao conceito de professor equivalente, que segundo o manifesto, ocasionaria a precarização do trabalho docente. Por fim, destacam como principal problema, uma crítica à perda de autonomia universitária por parte das instituições que aderirem ao programa (APESJF, 2013).

Em resposta ao manifesto, o reitor em exercício, José Luiz Pereira afirmou que a universidade estava aberta ao diálogo e que a diretoria da Apes e o DCE estavam dificultando o diálogo aberto. José Luiz Pereira acrescenta ainda, em sua resposta, que o projeto do Reuni da UFJF foi construído junto às unidades, com as decisões sendo tomadas nos colegiados e, posteriormente, trazidas para a administração superior, para que esta formatasse a proposta final da instituição (ACESSA, 2007a).

Para adesão ao programa, cada universidade deveria apresentar ao MEC um Plano de Expansão, com sua proposta de participação. Esse seria avaliado, em função da consistência de suas proposições, do atendimento às exigências do decreto que instituiu o programa e também em relação à exequibilidade das proposições (BRASIL, 2007). O plano, nada mais era que um conjunto de metas definidas internamente na instituição e que, se cumpridas, obteriam os recursos financeiros do governo federal.

Houve muita especulação, no momento de aprovar a adesão, pois, alguns dos envolvidos acreditavam que o governo não iria cumprir sua parte. Esse receio fica evidente na fala do Diretor de um dos Institutos da UFJF, Eduardo Condé, entrevistado nesse trabalho:

Eram metas em troca de receber recursos federais. Nós sempre defendemos a expansão da universidade, pelo menos uma geração inteira de professores defendeu a expansão da universidade. Aquilo era uma forma de expandir a universidade com recursos. O primeiro movimento era dizer não, a universidade não pode expandir, porque o governo não vai cumprir a parte dele. A primeira resistência é essa. (CONDÉ³, entrevistado 1, 2013).

Ainda, segundo o diretor, além da desconfiança quanto a receber a contrapartida do governo, outras resistências paralelas foram aparecendo. Entre elas, a questão do aumento do número de alunos em sala de aula que, segundo os opositores, prejudicaria o ensino (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

O Pró-Reitor de Planejamento, Carlos Elízio Barral Ferreira, também um dos entrevistados, ratifica essa preocupação em sua fala: "Houve essa oposição dizendo que era uma massificação da universidade. Se antes com as turmas pequenas, a reprovação já era grande, porque os alunos eram fracos, imagina quando você amplia" (FERREIRA⁴, entrevistado 3, 2014). Esse argumento tinha fundamento, pois trata-se de um dos efeitos da democratização. A ampliação de vagas tende a diminuir o ponto de corte, fazendo com que os alunos mais fracos e menos qualificados também tenham possibilidade de entrar na universidade.

Outra resistência que se falava, diz respeito à reestruturação, que era uma oposição direta à criação dos bacharelados interdisciplinares. O professor Condé se reporta às posições de resistências ouvidas à época:

Existe uma terceira dimensão de resistência que aí tem a ver com o bacharelado. Você querer transformar os cursos atuais em um curso dependente de outro, que naturalmente é um curso curto, que parece uma licenciatura tecnológica, e que não tem finalidade. Você não ganha nada com isso (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

Essa oposição em relação ao BI também aparece na fala do Pró-Reitor:

³ Entrevista concedida por CONDÉ, Eduardo. Entrevistado 1. [out. 2013]. Entrevistador: Ana Paula Delgado da Costa. Juiz de Fora, 2013. 1 arquivo .mp3 (48:03min).

⁴ Entrevista concedida por FERREIRA, Carlos Elízio Barral. Entrevistado 3. [abr. 2014]. Entrevistador: Ana Paula Delgado da Costa. Juiz de Fora, 2014. 1 arquivo .mp3 (45:58min).

Em relação ao BI, a crítica que se ouvia era de que o curso era para fabricar diplomas. Qual profissional a universidade estava formando? Ele não é profissional nenhum. É uma qualificação de ensino superior, mas não é de formação profissional. A universidade não é uma fábrica de profissionais (FERREIRA, entrevistado 3, 2014).

Por fim, Eduardo Condé destaca que havia ainda uma posição meramente política. “Oposição surpreendentemente daqueles que eram favoráveis a ampliação da universidade, mas que de repente se colocaram contra” (CONDÉ, entrevistado 1, 2013). Para o diretor, esse era um argumento político e contrário à reitoria, o que, segundo ele, era um equívoco, porque era um argumento contra a universidade. Condé destaca que: “Esse argumento eu não aceitei. Eu não posso deixar de priorizar um instituto dez, quinze, vinte anos para frente, em nome de uma oposição política” (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

O Pró-Reitor de Planejamento confirma esta oposição meramente política:

Todo mundo defendia a expansão da universidade pública; expansão com qualidade. E o REUNI era uma expansão da universidade pública e uma expansão que tinha os instrumentos para ser com qualidade. Então, não tinha tecnicamente como ser contra o REUNI, foram oposições políticas (FERREIRA, entrevistado 3, 2014).

Levado a apreciação do Conselho Superior, apesar das manifestações contrárias, o REUNI foi aprovado com 30 votos a favor, quatro contra e duas abstenções. Do total de 53 conselheiros, apenas 36 se mantiveram na reunião, os outros 17 se retiraram antes que a votação começasse (ACESSA, 2007b). Os conselheiros foram convidados a se retirar pela ex-Reitora da UFJF. Tal situação evidencia que a expansão e a reestruturação da UFJF se originaram em um clima forte de resistências, que precisaria ser superada ao longo do tempo, para o sucesso do programa.

No Plano de Expansão e Reestruturação da UFJF, levado à apreciação do Conselho Superior da Universidade, em outubro de 2007, o reitor instituiu, através de portaria, uma Comissão de Planejamento da Expansão da Universidade Federal de Juiz de Fora. Essa comissão ficou responsável por coordenar os processos de construção do plano e assegurar a sistematização dos projetos das unidades acadêmicas (UFJF, 2007).

O Plano de Expansão proposto pela UFJF foi uma síntese das necessidades levantadas pela comissão junto às unidades acadêmicas da universidade. Tinha

como objetivo servir de referência para o processo de expansão e reestruturação da universidade ao longo dos cinco anos seguintes e de obedecer às metas e diretrizes do programa REUNI.

O plano projetou um aumento de 7.923 matrículas⁵ em seus cursos de graduação e almejou, para o ano de 2012, um total de 18.426 matrículas, com a elevação progressiva da oferta de vagas dos atuais 2.115 para 3.790 ingressos anuais, ou seja, um incremento de 1.675 vagas nos cinco anos do programa (UFJF, 2007).

Em relação a esse objetivo, houve um incremento de 25 vagas em 2008, 356 em 2009, 532 em 2010, 467 em 2011 e 134 em 2012, totalizando 1.514 vagas, valor abaixo da meta prevista de 1.675. No entanto, segundo informações do Relatório de Gestão da UFJF, referente a 2012, essa diferença se explica em função de 100 vagas que estavam destinadas ao Colégio Técnico Universitário – CTU, que foi desvinculado da UFJF.

Dessas vagas, 25 já foram redirecionadas à Faculdade de Economia, e as restantes serão distribuídas em comum acordo com os diretores, conforme o fluxo de alunos dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar e a proposta de outras faculdades, não havendo ainda prazo certo para essa decisão (UFJF, 2013h). Nessa análise, ficaram de fora ainda 375 vagas criadas, em 2012, para o início do campus avançado em Governador Valadares (MG). Considerando essas vagas, a UFJF supera em (13%) a meta de criação de vagas.

Tabela 3 - Expansão do número de vagas na graduação

	VAGAS DISPONIBILIZADAS PARA INGRESSO						Total
	2008	2009	2010	2011	2012	2012 - GV	
Efetivado	2140	2.496	3.028	3.495	3.629	375	-
Incremento	25	356	532	467	134	-	1.514
Programado	2.115	2.415	2.915	3.415	3.790	-	
Incremento	-	300	500	500	375	-	1.675

Fonte: (UFJF, 2007, p.12). Tabela elaborada pela autora.

⁵ A projeção de alunos matriculados é realizada com base na seguinte fórmula: $MAT = \Sigma + \text{vagas de ingresso anuais} \times \text{duração do curso} \times (1 + \text{fator de retenção})$. A matrícula projetada estima a capacidade de atendimento da universidade em função do número de vagas oferecidas no processo seletivo e a duração dos cursos.

A expansão de vagas foi viabilizada pelo aumento na oferta em alguns cursos e também pela criação de cursos novos, entre eles o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, o Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design e o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Exatas. Os BI's eram a proposta da UFJF não só de aumento de vagas, mas também de reestruturação da formação acadêmica.

A expansão previa, ainda, aumento nas vagas de pós-graduação, 48 milhões em infraestrutura e aquisição de equipamentos e 34 milhões para contratação de professores e técnicos administrativos, ao longo dos cinco anos (UFJF, 2007).

Na presente dissertação, o objeto de estudo concentra-se na reestruturação acadêmica e renovação pedagógica proposta pela UFJF, através da criação dos Bacharelados Interdisciplinares. Essas medidas tinham por objetivo assegurar:

- (i) maior mobilidade estudantil intrauniversitária,(ii) liberdade de escolha para o estudante construir itinerários formativos conforme os seus interesses e possibilidades, (iii) menores taxas de evasão e de retenção, (iv) diversificação das modalidades de graduação, (v)renovação pedagógica, por meio da atualização de metodologias e implantação de novas tecnologias, (vi) expansão da pós-graduação e sua integração com a graduação (UFJF, 2007, p.14).

Nesse ponto, os Bacharelados Interdisciplinares surgiram como medida para viabilizar a reforma da estrutura acadêmica da universidade.

Os bacharelados interdisciplinares são uma importante peça do projeto de ampliação da mobilidade estudantil intra-universitária, diminuição das taxas e evasão e concessão de maior liberdade para o estudante construir o seu próprio itinerário formativo (UFJF, 2007, p.15).

A implementação dos BI's vem ao encontro dos objetivos do REUNI, que sugere como medida para alcançar a qualidade do ensino superior o redesenho dos cursos ofertados, valorizando a flexibilidade e a interdisciplinaridade.

1.4 Bacharelado Interdisciplinar

Dentre as propostas do REUNI estava também a revisão, por parte das universidades, dos currículos e dos projetos acadêmicos visando, dentre outros

aspectos, à melhoria da qualidade do ensino superior, maior mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexíveis e redução das taxas de evasão (BRASIL, 2007).

A iniciativa de repensar a universidade e a proposta de criação dos Bacharelados Interdisciplinares foi inspirada em trabalhos anteriores promovidos no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa:

Os Bacharelados Interdisciplinares constituem-se de uma proposta alternativa ao modelo de formação tradicionalmente presente no Brasil. Inspirada na organização da formação superior proposta por Anísio Teixeira para a concepção da Universidade de Brasília, no início da década de 1960, no Processo de Bolonha e nos *colleges* estadunidenses, mas incorporando um desenho inovador necessário para responder às nossas próprias e atuais demandas de formação acadêmica, a proposta de implantação dos Bacharelados Interdisciplinares constitui uma proposição alternativa aos modelos de formação das universidades européias do século XIX, que ainda predominam no Brasil, apesar de superados em seus contextos de origem (BRASIL, 2010, p. 03).

O projeto da “Universidade Nova” também serviu de inspiração para a inovação no sistema educacional superior brasileiro. O projeto da “Universidade Nova” foi proposto pelo Reitor da Universidade Federal da Bahia, Professor Naomar de Almeida Filho, e inspirado no plano diretor de implementação da Universidade de Brasília - UNB, elaborado por Anísio Teixeira (TONEGUTTI; MARTINEZ, 2007).

O projeto chamado “Universidade Nova” foi uma iniciativa para repensar a universidade brasileira, adequando-a às exigências e desafios do mundo atual e que tinha como principal objetivo a reestruturação curricular dos programas de formação universitária:

A principal alteração prevista é a implantação de Bacharelados Interdisciplinares (BI), cursos de formação geral como requisito para a graduação de carreiras profissionais e para a formação acadêmica de pós-graduação. O BI terá currículos flexíveis, predominantemente optativos, em três Eixos Temáticos Interdisciplinares: Cultura Humanística, Cultura Artística e Cultura Científica (ROCHA; ALMEIDA FILHO, s/d, s/p).

A proposta tem como eixo principal a transformação da arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira, através da implementação do regime de ciclos de educação superior: o primeiro ciclo, formado pelo Bacharelado Interdisciplinar (BI), propiciando formação universitária geral; o segundo ciclo, voltado para a formação profissional em licenciaturas ou carreiras específicas; e, por fim, o terceiro ciclo, com

formação acadêmica científica, artística e profissional da pós-graduação (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008).

Dentro desse contexto, os Bacharelados Interdisciplinares surgiram como uma possibilidade de viabilização de uma formação mais ampla, flexível, no caso da formação do primeiro ciclo, e também como pré-requisito para os ciclos seguintes. Além de uma formação geral e abrangente, a proposta permite ao aluno adiar sua escolha profissional, pois, ao ingressar na universidade, muitos alunos ainda não possuem maturidade suficiente para uma escolha definitiva.

Essa questão é destacada pela administração superior como um dos principais objetivos com a criação dos BI's. Ferreira (entrevistado 3, 2014) destaca que "o primeiro objetivo era esse: o aluno entrar em um bloco que tinha uma formação básica única e que ao conhecer com mais profundidade, ele poderia ter uma decisão mais ponderada, mais madura, sobre que rumo tomar".

Assim, os BI's funcionam como um ciclo básico, em que o aluno pode conhecer diferentes áreas de atuação, antes de fazer sua escolha profissional. A preocupação com a escolha prematura da formação por parte dos alunos é evidenciada nas diretrizes do programa:

Ao mesmo tempo, há uma excessiva precocidade na escolha de carreira profissional, além de tudo submetida a um sistema de seleção pontual e socialmente excludente para ingresso na graduação. Muito cedo, os jovens são obrigados a tomar a decisão de carreira profissional de nível universitário. De outra parte, a manutenção da atual estrutura curricular de formação profissional e acadêmica, ao reforçar as lógicas da precocidade profissional e da compartimentação do saber, coloca o país em risco de isolamento nas esferas científica, tecnológica e intelectual de um mundo cada dia mais globalizado e inter-relacionado (BRASIL, 2007, p. 7).

Com a facilidade de acesso ao ensino superior, é de se esperar que os alunos ingressem na universidade mais jovens. No entanto, muitos ainda não estão preparados para decidir qual carreira seguir e que curso escolher. O Bacharelado Interdisciplinar possibilita ao aluno que ainda tenha dúvidas, adiar sua escolha e experimentar diferentes áreas, antes de tomar a sua decisão ou ainda optar por uma formação de bacharel interdisciplinar.

Segundo consta nos Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares (BRASIL, 2010), em documento lançado pelo Ministério da Educação, em 2010, a expansão de vagas na graduação contribuiu para o

ingresso de um novo perfil de aluno nas universidades, evidenciando a necessidade de a universidade rever seu processo formativo. Pode-se observar, nas diretrizes acima, que há também essa preocupação com a flexibilidade e a interdisciplinaridade do currículo.

No caso da UFJF, a criação dos BI's também buscava atender às dimensões do REUNI, possibilitando uma nova opção de formação acadêmica, alternativa ao método predominante nas universidades brasileiras. O Pró-Reitor Carlos Barral destaca que o BI é um diferencial profissional para o aluno, embora não seja uma profissão específica. O bacharelado não tem a finalidade de formar um profissional liberal, mas sim, ser um conjunto de ferramentas que pode ser muito útil para o aluno, além de ser uma formação de nível superior.

Os BI's são constituídos por dois ciclos de formação: o primeiro, nas grandes áreas de conhecimento, e o segundo, na área profissionalizante, um modelo de inovação curricular, conforme evidenciado no documento orientador do projeto:

O primeiro ciclo ou Bacharelado Interdisciplinar é o espaço de formação universitária onde um conjunto importante de competências, habilidades e atitudes, transversais às competências técnicas, aliada a uma formação geral com fortes bases conceituais, éticas e culturais assumiriam a centralidade nas preocupações acadêmicas dos programas. Por seu turno, o segundo ciclo de estudos, de caráter opcional, estará dedicado à formação profissional em áreas específicas do conhecimento (BRASIL, 2010, p.3).

A estrutura do Bacharelado Interdisciplinar em dois ciclos direcionou a organização de novos cursos na UFJF, em que o primeiro ciclo apresenta um caráter mais abrangente e generalista, enquanto o segundo ciclo volta-se para a formação profissional. Nos dois casos, o aluno recebe um diploma da Universidade, seja ele com a formação ampla de Bacharel Interdisciplinar (1º ciclo) ou com a formação específica (2º ciclo).

Esses cursos possuem resoluções próprias de criação e funcionamento. O curso de Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design e o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Exatas, criados em 2009, possuem duração padrão de três anos. O Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas foi criado em 2010, e o primeiro ciclo de formação corresponde a um período de dois anos e meio. Após o término do ciclo básico, os alunos podem ou não optar por reingressar em vagas de 2º ciclo que integram cada bacharelado.

Tabela 4 - Data de início dos Bacharelados Interdisciplinares da UFJF e prazo de conclusão do curso

CURSO	Início do Curso	Prazo de Conclusão
Interdisciplinar em Artes e Design	2/3/2009	3
Interdisciplinar em Ciências Exatas	2/3/2009	3
Interdisciplinar em Ciências Humanas	8/3/2010	2,5

Fonte: (UFJF, 2010). Tabela elaborada pelo autora.

O aluno pode optar pela formação apenas no ciclo básico, mas caso queira reingressar no 2º ciclo, deverá passar por um novo processo seletivo. Esse novo processo é interno e disponível para todos os alunos que ingressaram na Universidade pelo sistema de “curso em dois ciclos”, (UFJF, CONGRAD, 2010).

Vale ressaltar que o número de vagas ofertadas no primeiro ciclo é redistribuída entre as áreas específicas do 2º ciclo. Assim sendo, apesar de estar assegurada, a todos os concluintes do ciclo básico, uma vaga no 2º ciclo, a oferta em cada uma das áreas é limitada e depende de critérios específicos de classificação, ou seja, não há vagas para todos os alunos em uma mesma área. Esses critérios variam entre os BI's e serão detalhados adiante.

Além das regras específicas de ingresso em cada um dos BI's, existe ainda uma diferença na forma como cada um dos cursos se relaciona com os cursos de 2º ciclo. No caso do BI de Artes e Design e no BI de Ciências Humanas, com exceção do curso de filosofia, não é possível o ingresso nos cursos de 2º ciclo de outra forma, que não seja pelo bacharelado interdisciplinar. No caso dos cursos de 2º ciclo do BI de Ciências Exatas e do curso de Filosofia, o aluno possui a opção de entrada direta, sem passar pelo BI. Essa diferenciação promove um esvaziamento do BI também, no caso dos alunos que já sabem o que querem. Contrariando um pouco a ideia de experimentação que o BI possibilita.

No BI de Ciências Exatas, há ainda a opção, implementada a partir de 2013, de o aluno ingressar no BI com escolha definida em determinado curso. Por exemplo, o aluno se inscreve no BI com vaga declarada para o curso de Química. Nesse caso, no decorrer da graduação, ele tem a opção de cursar o curso pré-determinado ou pode optar por outro, fazendo a seleção interna como os demais alunos.

Essa foi uma inovação criada dentro do Instituto de Ciências Exatas pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE⁶. A opção pelo curso, nestes moldes, vai de encontro à proposta inicial do curso, que seria servir de suporte para uma escolha futura mais sólida, por parte do aluno. Porém, ao prever um ciclo geral e um segundo ciclo específico, embora seja uma proposta diferente do Bacharelado Interdisciplinar, a mesma atende as exigências do REUNI de inovar na questão curricular.

1.4.1 Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design

A criação do Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design (1º e 2º ciclos) foi aprovada no final de 2008. No 1º semestre de 2009 foi aberta a primeira turma, com 51 vagas. Posteriormente, o número de vagas foi ampliado para 250. O curso foi reconhecido pelo MEC em 2011, mesmo período em que formava a primeira turma (UFJF, 2013a).

O curso está lotado no Instituto de Artes e Design que abriga, ainda, o curso de Bacharelado em Música. O corpo docente é distribuído entre os departamentos de Música e o de Artes e Design. Este último conta com um corpo docente de 43 professores, responsáveis pelas disciplinas do Bacharelado Interdisciplinar de Artes e Design (UFJF, 2013b).

Atualmente, o curso possui 558 alunos matriculados (INEP, 2012), é oferecido no período diurno e possui duração padrão de três anos. Ao final do primeiro ciclo, o aluno recebe o título de Bacharel Interdisciplinar em Artes e Design. O Bacharelado Interdisciplinar pretende oferecer ao aluno uma formação ampla, generalista e multidisciplinar, conforme destacado na Resolução de normatização do curso:

O candidato que optar pelo Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design elege uma modalidade de formação superior de caráter universalista que se organiza no contexto da experimentação criativa

⁶ O Núcleo Docente Estruturante - NDE foi regulamentado pela Resolução 17/2011 do Conselho Setorial de Graduação – CONGRAD. Segundo o artigo 2º dessa resolução, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso de graduação será constituído por um grupo de docentes que terão as atribuições de acompanhar, atuar na concepção, na consolidação e na contínua atualização de seus projetos pedagógicos. UFJF. **Resolução CONGRAD**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/files/2011/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Congrad-cria%C3%A7%C3%A3o-dos-N%C3%BAcleos-Docentes-Estruturantes.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2013.

dos conhecimentos e instrumentos das culturas artística, humanística, científica e tecnológica (UFJF, 2010).

A estrutura interdisciplinar permite ao aluno uma formação ampla que o prepara para atuação no mercado de trabalho. Além disso, a formação generalista possibilita ao aluno caminhar por diferentes áreas de atuação e, com isso, amadurecer sua escolha profissional com um conhecimento prévio das opções de 2º ciclo. Assim, conforme almejado nas diretrizes do programa REUNI, evita-se que o aluno escolha de forma prematura a área profissional de interesse, acarretando futuramente em evasões em razão de escolhas irrefletidas.

O curso, assim proposto, pretende ser uma alternativa ao modelo de formação profissional tradicional, conforme pontuado no site do Instituto de Artes e Design:

Uma das principais diferenças do Bacharelado Interdisciplinar em relação ao modelo de formação superior tradicional, praticado até hoje no Brasil, diz respeito ao modo de preparação para o trabalho. Enquanto o modelo tradicional se volta de forma direta e imediata para certos campos do saber ou uma profissionalização que se expressa no desenvolvimento de competências específicas, o bacharelado Interdisciplinar visa à preparação para o desempenho de ocupações diversas que mobilizem, de modo flexível, conhecimentos, competências e habilidades (UFJF, 2013c).

Após a conclusão do primeiro ciclo, ou ciclo de formação básica, o aluno pode ingressar em uma das cinco modalidades do 2º Ciclo. As primeiras turmas do 2º ciclo iniciaram no 1º semestre de 2012. As opções de formação no 2º ciclo são os Bacharelados em Artes do Espetáculo (Cinema e Audiovisual), Bacharelado em Artes Visuais, Design, Moda e Licenciatura em Artes Visuais. Nessa etapa, o aluno aprofunda seus estudos em área específica conforme o seu interesse. O 2º ciclo possui duração de três períodos ou um ano e meio.

O processo seletivo para ingresso no 2º ciclo é interno, realizado pelo próprio instituto. No ano de 2013, foram oferecidas 256 vagas anuais para o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design. Já os cursos de 2º ciclo oferecem 50 vagas anuais em cada modalidade.

Tabela 5 - Vagas ofertadas pelo Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design (1º Ciclo) e nos Bacharelados do 2º Ciclo

CURSOS	VAGAS 2013
1º CICLO	
Bacharelado Interdisciplinar em Arte e Design	256
2º CICLO	
Bacharelado em Artes do Espetáculo	50
Bacharelado em Artes Visuais	50
Bacharelado em Design	50
Bacharelado em Moda	50
Licenciatura em Artes Visuais	50

Fonte: (UFJF, 2013c). Tabela elaborada pelo autora.

Pela Tabela 5, pode-se observar que, no somatório das vagas de 2º ciclo, são ofertadas 250 vagas. No entanto, considerando-se cada área específica, são apenas 50 vagas, ou seja, não existem vagas para todos no mesmo curso de 2º ciclo, daí a necessidade do processo seletivo interno.

Caso queira concorrer a umas dessas vagas de 2º ciclo, o aluno poderá, após concluir o primeiro ciclo, no último período do Bacharelado Interdisciplinar, inscrever-se em até 03 (três) opções, por ordem de preferência. Os critérios de classificação para o reingresso consideram o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA)⁷ do estudante (peso de 30%) e a apresentação de um pré-projeto (peso de 70%). Além disso, o aluno já deve ter cursado, durante o ciclo básico, doze créditos obrigatórios das disciplinas características da opção pretendida (UFJF, 2010). Esse ponto deixa uma dúvida em relação à proposta do BI de adiar a escolha do aluno de qual área deseja seguir, o que evitaria uma escolha prematura. Nos primeiros períodos do curso, o aluno terá contato com algumas áreas, mas apenas isso pode não ser suficiente para o bom direcionamento e orientação da escolha do aluno. Além disso, o tempo de escolha do aluno é relativamente pequeno, uma vez que, por volta do

⁷ O Índice de Rendimento Acadêmico na UFJF é a média aritmética ponderada das notas obtidas ao longo do curso até a data em que é gerado. A fórmula para cálculo é: $IRA = \frac{\text{Somatório [Notas x Créditos]}}{\text{Somatório [Créditos]}}$

A nota obtida em cada disciplina é multiplicada pelo número de créditos. Somado todos os resultados divide-se o resultado pela soma dos créditos de todas as disciplinas consideradas no cálculo.

Obs. Não entram no cálculo do IRA as disciplinas trancadas ou dispensadas.

Nas disciplinas onde o aluno foi reprovado por infrequência a nota é zero.

terceiro período, o aluno começa as disciplinas obrigatórias da opção pretendida. Essa é uma das questões que será investigada na entrevista com os gestores.

1.4.2 Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Exatas

O BI de Ciências Exatas foi criado no mesmo período do BI de Artes e Design (2008), com início das aulas em 2009. O prazo médio de formação do primeiro ciclo também é de três anos, e o do 2º ciclo de mais um ou dois anos, dependendo da área escolhida (UFJF, 2013d). O final do primeiro ciclo confere ao aluno o título de Bacharel em Ciências Exatas e, cumprindo o objetivo do projeto, dispõe-se a ser um curso de formação ampla e interdisciplinar, assim sintetizado no site do curso:

O Bacharel em Ciências Exatas é um cidadão de nível superior que apresenta uma formação baseada em conceitos amplos e básicos, mais próxima da interdisciplinaridade, adequado para enfrentar os problemas advindos de um intenso desenvolvimento tecnológico. Sua formação é ampla e com possibilidade de adaptação à dinâmica científica e tecnológica, sem necessariamente ter uma especialização profissional (UFJF, 2013d).

O curso está alocado no Instituto de Ciências Exatas, que é dividido em cinco departamentos: Ciência da Computação, Estatística, Física, Química e Matemática. O Instituto possui 178 docentes, distribuídos entre os departamentos e que se dividem entre o curso de Bacharelado Interdisciplinar e os cursos de 2º ciclo (UFJF, 2013e).

Atualmente, o curso possui 887 alunos matriculados (INEP, 2012). Ao concluir o 1º ciclo, o aluno pode solicitar o reingresso em umas das diversas opções do 2º ciclo, que se dividem em bacharelado e licenciatura. As opções são Bacharelado em Ciências da Computação, Estatística, Física, Matemática, Química, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Computacional e Licenciaturas em Física, Matemática e Química.

Para o curso de Engenharia Elétrica, o discente deve optar ainda por uma das 5 áreas de habilitação, a saber: Energia, Robótica e Automação Industrial, Sistemas de Potência, Sistemas Eletrônicos ou Telecomunicações.

No ano de 2013, foram oferecidas 247 vagas anuais para o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Exatas. Já os cursos de 2º ciclo oferecem

diferentes números de vagas, conforme a área de interesse. Para os cursos da área de Engenharia Elétrica, com habilitação em Energia, Robótica e Automação, Sistemas de Potência, Sistemas Eletrônicos e Telecomunicações, são oferecidas 12 vagas para cada uma das habilitações. Para os cursos de Computação, Estatística, Engenharia Computacional e Engenharia Mecânica são oferecidas 20 vagas em cada um. Os cursos de Matemática e Física oferecem 25 e 30 vagas respectivamente. O curso de Química possui a maior oferta de vagas, disponibilizando um total de 50 vagas.

Tabela 6 - Vagas ofertadas pelo Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Exatas (1º Ciclo) e nos Bacharelados do 2º Ciclo

CURSOS	VAGAS 2013
1º CICLO	
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Exatas	247
2º CICLO	
Computação – Diurno	20
Estatística – Diurno	20
Física – Diurno	30
Matemática – Diurno	25
Química – Diurno	50
Engenharia Computacional – Diurno	20
Engenharia Elétrica – Energia – Noturno	12
Engenharia Elétrica – Robótica e Automação Ind. – Diurno	12
Engenharia Elétrica – Sistemas de Potência – Diurno	12
Engenharia Elétrica – Sistemas Eletrônicos – Diurno	12
Engenharia Elétrica – Telecomunicações – Diurno	12
Engenharia Mecânica – Diurno	20

Fonte: (UFJF, 2013d). Tabela elaborada pelo autora.

Assim como o BI de Artes e Design, o de Ciências Exatas não possui vagas suficientes para todos os alunos, caso todos queiram ingressar no mesmo curso de 2º ciclo. As vagas são distribuídas por 8 opções diferentes, em que o aluno deve optar por uma delas. O aluno cursa as disciplinas de formação básica (obrigatórias) do currículo e, após esse período, o mesmo fará a opção pela área de formação específica. Como o número de vagas em cada área é limitado, utiliza-se como critério de seleção o Índice de Rendimento Acadêmico - IRA nas disciplinas de formação básica (obrigatórias), cursadas até o terceiro período (UFJF, 2013d). É

assegurada a todo discente que satisfizer as condições do processo seletivo interno, a matrícula em algum curso das áreas do segundo ciclo de formação. Caso o discente não seja selecionado no curso pretendido, ele poderá optar por outro curso, não sendo possível postergar sua escolha, uma vez que os ingressantes de um ano não concorrem com as vagas do ano seguinte, segundo informações da direção do Instituto.

As vagas ofertadas no curso de Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Exatas e também nas opções de 2º ciclo, com exceção de Engenharia Elétrica, habilitação em Energia, são todas oferecidas no período diurno. Tal situação se contrapõe à proposta do REUNI, em que um dos objetivos é ampliar a oferta de vagas no período noturno. Essa contradição explica-se, segundo a direção do Instituto, em função do perfil do aluno de Ciências Exatas que, deve ser um aluno de ensino integral, de forma a associar o ensino com atividades de iniciação científica.

1.4.3 Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas

O BI de Ciências Humanas foi criado em 2010, e possui duração de dois anos e meio. Após este período o aluno recebe o título de Bacharel em Ciências Humanas e poderá optar por uma formação mais específica oferecida nos cursos de 2º ciclo. As áreas do Instituto de Ciências Humanas que integram o Bacharelado Interdisciplinar são Ciências Sociais, Ciência da Religião, Turismo e Filosofia (UFJF, 2013f). Os cursos de formação específica possuem duração entre um ano e meio e dois anos e meio.

O candidato que selecionar o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas opta por uma sólida formação nas humanidades, permitindo acumular capital cultural, polivalência intelectual, ênfase na problematização e na formação geral, possibilitando uma visão crítica e aberta sobre o mundo contemporâneo. O curso possibilitará múltiplas conexões intelectuais entre filosofia, antropologia, sociologia, política, história, psicologia, literatura, artes, religião, linguagem, ciência, geografia, turismo, estatística (UFJF, 2010, p. 4).

O curso está lotado no Instituto de Ciências Humanas, que oferece ainda os cursos de Geografia, História e Psicologia. O instituto é composto por sete departamentos, sendo que desses, quatro atendem prioritariamente ao curso de

Bacharelado Interdisciplinar; são eles: o departamento de Ciência da Religião, Ciências Sociais, Filosofia e Turismo. Esses departamentos são compostos por 73 docentes, que lecionam disciplinas no BI e nos cursos de 2º ciclo (UFJF, 2013g). Os departamentos de História, Geociências e Psicologia, apesar de não integrarem o BI, também oferecem disciplinas de forma regular para os alunos do curso interdisciplinar, conforme previsto no Projeto Político Pedagógico do curso. Portanto, embora não haja entrada para estes cursos via BI, eles participam de algum modo ao oferecerem disciplinas que podem compor o currículo do BI.

Atualmente, estão matriculados no curso 229 alunos no diurno e 337 no noturno (INEP, 2012). De maneira similar ao BI de Ciências Exatas, o aluno, para ingressar no segundo ciclo de estudo, deverá escolher uma das áreas ao final do quarto semestre do Bacharelado em Ciências Humanas.

No ano de 2013, foram oferecidas 353 vagas anuais para o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, sendo 131 para o período diurno e 122 para o período noturno. Os cursos de 2º ciclo oferecem 40 vagas em Ciência da Religião, sendo 20 no Bacharelado e 20 na Licenciatura, 35 vagas no curso de Filosofia, 90 para Ciências Sociais e 180 para o Turismo, sendo, neste último, 90 vagas no período diurno e 90 no noturno.

Tabela 7 - Vagas ofertadas pelo Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (1º Ciclo) e nos Bacharelados do 2º Ciclo

CURSOS	VAGAS 2013
1º CICLO	
Bacharelado Interdisciplinar Ciências Humanas – Diurno	131
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas – Noturno	222
2º CICLO	
Ciência da Religião – Bacharelado – Noturno	20
Ciência da Religião – Licenciatura – Noturno	20
Ciências Sociais – Noturno	90
Filosofia – Diurno (oferece entrada direta também)	35
Turismo – Diurno + Noturno	90 + 90

Fonte: (UFJF, 2013f). Tabela elaborada pelo autora.

As vagas são ocupadas dentro do seu limite, considerando como critério o desempenho do aluno, assim definido:

- I – “Média 1”: Média de desempenho – notas – obtida a partir de todas as disciplinas cursadas na área chamada de formação geral (exceto área de concentração).
- II – “Média 2”: Média de desempenho – notas – obtida a partir das disciplinas cursadas na área de concentração.
- III – “Média 3”: Resultado classificatório, média geral para classificação, obtida a partir das Médias 1 e 2 (UFJF, CONGRAD, 2010, p. 6).

Assim, como nos demais Bacharelados Interdisciplinares, o aluno passará por um processo seletivo interno para sua classificação na área escolhida, conforme critérios definidos acima, visto que apesar de garantida a vaga no 2º ciclo, o número de vagas por área é limitado, tornando-se necessária a seleção interna. No ato da Inscrição, o aluno poderá optar por até 03 (três) dos cursos ofertados, em ordem de preferência (UFJF, 2010).

1.5 Dados referentes ao conjunto dos Bacharelados Interdisciplinares

Observando-se os números agregados disponibilizados no Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design apresentou um aumento na oferta de vagas, sendo: 51 vagas ofertadas em 2009, 151 em 2010, 231 em 2011 e 251 em 2012, atingindo a meta prevista no plano de expansão da UFJF, cuja proposta previa a criação de 250 vagas. Em relação ao número de inscritos, esse também aumentou ao longo dos anos, passando dos 275 iniciais, para 362 em 2010, 455 em 2011, chegando a 2795 inscritos em 2012. O número de ingressantes aproximou-se do número de vagas ofertadas, ou seja, 52 em 2009, 151 em 2010, 235 em 2011 e 224 em 2012.

O Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Exatas ofertou 325 e 355 vagas em 2009 e 2010, respectivamente. Em 2011 foram incluídas mais 51 vagas, totalizando 406 vagas e, em 2012, 405. O plano de expansão previa um total de 714 vagas no 1º ciclo do Bacharelado em Ciências Exatas. Essa diferença ocorreu em virtude dos

cursos oferecidos em 2º ciclo, também serem oferecidos com entrada direta. Dessa forma, as vagas foram remanejadas entre o BI e os cursos com ciclo único.

Em relação ao número de inscritos, esse aumentou substancialmente, saindo de 490 em 2009 e 480 em 2010, para 2.147 em 2011 e 3.375 em 2012. Quanto ao número de ingressantes, esse ficou menor que o número de vagas ofertadas, sendo que, a partir de 2009 até 2012, os valores foram: 311, 289, 352 e 305, respectivamente.

Em 2009, não houve oferta para o curso de bacharelado em Ciências Humanas, criado somente em 2010. A oferta de vagas em 2010 e 2011 foi a mesma, isto é, 174 para o diurno e 173 para o noturno. Em 2012, a oferta diminuiu para o diurno, tendo sido oferecidas 126 vagas. No noturno, a oferta foi ampliada para 220 vagas. O plano de expansão previa um total de 650 vagas no 1º ciclo do Bacharelado em Ciências Humanas, valor superior ao ofertado atualmente, que é de 346 vagas. Essa diferença pode ser explicada pelo fato de que alguns cursos, como Geografia e História, não terem se integrado ao BI, e ao curso de Filosofia, que ainda oferece vagas para entrada direta.

Para esse curso, especificamente, o número de ingressantes é bem inferior ao número de vagas ofertadas. Em 2010, ingressaram 91 alunos no diurno e 92 no noturno. Em 2011, houve o ingresso de 100 alunos no diurno e 160 no noturno, praticamente preenchendo todas as vagas. Em 2012, essa proporção se manteve, tendo ingressado 96 alunos no diurno e 150 no noturno. Apesar de não preencher todas as vagas, a procura pelo curso aumentou consideravelmente. Em 2010, foram apenas 127 e 122 inscritos para o curso no diurno e no noturno, respectivamente. Porém, em 2011, foram 1.040 e 1.672 inscrições e, em 2012, 1.330 e 3.294 alunos inscritos no BI de Ciências Humanas Diurno e Noturno, respectivamente. Enfim, houve um aumento bastante expressivo.

Tabela 8 - Dados agregados de Oferta de Vagas, Inscritos e Ingressantes - Censo da Educação Superior

	CENSO 2009			CENSO 2010			CENSO 2011			CENSO 2012		
	Oferta	Inscritos	Ingressantes	Oferta	Inscritos	Ingressantes	Oferta	Inscritos	Ingressantes	Oferta	Inscritos	Ingressantes
BI Artes Design	51	275	52	151	362	151	231	455	235	251	2795	224
BI Ciências Exatas	325	490	311	355	480	289	406	2147	352	405	3375	305
BI Ciências Humanas - D	0		0	174	127	91	174	1040	100	126	1330	96
BI Ciências Humanas - N	0		0	173	122	92	173	1672	160	220	3294	150

Fonte: (INEP, 2010); (INEP, 2011a); (INEP, 2012). Tabela elaborada pelo autora.

Pelos dados pode-se constatar que a procura pelos Bacharelados é cada vez maior. O BI em Artes e Design, em 2009, obteve a inscrição de 5,39 candidatos por vaga. Em 2012, esse número cresceu para 11,13 candidatos por vaga. No BI de Ciências Exatas o aumento é ainda maior; a relação candidato/vaga foi de 1,5 no primeiro ano de oferta do curso, passando a 9,58 inscritos por vaga em 2012. Os BI's de Ciências Humanas também tiveram um aumento considerável no número de candidatos por vagas. Em 2010, primeiro ano de oferta desses cursos, a procura foi de 0,72 para o diurno e 0,70 para o noturno, ou seja, menos de um candidato por vaga; em 2012, esses números cresceram para o patamar de 10,55 e 14,97, respectivamente.

Essa informação demonstra que, a cada ano, a procura pelos Bacharelados Interdisciplinares está maior, evidenciado ainda mais a relevância de estudos que buscam identificar lacunas no processo de permanência dos alunos, além da importância da divulgação do mesmo. No entanto, apesar da demanda, o número de ingressantes ficou abaixo do número de vagas ofertadas. Em relação a essa situação pode-se inferir que, no início, como a demanda pelos cursos era menor, muitos candidatos não atingiam a pontuação mínima exigida para ingresso nos cursos, o que indica um desempenho insatisfatório por parte desses candidatos no processo seletivo. Atualmente, esse problema tende a diminuir, visto que a procura

pelos cursos aumentou consideravelmente. No entanto, ainda ocorre de algumas vagas ficarem sem preenchimento em razão do processo seletivo realizado pelo Sistema de Seleção Unificada – Sisu, adotado pela UFJF desde 2011.

O Sisu é um sistema gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), pelo qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio-ENEM. O problema das vagas ocorre, porque o resultado de algumas universidades sai somente depois do resultado oficial do Sisu. Assim, alguns alunos, para garantirem a vaga, matriculam-se na UFJF, mas depois optam por outra universidade e não formalizam a sua desistência. Esse procedimento impossibilita a universidade de fazer novas chamadas de excedentes, deixando aquela vaga sem preenchimento.

Na Tabela 9, são apresentados os dados referentes a situação do aluno egresso. Os dados apresentados demonstram que o número de concluintes nos bacharelados interdisciplinares está muito abaixo do número esperado. Apesar de serem cursos ainda muito recentes, todos já completaram um ciclo de formação. O BI de Ciências Exatas e o de Artes e Design foram iniciados em 2009, portanto, os ingressantes desse ano de início do curso deveriam ter se formando em 2011. Já o BI de Ciências Humanas, iniciado em 2010 e com duração de dois anos e meio, teria sua primeira turma se formando em 2012.

Tabela 9 - Informações Situação Discente Censo Superior

	CENSO 2010			CENSO 2011			CENSO 2012		
	Trancados	Desvinculados do curso	Formados	Trancados	Desvinculados do curso	Formados	Trancados	Desvinculados do curso	Formados
Arte e Design	3	0	0	7	11	26	30	46	25
Ciências Exatas	14	27	2	31	89	2	53	183	34
Ciências humanas - Diurno	0	0	0	5	16	0	18	103	41
Ciências humanas - Noturno	0	0	0			0			11

Fonte: (INEP, 2010); (INEP, 2011a); (INEP, 2012). Tabela elaborada pelo autora.

No Bacharelado de Artes e Design, três alunos trancaram a matrícula em 2010, sete em 2011 e 30 em 2012. Quanto aos alunos desvinculados⁸ do curso, em 2010 não houve nenhum caso, em 2011 foram 11 alunos e, em 2012, 46 alunos. Já o número de concluintes foi de 0 em 2010, situação esperada, pois o curso ainda não havia completado um ciclo, 26 em 2011 e 25 em 2012.

Para o Bacharelado de Ciências Exatas, o número de alunos trancados e desvinculados do curso foi bastante expressivo. Em 2010, foram 14 alunos trancados e 27 desvinculados do curso. Em 2011, esses números subiram para 31 trancados e 89 desvinculados. Por fim, em 2012, foram 53 alunos trancados e 183 desvinculados do curso. Já o número de alunos formados é ainda irrisório: 2 alunos em 2010, 2 em 2011 e 34 em 2012.

No ano de 2010, não havia, ainda, o curso de Bacharelado em Ciências Humanas; por isso, os valores são todos iguais a zero. Em 2011, foram cinco trancamentos e 16 alunos desvinculados do curso, considerando-se os dois períodos (diurno e noturno)⁹. Em 2012, esses números subiram para 18 trancamentos e 103 alunos desvinculados nos dois turnos. Já o número de formados no ano de 2011 foi nulo para os dois turnos e, em 2012, 41 e 11 para o diurno e noturno, respectivamente.

Segundo os dados do Censo da Educação Superior 2012, o número de alunos matriculados é de 558 alunos no BI de Artes e Design, 887 no BI de Ciências Exatas, 337 no BI de Ciências Humanas Diurno e 229 no BI de Ciências Humanas Noturno (INEP, CENSO, 2012). Dessa forma, o número de trancamentos em ambos os cursos é pequeno, em relação ao número de matriculados. Para o BI de Artes e Design, o percentual de trancamento foi de 5,38%, próximo ao percentual do BI de Ciências Exatas, que foi de 5,98%. Já no BI de Ciências Humanas, o percentual de trancamento foi de apenas, 3,18%.

Em relação ao número de evadidos, esse é mais expressivo, especialmente no caso dos BI's de Ciências Exatas e Ciências Humanas. Para o cálculo básico deste estudo, utiliza-se a fórmula proposta por Silva Filho *et al* (2007), publicada no artigo "A Evasão no Ensino Superior Brasileiro". Em que: $M(n)-I(n)$ é o número de

⁸ Desvinculado é o aluno que, na data de referência do Censo, não possui vínculo com o curso por motivos de evasão, abandono, desligamento ou transferência para outra IES. INEP. Manual Aluno. Disponível em: <<http://censosuperior.inep.gov.br/questionarios-e-manuais>>. Acesso em 29 abr. 2014.

⁹ O Censo da Educação Superior no relatório de Indicadores não separa por turno o número de alunos trancados e desvinculados do curso, apenas o número de alunos formados.

matriculados no ano n menos o número de ingressantes naquele ano e $M(n-1)-C(n-1)$ é o número de matriculados no ano n-1, menos o número de concluintes naquele ano:

$$\text{Evasão} = 1 - \frac{M(n) - I(n)}{M(n-1) - C(n-1)} \quad (1)$$

Segundo os autores, a evasão anual está relacionada à perda de alunos de um ano para o outro, sendo calculada conforme fórmula específica, como a comparação entre o número de alunos que estavam matriculados num determinado ano, subtraídos os concluintes, com a quantidade de alunos matriculados no ano seguinte, subtraindo-se deste último o total de ingressantes desse ano.

Reagrupando os dados dos censos de 2011 e 2012, para cálculo da taxa de evasão, temos os seguintes valores: no BI de Artes e Design, 421 matriculados e 26 concluintes, em 2011, e 558 matriculados e 224 ingressantes, em 2012. No BI de Ciências Exatas, são 786 alunos matriculados e 2 concluintes, em 2011 e 887 matriculados e 305 ingressantes, em 2012. No BI de Ciências Humanas, os números são de 26 matriculados e nenhum concluinte, em 2011 e 566 matriculados e 246 ingressantes, em 2012.

Tabela 10 – Dados agregados para Cálculo da Evasão

	CENSO 2011		CENSO 2012	
	Matrículas	Concluintes	Matrículas	Ingressantes
Arte e Design	421	26	558	224
Ciências Exatas	786	2	887	305
Ciências Humanas – Diurno	180	0	229	96
Ciências Humanas – Noturno	246	0	337	150

Fonte: (INEP, 2011a); (INEP, 2012). Tabela elaborada pelo autora.

Efetuando-se os cálculos chega-se aos seguintes percentuais de evasão em cada um dos cursos: 15% para o BI de Artes e Design, 26% para os BI's de Ciências

Exatas e Ciências Humanas Diurno e 24% para o BI de Ciências Humanas Noturno. Esses valores são compatíveis, se olharmos apenas o número de alunos desvinculados dos cursos em 2012, cujos percentuais em relação ao número de matriculados é de 20,63% em Ciências Exatas, 18,20% em Ciências Humanas e de 8,24% no BI de Artes e Design.

Em relação à conclusão do curso, o Tribunal de Contas da União - TCU especifica a seguinte fórmula para o cálculo da Taxa de Sucesso na Graduação (TSG):

$$\text{TSG} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de diplomados}}{\text{N}^\circ \text{ total de alunos ingressantes}} \quad (2)$$

A fórmula considera o número de diplomados, dividido pelo total de alunos ingressantes no ano ou semestre do suposto ingresso dos estudantes que estariam se graduando no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso (TCU, 2009). A taxa média de sucesso na graduação para todos os cursos da UFJF, considerando os últimos cinco anos, foi de 92,04% e de 79,18% no ano de 2012 (UFJF, 2013h). Essa queda é explicada no Relatório de Gestão da Universidade, em função da greve, que impossibilitou computar, no cálculo, os alunos formados em 2012. Se excluirmos os BI's do cálculo, referente a 2012, a Taxa de Sucesso na Graduação subiria para 105,71%, o que demonstra o grande impacto desses cursos sobre o cálculo.

Fazendo esse mesmo cálculo para cada um dos cursos, observamos que ambos ainda estão aquém da média apresentada na Universidade. Consideraram-se, para efeitos desse balanço, os dados presentes na Tabela 11, na qual, podemos observar que dentre os concluintes do ano de 2012, 25 são do BI de Artes e Design, 34 do BI de Ciências Exatas e 56 do BI de Ciências Humanas, (41 do diurno e 11 do noturno). Para a informação dos ingressantes, utilizaram-se os dados de 2010, uma vez que esses seriam os alunos que deveriam se formar em 2012, considerando a duração padrão de ambos os cursos.

Tabela 11 - Taxa de Sucesso na Graduação – 2012

Cursos	Concluintes 2012	Ingressantes 2010	Taxa de Sucesso na Graduação
Artes e design	25	151	16,56%
Ciências Exatas	34	289	11,76%
Ciências Humanas – Diurno	41	91	45,05%
Ciências Humanas – Noturno	11	92	11,96%

Fonte: (INEP, 2010); (INEP, 2012). Tabela elaborada pelo autora.

Os cursos ainda estão no seu primeiro ciclo de formação. Portanto, seria precoce identificarmos essa taxa como um problema. No entanto, levando-se em conta também as altas taxas de evasão, evidencia-se a necessidade de ir a campo e buscar evidências que apontem possíveis causas de dificuldades enfrentadas pelos alunos na conclusão do curso, ou possíveis problemas que estejam gerando a evasão ou trancamento do curso.

1.6 Abordagem Metodológica

Retomando o problema da pesquisa: “quais as dificuldades encontradas pela UFJF na implementação dos BI’s, no que tange às variáveis de fluxo e permanência do aluno na universidade pública?”. Acredita-se que, apesar da política implementada ser muito recente, é benéfica à universidade uma análise das dificuldades encontradas do ponto de vista da gestão e dos alunos, podendo, assim, implementar melhorias ao sistema.

Nesse sentido, procedemos à utilização de uma abordagem metodológica de caráter qualitativo, ou seja, as entrevistas realizadas com diretores dos Institutos que sediam os Bacharelados. O primeiro entrevistado foi o professor Ricardo de Cristóforo, diretor do Instituto de Artes e Design; o segundo foi o professor Rubens de Oliveira, diretor do Instituto de Ciências Exatas; e, por fim, o professor Eduardo Salomão Condé, diretor do Instituto de Ciências Humanas. A escolha pelos diretores deu-se em função dos mesmos terem participado efetivamente do processo de implementação dos BI’s. Os professores Rubens Oliveira e Eduardo Condé já ocupavam a direção dos respectivos institutos à época da aprovação do projeto, em

2009. O professor Ricardo de Cristóforo, que nesse momento, ainda não era diretor, também participou das discussões de implementação, tendo assumido a direção em 2010.

No caso do método quantitativo, utilizou-se a pesquisa de campo com a aplicação dos questionários a uma amostra dos alunos matriculados em cada um dos BI's, objetos desse estudo. A pesquisa foi realizada de forma aleatória com os alunos dentro do Campus da UFJF, nos próprios institutos, no período de 22 de outubro a 08 de novembro de 2013. Para o cálculo da amostra, utilizou-se a fórmula de cálculo amostral (equação 3), aplicada sobre uma população de tamanho finito¹⁰, em que: **n**: é o tamanho da amostra a ser definido. **N**: é o tamanho da população. **z**: é a probabilidade estabelecida (se for 90% $z=1,645$). **e**: é o erro definido. **p**: é a proporção da característica que se deseja estudar na população. Quando temos completa ignorância sobre essa proporção utilizamos $p=0,5$, pois assim irá fornecer o maior tamanho de amostra possível.

$$n = \frac{Nz^2 p(1-p)}{e^2(N-1) + z^2 p(1-p)} \quad (3)$$

Assim, adotando-se uma probabilidade (z) de 90% e um erro definido (e) igual a 10%, com p igual a 0,5, e com base no número de matriculados em cada curso, obteve-se a seguinte amostra: 60 indivíduos no BI de Artes e Design, 63 no BI de Ciências Exatas e 52 e 56 indivíduos nos BI's de Ciências Humanas, diurno e noturno, respectivamente.

O elemento central que norteou a elaboração do questionário foi a percepção dos alunos em relação ao curso e expectativas futuras depois de formado. No que tange às entrevistas, a intenção foi constatar se houve resistência à implementação do projeto por parte dos docentes envolvidos e identificar possíveis dificuldades em relação ao processo, do ponto de vista da gestão.

¹⁰ Foi feita uma amostragem para cada um dos cursos, considerando como população o número total de alunos matriculados em cada um dos três bacharelados. Assim, tem-se uma população de 558 indivíduos no BI de Artes e Design, 887 no BI de Ciências Exatas e 229 e 337 indivíduos nos BI's de Ciências Humanas, diurno e noturno, respectivamente. Reconhece-se que existe uma estratificação na amostra, quanto à periodização dos alunos em cada curso, porém, esta não foi considerada, fato que interfere, mas não invalida a amostragem.

Com base nas entrevistas realizadas com os gestores e nos questionários aplicados aos alunos dos bacharelados interdisciplinares, foi possível identificar alguns fatores que funcionam, ainda, como obstáculos para a condução com sucesso dos BI's na UFJF e o bom desempenho dos alunos no curso. Primeiramente, há um problema administrativo no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGA, da Universidade. O sistema ainda não está adequado à realidade dos Bacharelados Interdisciplinares, o que vêm acarretando problemas para alunos e docentes. Outro ponto destacado diz respeito à grande resistência por parte dos docentes em relação ao formato dos bacharelados interdisciplinares. E, por fim, existem algumas dificuldades enfrentadas pelos alunos em relação à permanência e conclusão do curso, atreladas ao desempenho e condições financeiras dos mesmos. Essa última situação é geralmente comum a outros cursos de graduação.

Esses elementos serão abordados no segundo capítulo, com base na pesquisa de campo realizada e no referencial teórico correspondente.

2 AVALIAÇÃO DOS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES NA UFJF

O objetivo do presente estudo é avaliar os resultados do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), especificamente com relação aos Bacharelados Interdisciplinares, implementados nos institutos de Artes e Design, Ciências Exatas e Ciências Humanas.

Para atingir o objetivo da pesquisa, inicia-se o capítulo 2 com uma avaliação dos itens identificados na pesquisa de campo realizada, bem como no referencial teórico pertinente, relacionado ao problema da pesquisa, ou seja, "quais as dificuldades encontradas pela UFJF na implementação dos BI's, no que tange às prerrogativas de fluxo e permanência do aluno na universidade pública?".

O primeiro elemento identificado como um dificultador do processo está relacionado ao Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGA. Os diretores manifestaram nas entrevistas realizadas uma grande preocupação em relação à inadequação do SIGA à realidade dos BI's, situação que segundo eles, pode estar impactando nas taxas de evasão e retenção. O segundo elemento a ser analisado refere-se a grande resistência existente nos departamentos, em especial por parte dos docentes, em relação ao formato do bacharelado interdisciplinar. E, por fim, analisa-se, como terceiro elemento, as dificuldades e inseguranças enfrentadas pelos alunos em relação ao curso, relacionadas às condições de desempenho acadêmico dos mesmos e à capacidade financeira de se manter na universidade.

Para que o projeto dos bacharelados interdisciplinares obtenha êxito é necessário o engajamento de todos os envolvidos no processo, tais como gestores, administração, corpo docente e o próprio aluno. Todos precisam acreditar no modelo de formação proposto, do contrário, os BI's não conseguirão diminuir as taxas de evasão, conforme se propõem. Apenas retardar a escolha da profissão, pode não ser suficiente para fazer com que os alunos se identifiquem com o curso e obtenham êxito na sua formação.

O problema do acesso foi amplamente contemplado com o projeto REUNI. No entanto, a preocupação com a qualidade e com a permanência do aluno na universidade precisa ser também foco dos gestores. A evasão no ensino superior é um problema crítico que precisa ser combatido. "O abandono do aluno sem a

finalização dos seus estudos representa uma perda social, de recursos e de tempo de todos os envolvidos no processo de ensino” (LOBO, 2012, p. 01). Além disso, é preciso investir também no sucesso do aluno em relação ao seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, na conclusão do curso.

Percebe-se que a proposta dos BI's possui um caráter inovador no Brasil e, devido a isso, traz alguns desafios no seu processo de implementação. A Universidade Federal de Juiz de Fora aderiu a esse projeto, mas ainda enfrenta algumas dificuldades em relação ao êxito do mesmo. De acordo com a pesquisa realizada, foi possível inferir que as dificuldades possuem significados distintos para cada um dos atores envolvidos.

Por parte dos gestores, os problemas apontados decorrem das relações internas atreladas à resistência dos docentes e de ordem burocrática, pela falta de um sistema de registro acadêmico adequado às especificidades do BI. Na perspectiva dos estudantes, as principais dificuldades são de ordem econômica e de desempenho, além da inquietação quanto à possibilidade ou não de inserção no mercado de trabalho após a conclusão do curso.

Desse modo, o capítulo 2 está estruturado em três tópicos. O primeiro traz a abordagem sobre o problema estrutural no Sistema de Registro Acadêmico e suas implicações para os cursos analisados. O segundo tópico traz as resistências identificadas na pesquisa em relação ao Bacharelado Interdisciplinar e, por último, uma discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelos discentes dos BI's na UFJF.

2.1 Problema Estrutural no Sistema de Registro Acadêmico

O SIGA, Sistema Integrado de Gestão Acadêmica, é o sistema utilizado pela UFJF atualmente e integra todos os processos informatizados da universidade, abrangendo as áreas acadêmica e administrativa. Desenvolvido e implementado a partir de 2003, por uma equipe da própria instituição, trata-se de um sistema computacional para ser executado em ambiente *web* e com *software* livre (UFJF, 2014a).

Os módulos básicos principais do SIGA são: ensino, administração, recursos humanos, biblioteca e outras funcionalidades complementares. Os módulos, por sua

vez, são integrados entre si e são compostos por diversas rotinas de cadastro, consultas, relatórios e outros tipos de transações que podem ser acessadas pelos usuários do sistema, de acordo com as permissões específicas de cada tipo de usuário. Para acesso à área Administrativa, é preciso que o usuário faça parte do corpo efetivo da Universidade. Já o SIGA Acadêmico é direcionado também aos alunos da instituição.

O sistema de registro acadêmico unificado foi inserido nas Universidades brasileiras pela Reforma Universitária, estabelecida pela Lei nº 5.540, de 28 de dezembro de 1968 (UFJF, 2014c). Na UFJF, esse controle é feito pela CDARA - Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos, em parceria com o CGCO - Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional, equipe responsável pela concepção, implementação e administração do SIGA.

O processo de informatização do registro acadêmico, que compreendia a matrícula, processo seletivo e o registro de notas, iniciou-se na UFJF em 1970, sendo efetuado por um centro de Processamentos de Dados (UFJF, 2014a). Com o crescimento da universidade, a secretaria geral, até então responsável pelas atividades de registro acadêmico foi reestruturada e transformou-se em Departamento de Assuntos e Registros Acadêmicos - DARA. Em 1998, os Departamentos Administrativos foram transformados em Coordenadorias, as Divisões em Gerências e as Seções em Subgerências e o DARA passou então a ser denominado como, Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos, incorporando em 2006, a Gerência de Pós-graduação e Educação a Distância.

Embora esteja funcionando há tanto tempo, o registro acadêmico da UFJF, assim como qualquer sistema informatizado, precisa constantemente de atualizações. Situação esta prevista pela equipe do CGCO, onde os mesmos destacam que o sistema SIGA "[...] está constantemente passando por ajustes e aperfeiçoamentos, com novas funcionalidades sendo gradativamente construídas" (UFJF, 2014a).

No caso específico dos Bacharelados Interdisciplinares, foi ressaltado pelos diretores do ICE e do ICH as dificuldades do Sistema Integrado da UFJF em atender as necessidades específicas do curso e de seus alunos. No caso do BI de Artes e Design, essa questão não foi levantada como problema no momento da entrevista. No entanto, foi efetuado novo contato com o diretor Ricardo de Cristóforo, questionando se o BI de Artes e Design (BIAD) também havia algum tipo de

problema em relação ao Siga, e o diretor respondeu da seguinte forma: "O mesmo problema relatado pelo Rubens e Condé está ocorrendo com os alunos do BIAD, quando vão para o 2º Ciclo". Assim, pode-se dizer que esse problema é enfrentado por todos os três cursos objetos do estudo.

Para o professor Condé, diretor do ICH, a CDARA não atende às especificidades do BI. Como exemplo, o diretor disse que em, várias situações, aparece indevidamente na matrícula dos alunos disciplinas como obrigatórias, quando na verdade não são. De acordo com Condé: "[...] a proposta não é nada disso, você passa um monte de tempo explicando para o aluno que não é nada disso e na hora que a CDARA vai fazer a implementação do aluno vira isso" (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

Outro problema destacado por Condé, diz respeito à formação das turmas pela CDARA:

No noturno já tem numa turma 104 alunos e na outra 20. Olha como a CDARA distribui a turma. Sabe qual é o argumento: eles primeiro enchem uma turma, para depois preencher a outra. Isso não é pedagógico, isso não é inteligente, mas o argumento é esse, atrapalhando inclusive na alocação de salas. Eu proibi fazer turmas de 100 alunos. O ideal é fazer duas turmas. Não há problema nenhum em ter uma turma de 70 com outra turma de 70. Mas não tenho espaço físico para uma turma de 140 alunos (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

Os problemas relatados pelo diretor são de ordem burocrática e que causam um desconforto entre alunos e coordenação de cursos. O regulamento do curso especifica uma regra, e, na prática, a regra é outra. Esse mal estar causa um desestímulo muito grande nos atores diretamente envolvidos no processo.

Para o professor Rubens, diretor do ICE, as instituições, a Universidade e o MEC precisam adaptar-se, pois existem algumas dificuldades que eles não sabem responder, como, por exemplo, o momento certo para avaliação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE. O diretor aponta esse despreparo em relação às características específicas do BI como uma das maiores desvantagens do curso: "[...] as maiores desvantagens? Tanto a sociedade quanto as instituições não estão preparadas, nós não estamos preparados, o SIGA até hoje não está adaptado ao BI" (OLIVEIRA¹¹, entrevistado 4, 2013).

¹¹ Entrevista concedida por OLIVEIRA, Rubens de. Entrevistado 4. [out. 2013]. Entrevistador: Ana Paula Delgado da Costa. Juiz de Fora, 2013. 1 arquivo .mp3 (40:19min).

Esse problema é bastante crítico no ICE, sendo apontado pelo diretor como uma das principais justificativas para as baixas taxas de conclusão no curso. O aluno, mesmo apto a se formar no BI, adiava essa condição, enquanto cursava as disciplinas do 2º ciclo, porque, quando havia uma tentativa de oficializar essa escolha, o mesmo desaparecia do sistema sem justificativa para isso. Tal situação gerava insegurança nos alunos, no momento de oficializar sua opção, devido aos problemas burocráticos que geraria. Rubens assinala que:

O SIGA, até hoje, não está adaptado ao BI, isso faz com que as pessoas desanimem de fazer a opção. O aluno faz a opção e some do sistema, não consegue entrar no RU, não consegue pegar livro na biblioteca. Muitos alunos que já podiam fazer a opção, diziam, "não vou optar não, só vai criar confusão, eu vou sumir do SIGA". As instituições não estão preparadas, estão longe de estar preparadas. A coisa mais básica que se tem que ter, que é um bom controle acadêmico, está péssimo (OLIVEIRA, entrevistado 4, 2013).

Essa dificuldade do SIGA acadêmico e da CDARA em atender ao BI de Ciências Exatas pode se justificar em função de uma particularidade desse BI. Ao contrário do BI de Artes e Design e de Ciências Humanas (com exceção do curso de Filosofia), onde há apenas uma via para ingresso nos cursos de 2º ciclo, no BI de Ciências Exatas o aluno possui vários caminhos. Existem os alunos que ingressam no BI e, em seguida, fazem a opção pelo curso de 2º ciclo. Há os alunos que, após o ingresso no BI, resolvem fazer o processo seletivo (Sisu) novamente e ingressar nos cursos específicos, de forma direta. E, além disso, existe a partir de 2013, uma terceira alternativa, que são as vagas com opção declarada, onde o aluno ingressa no BI com a opção de 2º ciclo já definida, ou seja, é uma pré-opção.

Rubens acrescenta que essa última opção surgiu do trabalho feito pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE, como um mecanismo para evitar que alguns cursos ficassem vazios.

Criamos agora no vestibular, vagas com opção declarada. Exemplo: vaga do BI, mas com a opção de Química, onde esse aluno depois, também pode abrir mão dessa vaga e concorrer a outra. Criou-se uma mobilidade que antes não tinha. No terceiro período ele faz a opção de ser também aluno do BI ou seguir direto, esta é uma novidade interessante, que saiu do NDE. Isto diminuiu a pressão, pois como os alunos não queriam fazer a opção por causa da bagunça do SIGA, os cursos de 2º ciclo ficavam vazios. Eles estavam no curso, mas não queriam optar (OLIVEIRA, entrevistado 4, 2013).

O professor Rubens justificou, na entrevista, como uma das razões para as baixas taxas de conclusão no BI de Ciências Exatas, essa dificuldade dos alunos em relação ao sistema.

Antes não tinha aquela regra de formar em um curso e só depois formar no outro, então, o aluno ia puxando as disciplinas e depois formava junto no BI e no 2º ciclo. Eles não queriam formar porque sumiam do SIGA, vários alunos perderam bolsa porque sumiram do SIGA. A Instituição não se adaptou às regras do BI [...]. Nós temos que consertar o sistema, porque os alunos desistem, começam a falar mal, porque, imagina você sumir, perder a bolsa, porque você fez a opção, não consegue tirar livro na biblioteca, o sistema não deixa e ninguém está preocupado com isso (OLIVEIRA, entrevistado 4, 2013).

A regra a que o professor se refere diz respeito à Lei. 12.089/2009, que impede que um mesmo aluno seja vinculado a duas vagas em cursos superiores distintos em uma universidade pública. Assim, os alunos não podem ocupar duas vagas (uma no BI e outra no 2º ciclo) ao mesmo tempo, o que antes acabava acontecendo. Agora, é preciso que ele termine o BI (1º ciclo) para ingressar na opção de 2º ciclo. Como antes essa regra não estava sendo aplicada e devido aos problemas do sistema, o aluno adia a formação no BI, enquanto cursava as disciplinas da opção escolhida no 2º ciclo, e mantinha-se matriculado indevidamente no BI.

Além disso, Rubens (2013) afirmou que, devido aos problemas apresentados no CDARA, o ICE possui um controle de registro Acadêmico próprio, paralelo ao SIGA. Essa situação é muito grave, pois impacta diretamente nos dados oficiais que vão para o Censo, uma vez que esses dados são retirados do SIGA. Essa questão traz enorme prejuízo para a universidade, tanto em termos estatísticos quanto orçamentário, uma vez que a Universidade é remunerada, dentre outros aspectos, pelo número de concluintes informados no Censo.

Em relação à informação estatística, esta foi relatada pelo diretor do Instituto de Ciências Humanas como mais um problema, devido à falta de relatórios no SIGA referente aos dados acadêmicos. De acordo com ele: "Você não gera estatística no sistema. Se você quiser identificar quantos alunos foram reprovados e qual é a taxa de evasão você tem que contar" (CONDÉ, entrevistado 1, 2013). A falta de informação estatística é um dificultador do trabalho da gestão. É preciso que os dados sejam monitorados, para que, através desse monitoramento, possam ser discutidas e definidas estratégias de intervenção e melhorias.

Os dados apresentados nessa dissertação são novidade para os gestores, uma vez que o acesso ao Censo, que é um sistema do governo federal, é limitado ao Pesquisador Institucional. Embora o INEP já esteja pensando em ferramentas para ampla divulgação dessas informações, deveria haver, dentro da UFJF, uma possibilidade, para que os dados inseridos no SIGA sejam transformados em informação e estejam disponíveis para os gestores terem consciência da real situação dos seus cursos. Para o diretor do ICH, "(...) há um problema de implementação que é de ordem administrativa. Ali (CGCO) eu não sei se eles não querem entender o projeto ou se não querem modificar o sistema" (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

A Administração Superior, representada pela fala do Pró-Reitor de Planejamento Carlos Elízio Barral Ferreira, acredita que esses problemas são oriundos da complexidade que envolve o controle e registro acadêmico:

O SIGA foi montado e vem sendo organizado e alterado em função da dinâmica dos próprios currículos dos cursos e das regras acadêmicas ao longo do tempo. E isso, para uma base de dados, não é tão trivial, mudar e ajustar. Como será feita a matrícula, quais são as regras? É preciso definir regras, que, em alguns casos, é o CONGRAD, em outras, os departamentos, para depois passar isso para o CGCO viabilizar a implantação dessas regras no SIGA, para que o sistema responda adequadamente. E isso é muito mutável. Essa dinâmica instável dificulta. E cada BI possui uma regra para a mudança do primeiro para o segundo ciclo (FERREIRA, entrevistado 3, 2014).

Na visão da administração superior, existe ainda uma falta de comunicação entre os Institutos, os departamentos, o CGCO e CDARA. Segundo Ferreira:

Eu não vi reunião de pessoas com o CGCO para dizer quais são as regras de cada BI, para que essas fossem processadas e implementadas no SIGA. (...) Aí o trabalho que precisa ser feito é ir até a unidade definir com clareza o regulamento, o regimento e apresentar para o CGCO, porque tenho certeza que tem gente competente para implementar isso lá (FERREIRA, entrevistado 3, 2014).

Os diretores contestam esta opinião dizendo que houve várias tentativas de entendimento entre os setores, visando alinhar as demandas, mas, por algum motivo, essas ainda não foram atendidas adequadamente. Observa-se que no processo de implementação do BI, em relação ao sistema acadêmico, houve ruídos na comunicação entre os envolvidos, impossibilitando que as mudanças

caminhassem juntas. É evidente que uma decisão desse porte não poderia deixar de ser tomada apenas por um problema operacional, mas tal problema não pode ser ignorado ou os resultados ficarão comprometidos.

José Antônio Puppim de Oliveira é professor da FGV e analisa em seu artigo: "Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas", os desafios que envolvem o planejamento em políticas públicas. Segundo Oliveira (2006), um dos motivos que leva a falhas nos resultados de políticas públicas é a dissociação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento. Essa lógica vale não só para políticas públicas, mas para novos projetos, de modo geral. O planejamento de uma política ou projeto precisa aproximar o processo de elaboração e implementação, e, para isso, o envolvimento de todos os atores na discussão é fundamental.

Para o autor, existem bons e maus planos, mas muitos dos bons planos falham por problemas técnicos na implementação, por sabotagem ou por não serem implementados exatamente de acordo com o que foi indicado no plano (OLIVEIRA, 2006). Vale ressaltar que, muito além do desafio de alinhar a elaboração da política de sua implementação, existe outro desafio, talvez ainda maior, que é o engajamento dos atores. Em uma instituição pública como a UFJF, muitos setores trabalham de forma individualizada e com pouca abertura para interferências.

Além disso, a UFJF passou por um período de implementação de vários projetos ao mesmo tempo, dentre eles a abertura do Campus Avançado de Governador Valadares, a criação de novos cursos, política de cotas, adoção do ENEM como método de seleção, Programa de Mobilidade estudantil e várias outras.

Soma-se a esse volume de projetos, a insuficiência do corpo técnico para colocar em prática todas estas políticas. A UFJF cresceu muito e ampliou bastante os recursos humanos, mas essas mudanças foram ocorrendo de forma simultânea à implementação das políticas, demandando certo tempo para funcionar de forma satisfatória.

Assim, este grande volume de projetos, sem o planejamento adequado e sem pessoal treinado ou com a devida experiência, sobrecarrega setores administrativos como o CGCO, que ficam perdidos com dificuldades de contornar a burocracia existente e comum nos órgãos públicos e priorizar as demandas dos diferentes setores da instituição.

Eduardo Condé, diretor do ICH, é mestre em Ciências Políticas e doutor em Economia Aplicada, e mapeia em seu texto "Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas" diversos conceitos pertinentes a análise das políticas públicas. No texto, o autor destaca os motivos do processo de implementação ser tão difícil:

Primeiro, porque depende de muitas variáveis, do gestor adequado ao desenho bem formulado, dos atores engajarem-se aos objetivos e metas. Segundo, porque é a hora de verificar o quanto a política é crível, como ela vai se rotinizar e também porque ela precisa passar no teste dos usuários finais, os beneficiários de determinada ação (CONDÉ, 2012, p. 91).

No caso dos BI's, sabe-se que o projeto foi amplamente discutido entre a comunidade acadêmica, porém, analisando de forma micro, no caso específico do SIGA, somente com rotinização do processo foi possível identificar as dificuldades da política implementada junto aos usuários finais.

O processo de implementação dos Bacharelados Interdisciplinares seguiu a metodologia *top/down*, em que as decisões foram tomadas de cima para baixo. Para Oliveira (2006), no processo controlado de cima para baixo (*top/down*), as decisões são tomadas por autoridades que têm certo controle do processo e decidem o que e como serão implementadas as políticas. Não está sendo feita aqui, uma crítica à metodologia utilizada, visto que, conforme destaca Oliveira (2006) os atores mais abaixo no processo, muitas vezes, não têm uma visão do todo e sobre como controlar o processo. Dessa forma, não se poderia utilizar uma metodologia *bottom/up*, mas é importante destacar a importância de ambos os fluxos.

A ressalva que se faz à metodologia *top/down* é que esta não considera o processo de monitoramento e avaliação para corrigir os ruídos entre a implementação e o planejamento. E no caso específico do SIGA, somente com a rotinização foi possível identificar problemas que estão impactando nos resultados da política. Essa é uma das desvantagens do planejamento não ter sido feito com a participação de todas as instâncias.

Condé (2012) ressalta essa ideia ao afirmar que na metodologia *top/down* os objetivos são definidos "*ex ante*" e por instâncias "de fora", normalmente os próprios formuladores de políticas. Assim, na prática existe uma divergência entre o que é esperado por quem formula a política e por quem a coloca em prática, pois quem planeja nem sempre conhece a rotina operacional de quem irá executar o que foi

desenhado, além das resistências apresentadas pelos níveis mais baixos por não terem sido consultados.

Na metodologia *bottom/up* "Há um processo interativo de negociação operando entre quem coloca a política em ação e quem por ela é afetado" (CONDÉ, 2012, p.93). Para Oliveira (2006), o processo de baixo para cima (*bottom/up*) pode e deve influenciar de forma mais intensa o processo de planejamento das políticas. Assim, mesmo que no momento do desenho da política os atores responsáveis pela operacionalização do Sistema de Registro Acadêmico não tenham sido envolvidos diretamente, é de extrema importância que estes participem, a fim de corrigir os desvios apresentados.

Nesse processo específico de implementação dos BI's na UFJF e sua relação com o Sistema de Registro Acadêmico, houve falhas de comunicação entre os atores, apesar de alguns esforços para tentar reverter a situação. Assim sendo, torna-se necessário estabelecer um debate em que as partes envolvidas (SIGA/CDARA e Coordenadores de Curso) possam expor suas demandas e limitações, para que, em um trabalho de equipe, possa superar as barreiras e criar possibilidades de atender ao bem comum. Nesse ponto, o papel da administração superior deve ser primordial na busca desse entendimento.

2.2 As resistências em relação aos Bacharelados Interdisciplinares

O REUNI chegou às universidades como uma possibilidade de crescimento em vários sentidos, seja na oferta de vagas, na criação de cursos, na contratação de recursos humanos ou na ampliação da estrutura física. Nas entrevistas realizadas com os diretores dos Institutos de Artes e Design, Exatas e Ciências Humanas da UFJF, quando questionados pelos motivos que levaram à implementação do Bacharelado Interdisciplinar, os diretores foram unânimes em dizer que visualizaram no projeto, uma oportunidade de crescimento e adequação dos institutos e dos cursos já existentes.

No caso do BI de Artes e Design, até 2008, havia na UFJF somente um curso de Artes, com 30 vagas. O REUNI, em contrapartida, à criação de cursos, possibilitou a construção do Instituto de Artes e Design (IAD) e a contratação de docentes e técnicos administrativos. O diretor Ricardo de Cristóforo destacou que as

discussões sobre o BI surgiram como influência da experiência da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e que, para o IAD, foi uma oportunidade de inovar e testar a experiência de uma estrutura interdisciplinar (CRISTOFÁRO, 2013).

O professor faz referência à experiência da UFBA, mas a proposta de regime de ciclos foi pioneiramente iniciada na Universidade Federal do ABC, sendo seguida por outras universidades federais, entre elas a UFBA, a UFJF, UFRN, UFOPA, UFRB, UNIFAL-MG, UFVJM (BRASIL, 2010).

No caso do Instituto de Ciências Exatas (ICE), o objetivo ao participar do REUNI era também a reestruturação acadêmica do ICE. O diretor Rubens destaca que: "a opção pelo Bacharelado veio como uma proposta interessante, em função da interdisciplinaridade do curso, o que possibilitaria ao aluno experimentar várias áreas antes da escolha definitiva" (OLIVEIRA, entrevistado 4, 2013).

O diretor do Instituto de Ciências Humanas (ICH) Eduardo Condé, ratifica essa opinião ao destacar que: "[...] os alunos chegam muito jovens à universidade, e a experiência do Bacharelado Interdisciplinar permitiria que ele tivesse uma vivência da universidade antes de tomar a decisão profissional" (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

Ambos os diretores participaram do processo de implementação dos BI's e foi consenso entre eles que, a proposta era interessante para os alunos e também uma oportunidade de crescimento estruturado para os institutos. No entanto, conforme verificado na entrevista, houve grande resistência nos institutos em relação à proposta, e essa resistência ainda é sentida pelos diretores.

Entretanto, é de se esperar que toda política que venha alterar um modelo já definido, gere, a princípio, uma resistência por parte dos atores envolvidos no processo. Conforme sintetizado pela mestre em educação Marisa Schneckenberg (2000), uma boa proposta não garante o sucesso de sua implementação, já que enfrenta o impacto das resistências e das diferentes percepções por parte dos atores envolvidos. Esse é o caso dos Bacharelados Interdisciplinares da UFJF, uma proposta diferente do modelo de graduação então existente no Brasil e que, em razão disso, experimentou e ainda vivencia grandes resistências.

No Instituto de Artes e Design, quando da aprovação do projeto dos Bacharelados Interdisciplinares, dos 13 professores do Instituto, apenas dois foram contra. No entanto, o IAD recebeu 30 novos professores e, em virtude disso, hoje, é

possível perceber uma resistência grande em relação ao formato do Bacharelado Interdisciplinar.

Essa resistência é natural, uma vez que o processo de implementação dos Bacharelados Interdisciplinares, ao propor mudanças significativas no processo de formação acadêmica, contraria o processo de formação tradicional, pelo qual passou a maioria dos atores envolvidos no processo. O diretor Ricardo de Cristófar, ratifica essa ideia, sintetizando em uma de suas falas:

Nos processos seletivos buscamos identificar junto ao professor se ele conhece o projeto do BI, se ele acredita na proposta, mas na hora ele diz que sim e depois apresenta grande resistência. Acredito que isso se deva à formação de cada um, que normalmente foi realizada da maneira tradicional (CRISTÓFARO, 2013).

Nos outros institutos, essa resistência é sentida pelos diretores não só entre os novos contratados, mas, entre os mais antigos também. No entanto, para o diretor do Instituto de Ciências Humanas, o problema da resistência vai além da formação docente. Os professores estavam acostumados a uma metodologia de aula e, em função do REUNI e com os Bacharelados Interdisciplinares, as turmas passam a ser maiores, e isso gerou certa resistência por parte do corpo docente:

[...] Há uma resistência que de resto eu acho inexplicável que é a tese de que você precisa ter turmas cada vez menores e não maiores para ter qualidade de ensino. (...) Como se a qualidade dependesse de uma relação direta e proporcional ao número de alunos que você tem, desprezando todos os recursos que você pode vir a utilizar para dar uma aula (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

Essa nova característica das turmas de BI necessita de uma nova metodologia de trabalho, pois, não se pode pensar em dar a mesma aula, que antes era ministrada para uma turma de 40 alunos, para uma turma com cerca de 80 a 100 alunos. Gaydeczka e Oliveira (2013), docentes do BI de Ciências Econômicas da Universidade de Alfenas, ao avaliar em seu artigo "os dilemas da identidade profissional dos docentes universitários", contrariam essa ideia ao destacar que a proposta do BI, com um número elevado de alunos em sala de aula, torna-se um dificultador do trabalho docente:

A proposta é possível, embora reúna um elevado número de alunos nas salas (150 alunos em média), otimizando assim, espaço, recursos e tempo. Porém, não se pode negar que essa situação é um agravante em relação aos aspectos didáticos e funcionais do

processo pedagógico. A começar pela distribuição do espaço, que corresponde a salas amplas e organizadas em filas paralelas voltadas para o professor, que ministra as aulas sobre um tablado em posição mais elevada que os alunos. Esse formato convencional destaca a importância do professor, como detentor do conhecimento e trata com distanciamento e igualdade o que é naturalmente desigual, ou seja, as diferenças de personalidade e de aprendizado dos alunos (GAYDECZKA; OLIVEIRA, 2013).

A visão do professor como detentor do conhecimento há tempos foi superada, passando este a ser visto como um mediador do conhecimento, e a simples configuração da sala não muda esta dinâmica. Além disso, neste novo contexto, o professor adquiriu novas ferramentas de trabalho, o que requer também, mudanças na sua prática.

Conforme destacado por Condé, na entrevista realizada, é evidente que uma turma maior seja mais complicada de se trabalhar. É mais complexo envolver o aluno e promover o debate em sala de aula com um grande quantitativo de estudantes, uma vez que o contato com o professor fica mais distante. Porém, existem recursos tecnológicos e pedagógicos que permitem essa participação e são essas práticas que os docentes devem priorizar.

O diretor do IAD, Ricardo de Cristófar, aponta a resistência dos docentes como a principal desvantagem do BI e associa essa resistência, também, ao caráter generalista do curso que, segundo ele, dificulta um trabalho mais direcionado do professor:

A principal desvantagem, acredito, seja a falta de compreensão dos professores que não acreditam no BI e a questão pedagógica, ou seja, o fato do curso ser generalista. Nos casos em que o aluno já sabe o que quer desde o início, ele acredita estar “perdendo tempo” com as outras matérias, e o professor também sente que poderia comprometer mais aquele aluno em determinada área, mas fica impedido, pois são muitos alunos e por isso, fica difícil separar (CRISTÓFARO, 2013).

O professor retrata aqui outra dificuldade dos docentes do BI, que é o fato de ter que lidar com a pluralidade de alunos e também com o desinteresse dos mesmos em determinadas disciplinas. O BI serve como um suporte para a escolha do curso de 2º ciclo, porém, nos casos em que o aluno já sabe o que quer, ele não vê muito sentido em passar pelo ciclo básico e cursar as disciplinas de outras áreas, dessa forma, fica desmotivado em relação às diferentes matérias que precisa cursar.

Segundo Ricardo de Cristóforo, no BI de Artes e Design, pelo fato de muitos já atuarem em áreas específicas, esse desinteresse pelas outras áreas ocorre com maior frequência. Com isso, os professores precisam lidar com essa desmotivação e desinteresse dos alunos e buscar maneiras de envolvê-los nas atividades propostas, buscando, assim, despertar novas aptidões nesses alunos.

O diretor Eduardo Condé ressalta ainda outro aspecto, que é a falta de preparo e comprometimento de alguns professores.

Só o ICH recebeu 35 novos professores. Que garantia eu tenho que estas 35 pessoas estão comprometidas com a universidade? Nenhuma. Fazem concurso em vários lugares. Nós estamos diante de uma geração de professores que a universidade para eles quase não é um projeto de vida profissional, é um projeto para ele se estabilizar e ver se é realmente aquilo que ele quer (...) Eu vejo muito pouco envolvimento do corpo docente, mas não é só com o bacharelado não, é com a universidade. Não aceitam cargos, não querem encargos. Alguns querem dar aula dois dias por semana e morar fora daqui. Isto é uma dificuldade, porque não conseguimos ter organicamente um conjunto que consiga sustentar todo o processo ao longo do tempo. Acho que é um problema que está havendo com essa geração de formação de professores (...) Aí, cai num projeto como o bacharelado, "ah eu não gosto disso", não pode gostar, não conhece o projeto, nunca leu, não tem interesse. Infelizmente, o processo de recrutamento não garante absolutamente nada. Coordenador para o Núcleo Docente Estruturante (NDE), para o colegiado, é um problema. Esse é um desafio de implementação que é pior do que fazer o BI funcionar (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

Esse descomprometimento do professor pode ser explicado também em razão da sua dificuldade ou despreparo em lidar com a diversidade de alunos e com o desinteresse dos mesmos. Muitos professores são formados, mas não possuem experiência prática e, por isso, possuem dificuldades de conduzir uma sala de aula.

Docentes do nível básico de ensino são sabidamente mal remunerados, desta forma, a grande maioria dos alunos de licenciatura busca ingressar em um mestrado e doutorado, visando à carreira acadêmica no nível superior de ensino, em que se espera maior valorização profissional e remuneratória. Porém, essa busca pela capacitação acadêmica e científica, sem a experiência prática, está contribuindo para formar professores voltados para a área de pesquisa e pouco envolvimento com o ensino em si.

Franco (2009), ao avaliar a prática docente universitária, destaca que a universidade tem vivenciado suas faces (ensino-pesquisa e extensão) de forma separada: "[...] a universidade que faz pesquisa através de seus pesquisadores; a

universidade que ensina através dos professores e a universidade que realiza algumas ações de extensão universitária" (FRANCO, 2009, p.24). Essa questão é vivenciada na prática em que alguns professores doutores, envolvidos em suas pesquisas, não querem investir os mesmos esforços em sala de aula.

Franco (2009) destaca que, para produzir transformações que conduzam a um ensino melhor e a uma aprendizagem mais significativa, é necessário aliar à pesquisa à prática docente. Esse, porém, é um problema que afeta a universidade como um todo e não só os bacharelados. É preciso buscar um caminho de capacitação e envolvimento desses docentes não só com a parte pedagógica, mas também com as questões administrativas que envolvem a condução de um curso.

Nesse sentido, o Pró-Reitor Carlos Elízio Barral Ferreira também destaca a importância da qualificação docente na motivação e envolvimento do aluno: "O BI leva a uma maturidade dos alunos, e os cursos profissionais precisam captar o aluno, mostrar que o curso é interessante e, para isso, o professor precisa se qualificar, tem que se dedicar para captar o cliente para o curso dele" (FERREIRA, entrevistado 3, 2014).

Para o diretor Eduardo Condé, outra questão que contribui para a resistência é a estrutura departamental existente nos Institutos que integram os BI's. Para Condé (entrevistado 1, 2013) a estrutura departamental é destrutiva para este tipo de projeto. Com o projeto dos BI's, espera-se que os docentes atuem de forma integrada e interdisciplinar. Porém, tal articulação é prejudicada pela estrutura presente nos cursos. O curso é interdisciplinar, mas a estrutura administrativa ainda é departamental, o que se torna um dificultador para o bom andamento do projeto. Gaydeczka e Oliveira (2013) corroboram essa ideia ao afirmar que:

A princípio a identidade do docente do BI possui uma imagem ambivalente, ou seja, esse profissional, ao mesmo tempo em que não pode abdicar dos conhecimentos teóricos específicos de seu campo do saber, da base em que foi formado, precisa articulá-los aos problemas do mundo e aos saberes da prática profissional, e ainda, privilegiar a combinação (ou complementaridade) entre áreas. Esse tipo de ação é complexa e exige um trabalho integrado e coletivo, evitando o isolamento e as subdivisões departamentais que levam ao enfraquecimento da coletividade (GAYDECZKA; OLIVEIRA 2013, p. 08).

Para que o projeto do Bacharelado Interdisciplinar se fortaleça, é necessário investir no rompimento do modelo tradicional, não só em termos curriculares, mas

também, em termos administrativos e burocráticos. A organização dos BI's sem a estrutura departamental é importante para favorecer a interdisciplinaridade e a comunicação entre os docentes e as diversas áreas que compõem o curso.

A administração superior, na entrevista concedida pelo Pró-Reitor Carlos Elízio Barral Ferreira, reconhece a importância de se rediscutir os departamentos, especialmente no caso dos Institutos. Segundo Ferreira:

Nos Institutos, confunde-se muito o departamento com o curso. (...) Eu acredito que precisa sim de uma reavaliação, embora eu não tenha dados muito precisos dos problemas que ocorrem dessa natureza. [...] Não podem interpretar que é um ônus dar aula no BI, porque estão interessados na área profissional. Que tenha essa área profissional sim, que seja um chamariz para o aluno do BI, mas que tenha uma dedicação sim, de parte desse departamento ou de parte do trabalho dos professores, para uma área básica que é integrada e que atenda aos BI's, isso eu acho que é fundamental (FERREIRA, entrevistado 3, 2014).

O Professor Rubens, diretor do Instituto de Ciências Exatas, acredita que a resistência encontrada no processo de aprovação do projeto, foi maior por parte dos cursos que já estavam bem estruturados e cuja demanda era grande. Assim, viam menos benefícios em aderir ao projeto. No entanto, nos cursos de licenciatura, como Física e Matemática, onde a demanda era menor, a resistência também foi menor.

Outro ponto interessante destacado pelo professor é que cursos que investem e valorizam mais o período do Bacharelado Interdisciplinar, tendem a ter mais alunos no 2º ciclo, conforme destacado em sua fala: “[...] todos os cursos ganham, alguns não estão sabendo jogar, aqueles que colocam os melhores professores no início, para atrair os alunos, ganham mais” (OLIVEIRA, entrevistado 4, 2013). Essa situação evidencia como o envolvimento e capacitação do docente pode mudar o resultado e as opções feitas pelo aluno.

Do ponto de vista do aluno, não existe propriamente uma resistência em relação ao curso, mas sim um receio em relação ao futuro. Nos questionários aplicados, foi possível perceber uma inquietação dos discentes quanto à possibilidade de inserção no mercado de trabalho enquanto Bacharel Interdisciplinar. Mas, qual o tipo de profissional que o mercado de trabalho busca? Será que existe um padrão de formação profissional? Será a Universidade a única responsável pela formação profissional?

Almeida Filho (*apud* Lima, Azevedo e Catani, 2008) acredita que não e sintetiza que:

[...] a universidade brasileira deixou de ser o *locus* de formação profissional e de quadros de direção e que este papel (ensino - formação) está sendo cumprido por organizações que desconhecem as missões precípua de toda Universidade (ensino, pesquisa e extensão) (ALMEIDA FILHO *apud* LIMA, AZEVEDO E CATANI, 2008, p.22).

Nesse sentido, o simples fato de portar um diploma, seja ele qual for, seria suficiente para o mercado de trabalho. O mercado não procura necessariamente um profissional com formação específica. Em determinadas organizações, busca-se um profissional com conhecimento interdisciplinar, cujas habilidades específicas serão desenvolvidas pela própria organização.

Para Almeida Filho (*apud* Lima, Azevedo e Catani 2008) o mercado de trabalho não parece mais se importar com os padrões de formação profissional dos egressos da educação universitária, as empresas, simplesmente retreinam todos os profissionais recrutados, o que torna a passagem pela instituição educacional apenas uma função de credenciamento e não de formação profissional.

Assim, o profissional do BI possui grande potencial, por possuir uma formação interdisciplinar e abrangente, podendo se inserir no mercado e nele próprio se aprimorar. O Pró-Reitor Carlos Elízio Barral Ferreira é otimista com essa questão do mercado e diz que a preocupação se dá em função da falta de divulgação, que gera desconhecimento por parte dos atores envolvidos, em função do Bacharelado Interdisciplinar ser uma proposta de formação inovadora no Brasil: “Tem pouco tempo que foi implementado o BI, e o mercado ainda não está acostumado com esse profissional, mas, com certeza, é um profissional que vai emplacar” (FERREIRA, entrevistado 3, 2014)

O diretor Eduardo Condé contrapõe essa opinião: “[...] eu não estou formando este tipo de aluno (do BI) para atender ao mercado de trabalho. Eu estou formando este aluno, para que ele possa na frente fazer um ciclo profissional” (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

Segundo a fala do mesmo diretor, são os cursos de 2º ciclo que devem se preocupar com o mercado, pois o mercado busca profissões específicas e não vai contratar um profissional com formação em bacharelado interdisciplinar. As exceções são as empresas ou setores que buscam um diploma de curso superior de

qualquer área ou nas profissões que admitem pessoas com múltiplas formações, nas quais esse profissional pode ser muito bem aproveitado (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

O professor destaca ainda um problema que ele atribui à implementação, e que tem que ser resolvido, que é a falta de divulgação do que é o Bacharel Interdisciplinar, situação que impacta nessa percepção e angústia do aluno quanto ao mercado de trabalho:

Falta divulgação do que é? Falta. Esse é um problema que tem a ver com a implementação e que tem que ser resolvido. Agora não é aquela divulgação, eu tenho um fulano aqui que está com este diploma, pode contratar que ele é um bom sujeito. É o cara entender que a universidade fornece um título de formação que não é apenas aquela formação clássica. É uma outra formação, que vai atingir escolas, alunos e cursinhos (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

No questionário aplicado nos três bacharelados, a preocupação com o mercado de trabalho ficou evidente. Ao responderem a pergunta: “Você se sente seguro em portar apenas o diploma de concluinte do Bacharelado Interdisciplinar?” 81% dos alunos disseram que não, e apenas 19% que sim. Corroborando essa opinião, apenas 12% do total de entrevistados responderam que pretendem como formação concluir apenas o BI, o restante, 88%, responderam que desejam ingressar em uma ou mais áreas específicas.

Tal situação evidencia que a grande maioria ingressou no BI almejando os cursos de 2º ciclo e não apenas pela formação como bacharel interdisciplinar. Fato comprovado também pela pergunta: “Por que optou pelo curso de Bacharelado Interdisciplinar?” Entre os respondentes 46,98% afirmaram que foi pelos cursos oferecidos no segundo ciclo. As demais respostas tiveram os seguintes números: Facilidade de acesso no vestibular: 8,19%, Formação para o mercado de trabalho: 3,02%, Pela formação ampla: 37,93%, Pelo prazo de conclusão do BI ser menor que outros cursos: 3,88%. Essa pergunta evidencia ainda a demanda dos alunos por uma formação ampla oferecida pelo BI, algo que não existe nos cursos tradicionais.

O diretor Ricardo de Cristófar, em contrapartida, aponta a polivalência do Bacharel Interdisciplinar para o mercado de trabalho como principal vantagem do curso. “A possibilidade de acesso para outras áreas, inclusive para algumas que a UFJF não oferece, como por exemplo, um aluno que foi fazer restauração em outra universidade, e a possibilidade de ir direto para o mestrado” (CRISTÓFARO, 2013).

Essa característica em relação ao mercado difere um pouco entre os BI's. O curso de Ciências Exatas, onde se tem muitos cursos com profissões regulamentadas, esse receio é mais latente. No caso dos cursos de Artes, o diploma do BI realmente teria um valor maior, uma vez que muitos profissionais atuam sem certificação alguma. "Existem no mercado muitas pessoas sem formação atuando na área, e o mercado, infelizmente, não sabe diferenciar o profissional do amador" (CRISTOFARO¹², entrevistado 2, 2013).

Outro ponto que assinala um desconhecimento do curso e um desafio de implementação diz respeito à disseminação dentro da Universidade do significado do curso. Esse desconhecimento também gera, além da insegurança nos alunos, uma resistência por parte dos colegas de curso e demais envolvidos. Muitos dos alunos pesquisados afirmaram que já sofreram algum tipo de preconceito por cursar o Bacharelado Interdisciplinar.

O caso do BI de Artes e Design é o caso mais crítico nesse quesito, 74% dos alunos afirmaram ter sentido algum tipo de preconceito: dos colegas de outros cursos (57%) e dos pais (17%). No caso do BI de Ciências Exatas, a maioria (55%) respondeu que não sentiu preconceito, e os outros 45%, que sim. Dos que responderam sim, 14% informou que o preconceito veio de colegas de outro curso, 15% dos familiares e 8% de professores, os outros 8% restantes relataram sentir preconceito de mais de uma das opções. No caso do BI de Ciências Humanas, esse problema é maior no diurno: 56% relataram sentir algum tipo de preconceito, sendo 44% de colegas de outro curso, 8% dos familiares e 4% em mais de uma opção. No noturno, a maioria, (58%), diz não ter sentido preconceito, e os outros 35% disseram que já sentiram preconceito dos colegas de outro curso, 2% dos familiares e 5% de mais de uma opção (Tabela 12).

¹² Entrevista concedida por CRISTOFARO, Ricardo de. Entrevistado 2. [out. 2013]. Entrevistador: Ana Paula Delgado da Costa. Juiz de Fora, 2013. 1 arquivo .mp3 (36:10min).

Tabela 12 - Resposta dos Discentes à pergunta em relação ao preconceito

Você já sentiu algum tipo de preconceito por cursar o BI?	BI Artes e Design	BI Ciências Exatas	BI Ciências Humanas Diurno	BI Ciências Humanas Noturno
Não	26%	55%	44%	58%
Sim	74%	45%	56%	42%
Colegas de outros cursos	57%	14%	44%	35%
Familiares	17%	15%	8%	2%
Professores	0%	8%	0%	0%
Em mais de uma das opções citadas anteriormente	0%	8%	4%	5%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dados retirados dos questionários aplicado aos discentes, 2013. Tabela elaborada pelo autora

Vale destacar que, o preconceito por parte dos docentes, foi evidenciado mais fortemente no BI de Ciências Exatas, mas apareceu também, em menor número, nos outros BI's, quando o aluno assinalou mais de uma alternativa. No entanto, a maior questão aqui fica por conta do preconceito sentido em relação aos colegas de outro curso.

Apesar da pergunta ser: "Você já sentiu algum tipo de preconceito por cursar o Bacharelado Interdisciplinar", não é possível inferir que, o preconceito seja oriundo apenas do curso de Bacharelado Interdisciplinar e que às áreas dos cursos (Exatas, Humanas e Artes) não estejam influenciando na resposta do mesmo. Um fator que faz atentar para essa nuance é o fato de que, nas Ciências Exatas, onde existem cursos mais tradicionais e de profissões regulamentadas por Conselhos (como as engenharias), que dão maior visibilidade à carreira, esse preconceito dos colegas foi sentido em menor intensidade.

Relatado aqui algumas das resistências em relação ao Bacharelado Interdisciplinar, objetiva-se no plano de intervenção buscar estratégias para aumentar a credibilidade do curso e, com isso, alcançar maior engajamento dos docentes e discentes com os BI's. Schneckenber (2000) pontua que é papel do gestor atuar no processo de implementação de políticas educacionais buscando

habilidades diferenciadas de ação e metodologia adequada no desenvolvimento das mudanças e no encaminhamento das resistências.

Toda política precisa ser constantemente revista e aprimorada e, para isso, precisa contar com a participação de todos os envolvidos e com posição atuante dos gestores. A resistência é comum às novas políticas, mas, quando não trabalhada, torna-se um empecilho ao bom andamento do projeto.

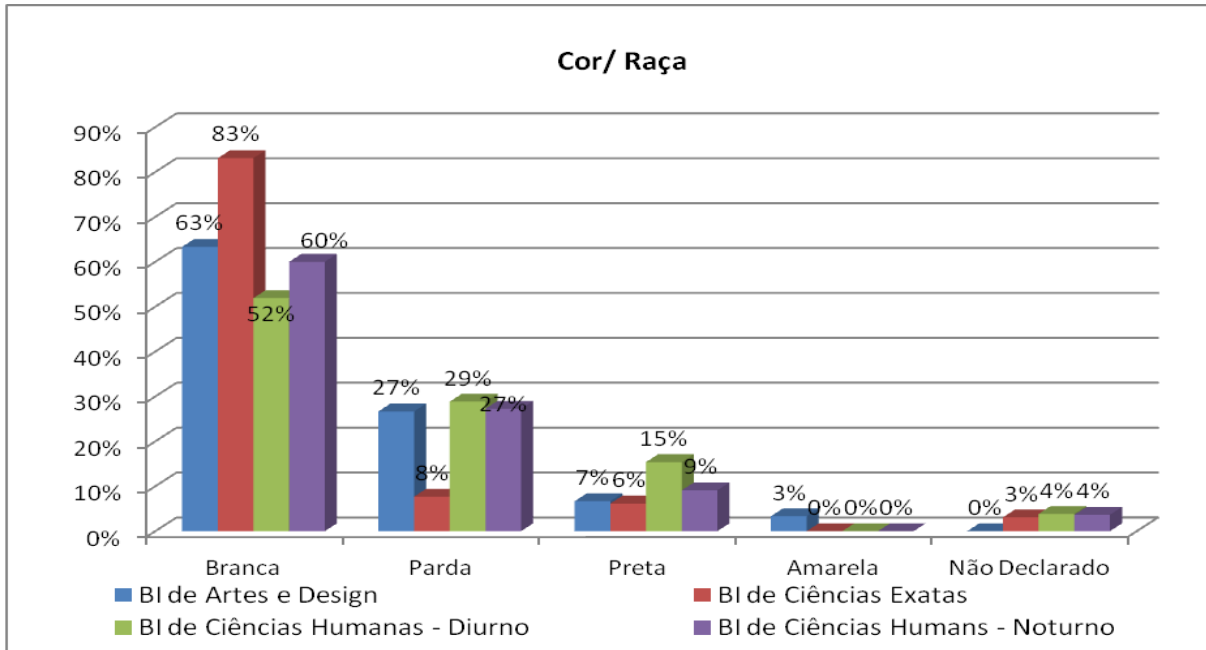
2.3 Dificuldades enfrentadas pelos discentes do Bacharelado Interdisciplinar na UFJF

Com base no questionário aplicado aos discentes, foi possível traçar um perfil do aluno de cada um dos três bacharelados, bem como identificar a percepção do mesmo em relação ao curso e às expectativas futuras. Tal perfil é diferente de um bacharelado para outro, o que evidencia a necessidade de abordagens e de estratégias diferenciadas para cada um dos BI's.

Em relação ao estado civil dos alunos, não houve grandes diferenças. Nos três cursos, a maioria dos alunos se declarou solteiro, totalizando 97%, enquanto apenas 3% dos alunos pesquisados são casados. Quanto ao sexo, observou-se uma discreta maioria de mulheres, 57% e 56%, no BI de Artes e Design e no BI Ciências Humanas Noturno, respectivamente. No BI de Ciências Exatas e BI de Ciências Humanas Diurno, a predominância é dos homens, com 66% e 54% respectivamente.

Quanto ao perfil de cor/ raça, também é possível verificar uma diferença entre os cursos. No BI de Ciências Exatas, a grande maioria dos alunos é branca, sendo 83% do total do curso. Nos demais BI's, há uma distribuição mais igualitária, chegando o BI de Ciências Humanas Diurno a ter uma percentual de 44% de alunos que se autodeclararam negros ou pardos. A distribuição dos alunos por cor/raça pode ser visualizada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição por Cor/Raça



Fonte: Dados retirados dos questionários aplicados aos discentes, 2013. Gráfico elaborado pela autora.

Em relação aos estudantes, um primeiro ponto relevante para discussão diz respeito às dificuldades enfrentadas para concluir com êxito o curso no qual ingressaram e o impacto dessas dificuldades nos processos de evasão ou retenção nos Bacharelados Interdisciplinares. São dificuldades de toda natureza, desde de condições financeiras para se manter na universidade, situação agravada pelos cursos diurnos, até dificuldades inerentes à formação prévia do indivíduo na educação básica, em que o aluno ingressa na universidade com um conteúdo insuficiente para acompanhar as disciplinas da graduação. Outro aspecto relevante é a falta de identificação com o curso escolhido, situação que o formato do BI pretende minimizar.

Com relação ao primeiro problema, Tonegutti e Martinez (2007) afirmam que a incompatibilidade entre o estudo e o trabalho, associada à sustentação financeira do estudante ou de sua família, é a principal causa da evasão nas instituições de ensino superior públicas e privadas, o que corresponde a cerca de 40% a 50% dos casos. Enquanto isso, apenas 10% poderia ser associado com escolha precoce do curso (ou da profissão). Assim, não se pode inferir que apenas o fato do BI adiar a escolha profissional do aluno seria suficiente para diminuir a evasão no ensino

superior dentro da UFJF. É necessário investigar e combater outras possíveis causas.

Já para Silva Filho *et al* (2007) associar a razão da evasão a falta de recursos financeiros, é simplificar a questão. Para os autores "[...] questões de ordem acadêmica, as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante" (SILVA FILHO *et al*, 2007, p. 03) são considerados os principais fatores que levam o aluno a abandonar o curso. Observa-se que são várias as causas da evasão e essas variam de um aluno para outro, porém, torna-se fundamental para o bom desempenho de uma instituição de ensino, se aprofundar nesse tema.

Em relação à UFJF, uma das questões levantadas é quanto ao turno em que foram criados os BI's. Com exceção do BI de Ciências Humanas, que possui uma opção no período noturno, os demais foram criados no período diurno. O Pró-Reitor Carlos Barral Ferreira (entrevistado 3, 2014) justifica a opção de criar os cursos no diurno, apesar das diretrizes do REUNI indicarem uma preferência para criação de cursos noturno:

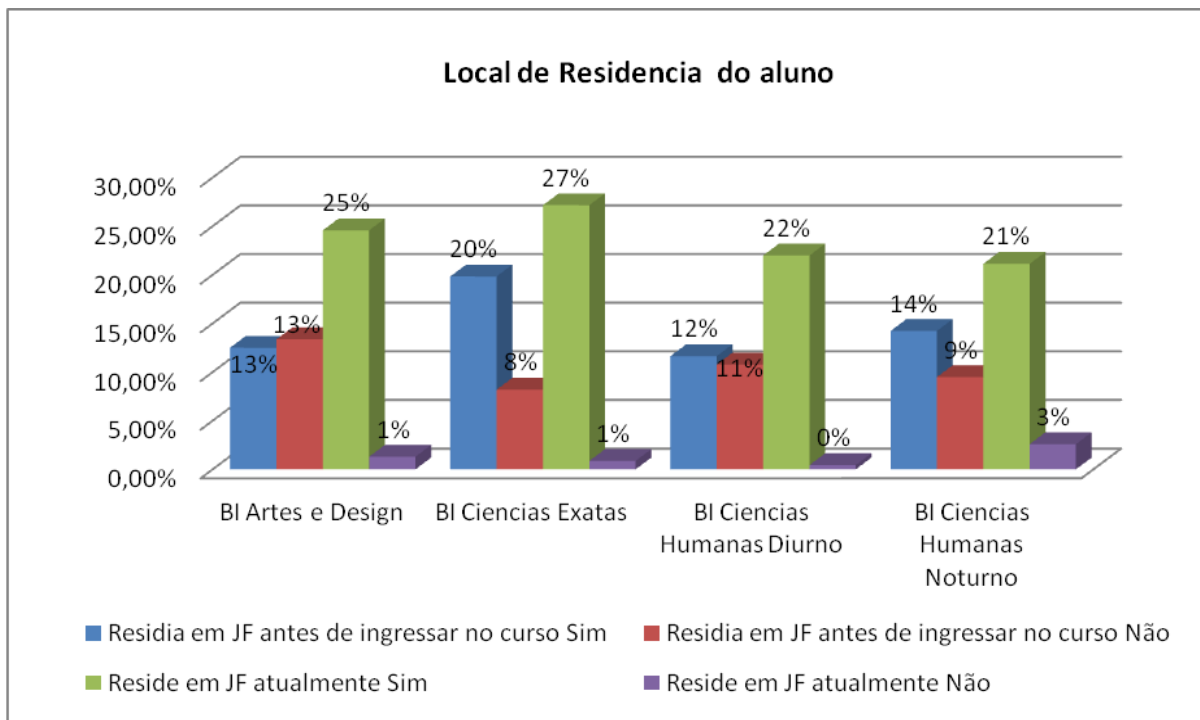
Optou-se pela oferta dos cursos no diurno e não no noturno, por uma questão logística e de otimização dos recursos humanos. (...) Os BI's possuíam um volume muito grande de alunos e transferir isso para a noite exigiria uma massa de docentes muito grande e eu teria problema operacionais e de recursos humanos. Outra questão é que o perfil de alunos da noite são alunos com mais idade e que trabalham. E em função da proposta do BI que é amadurecer a opção de alunos mais jovens, no diurno, esse perfil de aluno, é mais evidente. Além disso, quando você cria cursos novos a noite, entram pessoas que poderiam estudar de dia também. Nesse primeiro momento de criação, a gente já tinha essa experiência de que, em cursos novos, quem iria estudar a noite também poderia estudar de dia, não muda o perfil (FERREIRA, entrevistado 3, 2014).

Segundo o relato do pró-reitor a opção pelos cursos diurnos foi estratégica, visando otimizar recursos. Além disso, acreditava-se que o perfil do aluno do BI seria um aluno mais jovem e que poderia frequentar o curso independente do turno. O pró-reitor utilizou como exemplo o curso de Engenharia de Produção da UFJF que possui um ponto de corte elevado e que apesar de ser um curso noturno, os alunos em sua maioria não trabalham. Porém, conforme evidenciado anteriormente, o perfil dos alunos varia de um curso para outro, especialmente em áreas diferentes, por isso, aquilo que é válido para determinado curso pode não ser para outro.

Nos cursos onde o aluno possui algum tipo de dificuldade financeira ou quando há necessidade de conciliar trabalho e estudo, no caso específico dos cursos diurnos, isso se torna um problema que pode contribuir para a evasão.

Outra questão analisada em relação às dificuldades financeiras diz respeito aos gastos do aluno. O gráfico 2 apresenta a alteração de local de residência de parte dos alunos após o ingresso no curso, o que acarreta em diversas despesas para as famílias.

Gráfico 2 – Local de Residência dos Alunos dos BI's antes e depois do Ingresso no Curso

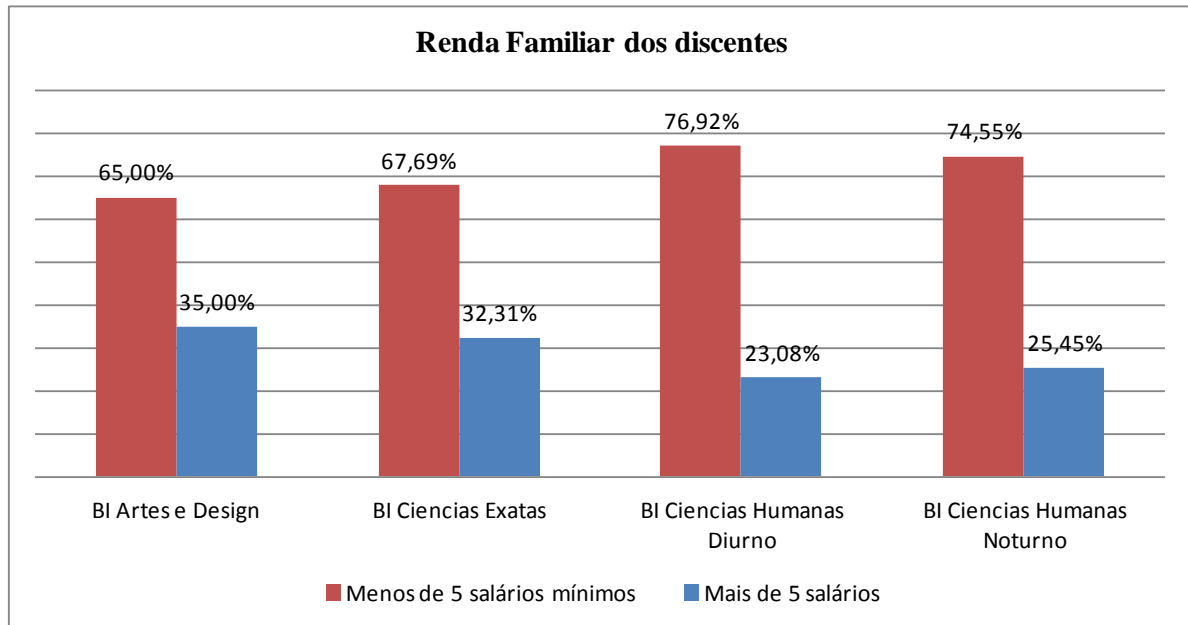


Fonte: Dados retirados dos questionários aplicados aos discentes, 2013. Gráfico elaborado pela autora.

Conforme pode ser visualizado no Gráfico 2, nos cursos analisados, cerca de 42% dos alunos são originalmente de outra cidade. Porém, atualmente 95% moram em Juiz de Fora, ou seja, grande parte dos alunos mudou-se para a cidade em função do ingresso no curso. Tal mudança acarreta despesas extras de toda ordem, como moradia, transporte, alimentação, comunicação e outras.

Em complemento à informação das dificuldades financeiras enfrentadas pelos alunos, existe a informação da renda familiar expressa pelo Gráfico 3:

Gráfico 3 – Renda Familiar dos Discentes

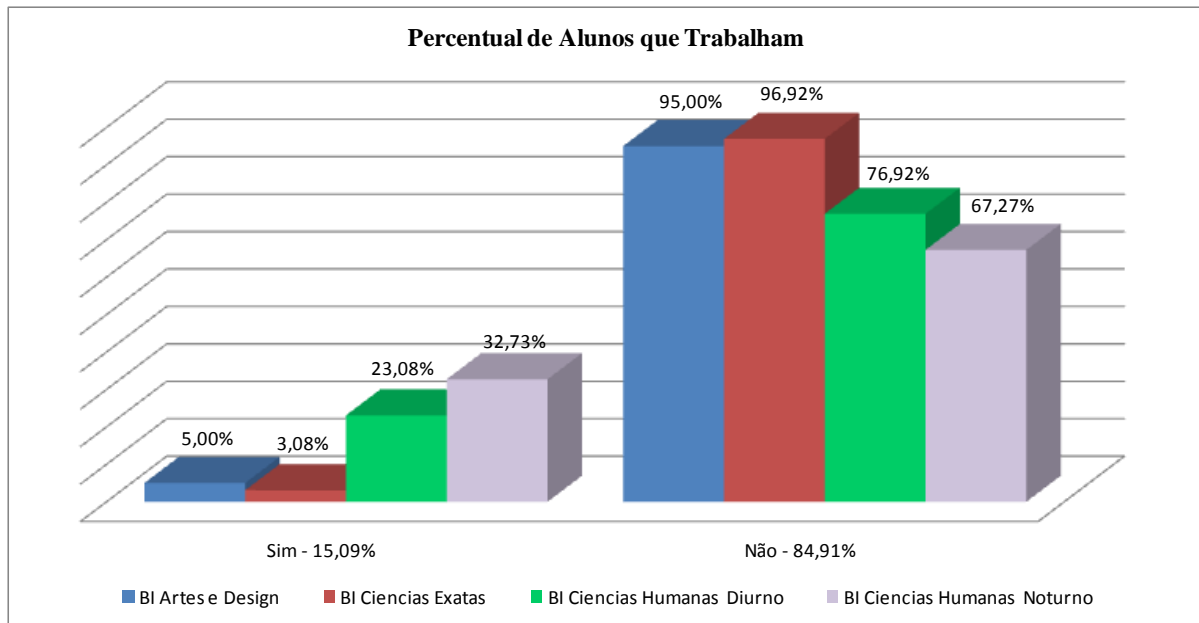


Fonte: Dados retirados dos questionários aplicados aos discentes, 2013. Gráfico elaborado pela autora.

Segundo a pesquisa, e conforme representado no gráfico supracitado, a renda é inferior a cinco salários mínimos para a grande maioria das famílias dos alunos entrevistados. Tal situação expressa a dificuldade financeira que alguns alunos tem de se manterem nos cursos.

Essa situação se agrava na medida em que os cursos, por serem realizados no período diurno, impossibilitam, muitas vezes, que o aluno trabalhe para complementar a renda familiar. O Gráfico 4 traz o percentual de alunos dos Bacharelados Interdisciplinares que trabalham, o que evidencia que a grande maioria não consegue conciliar trabalho e estudo, fator que dificulta a complementação financeira e, conseqüentemente, a manutenção do aluno na universidade.

Gráfico 4 – Percentual de Alunos que trabalham



Fonte: Dados retirados dos questionários aplicados aos discentes, 2013. Gráfico elaborado pela autora.

Pode-se observar pelo Gráfico 4 que, cerca de 85% do total de alunos não trabalham, chegando a quase 100% no caso dos BI's de Artes e Design e Ciências Exatas. No caso dos BI's de Ciências Humanas esse percentual diminui consideravelmente, chegando a 67% no caso do noturno, revelando que, quando é preciso e possível, o aluno busca conciliar o trabalho com os estudos.

A impossibilidade de conciliar o trabalho com os estudos e o seu impacto na evasão é destacado na fala do diretor do IAD, Ricardo de Cristóforo: “[...] se o aluno tiver que trabalhar, ele não dá conta, porque a grade do curso é apertada” (CRISTÓFARO, 2013). O diretor acredita que ainda é cedo para medir as taxas de evasão e que essas podem ocorrer por diversos motivos tanto pela questão financeira ou porque o curso não atende as expectativas, “[...] nesse caso seria preciso retroagir e buscar conhecer quais eram estas expectativas” (CRISTOFARO, entrevistado 2, 2013).

Além das dificuldades financeiras, outras questões são apontadas pelos diretores como razões para a evasão dos cursos. No caso específico do BI de Ciências Humanas, o diretor atribuiu ao problema da evasão, questões referentes à infraestrutura encontrada no Instituto nos primeiros anos do curso. A criação do curso se deu juntamente com a construção do prédio do ICH e as primeiras turmas

sentiram os efeitos negativos de um prédio em obras. O diretor Eduardo Condé, destaca em sua fala os prejuízos causados por essa condição:

Existem alguns fatores que contribuíram para gerar um efeito negativo nesta turma. Quando eles mudaram para cá, eu não tinha lugar para colocá-los no ICH antigo. Eles mudaram para cá com apenas um prédio construído e uma obra do lado. Havia barulho, tapume, isto eu tenho relato, houve sim um desestímulo grande da primeira turma. Foi um efeito que eu vou chamar de efeito vizinhança. Eles foram muito prejudicados pela obra. E deu a eles uma sensação de abandono muito grande (...) Eu preferi sacrificar esta turma, foi uma decisão administrativa. Esta era uma situação muito limite e eu tinha que tomar uma decisão (...) Eu recebia pressão da própria universidade, mas todo mundo sabe que uma obra não fica pronta de uma hora para outra, e todo mundo tem um ônus a pagar, professores tem e infelizmente os alunos também (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

A questão da infraestrutura é um problema que os cursos não enfrentam mais. Ambos os Institutos estão instalados em prédio recém construídos e equipados. Porém, esse é um ônus de um processo de inovação em que mudanças precisam ser feitas. Até que se estabilizem as condições, existem dificuldades a serem superadas e, no início, acaba-se por sofrer as consequências dessas transformações. Para o diretor, tais condições adversas podem ter contribuído para a evasão de parte dos alunos, mas foram necessárias para que a mudança ocorresse.

Outro ponto destacado por Condé como motivo para a evasão refere-se à escolha equivocada do curso:

Uma coisa que eu detectei foi o fato de que alguns ingressam achando que vão poder mudar de curso, ir para o Direito ou Psicologia, é a coisa mais comum. Percebo ainda que as escolhas são meio aleatórias, por exemplo, o aluno que quer fazer ciências sociais, mas não gosta de ler, não quer discutir teoria, tem de lidar com fato concreto, aí não sabe nada de matemática... o aluno chega em determinado momento do curso e percebe que não é isso, mas aí já está no quarto período. Ele vai mudar para onde? Se ele puder se experimentar antes e dentro da universidade se informar o que ele pode fazer é muito mais fácil ele tomar decisão (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

Essa falsa expectativa em relação à mudança de curso evidencia novamente o desconhecimento por parte de alguns alunos da proposta do Bacharelado Interdisciplinar. Nos casos em que o aluno entra no BI querendo cursos diferentes daqueles ofertados no 2º ciclo, fatalmente ele ficará frustrado em sua escolha, pois

vagas ociosas em determinados cursos são muito raras. Porém, dentre as opções de 2º ciclo do BI, mesmo mudando de opinião ao longo do curso, o aluno pode encontrar uma alternativa viável entre as vagas ofertadas. O diretor do ICE ratifica essa opinião ao destacar que:

Os alunos estão entrando cada vez mais novos e eles não sabem o que vão fazer mesmo. O aluno chegava e dizia que gostava de computação porque gostava muito de joguinho e depois via que era completamente diferente, aí tinha que sair e fazer outro vestibular. Com o BI os alunos podem ir experimentando. O nosso BI tem essa característica, o aluno é obrigado a experimentar e só no terceiro período ele escolhe, com uma opinião mais madura (OLIVEIRA, entrevistado 4, 2013).

Nesse sentido, o BI tende a diminuir as evasões, primeiro por ser um curso mais curto, de apenas três anos, e também por permitir, em casos de arrependimento, uma nova oportunidade de escolha.

Silva Filho *et al* (2007) ao analisar a evasão por área de conhecimento, pontua que, tanto Engenharia como Humanidades e Artes apresentaram índices muito próximos das médias nacionais. De acordo com os cálculos feitos com os dados do INEP, a taxa anual média de evasão no ensino superior brasileiro foi de 22%, entre 2001 e 2005. A taxa de evasão em Humanidades e Artes tem um índice médio de 21%, enquanto as áreas das Ciências Exatas apresentam índice superior à média nacional. A área de Engenharia apresentou uma evasão de 23% e as áreas de Matemática e Computação uma taxa em torno dos 28%.

Com base nesses dados, pode-se dizer que os índices apresentados atualmente pelos BI's não podem ser considerados elevados, pois se aproximam da média nacional. Porém, não pode deixar de ser um ponto a ser observado e trabalhado, pela Instituição.

A preocupação maior em torno dos dados dos BI's gira em torno da Taxa de Sucesso, ou seja, do percentual de concluintes em relação ao número de ingressantes. Os diretores apresentaram diferentes justificativas para as baixas taxas encontradas. Para o diretor do ICH, a dificuldade do aluno está no trabalho de conclusão do curso:

Para concluir o primeiro ciclo, o aluno tem que fazer um artigo. Eles estão adiando a produção do artigo. Isso a coordenação já identificou (...) Então, existe um desafio de fazer o aluno entender que ele tem que produzir um artigo de um tema de interesse dele, de 15 páginas. Ele está preparado para isso? Não. A nossa aposta é que na medida

em que ele tiver contato com várias disciplinas ele também ganhe um gancho maior para escrever. Agora, eles têm receio do artigo. Isso explica a baixa taxa em ambos, mas isso não explica a diferença do noturno para o diurno. Eu não sei te explicar o porquê desta diferença (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

A limitação dos alunos em produzir é uma justificativa plausível, uma vez que grande parte possui uma formação básica deficitária, que não o prepara academicamente para criar, nem tampouco possuem uma linguagem adequada.

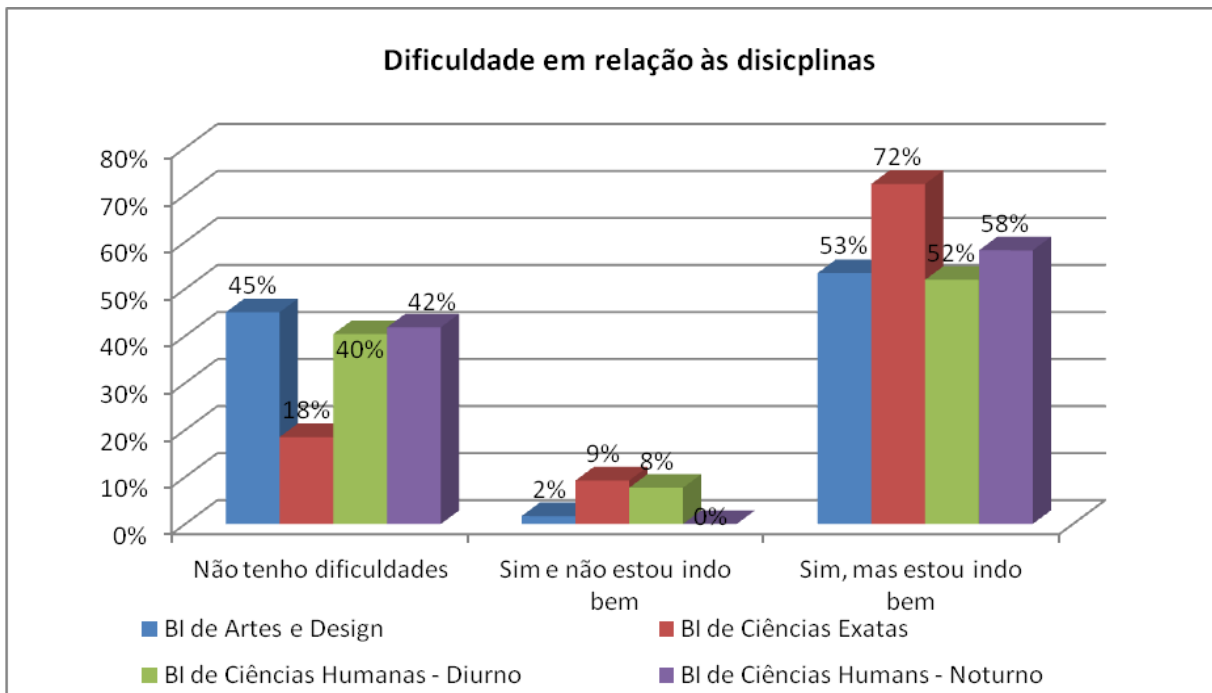
Para Motta (2010), alunos com dificuldades na escrita entram para o ensino superior, mas não são capazes de expor seus conhecimentos acadêmicos de forma clara, pois apresentam dificuldades que vão desde a separação de sílabas, concordância verbal, falta de coesão e de coerência textual, evidenciando a dificuldade dos universitários em escrever um texto simples.

Para o diretor do ICE, Rubens Oliveira (entrevistado 4, 2013), a baixa taxa de sucesso no curso, tem a ver, conforme já explicitado na seção 2.1, com o sistema de registro acadêmico, que devido aos problemas apresentados, fazem o aluno adiar a conclusão do curso.

Além dessa dificuldade em relação ao trabalho final, a pesquisa trouxe um resultado esperado em relação ao desempenho dos discentes. Em função das diversas ações afirmativas implementadas pela UFJF, e também em virtude da expansão de vagas, era de se esperar uma diminuição na qualidade do aluno que estava ingressando na universidade.

Em relação à pergunta "Você encontra dificuldades para concluir com êxito as disciplinas?", a maioria dos alunos respondeu que sim, mas que, apesar disso, estava indo bem. A situação é mais crítica no BI de Ciências Exatas, onde apenas 18% dos alunos responderam que não tinham dificuldades. As respostas a essa pergunta estão agrupadas no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Dificuldades em relação às disciplinas



Fonte: Dados retirados dos questionários aplicados aos discentes, 2013. Gráfico elaborado pela autora.

As dificuldades são maiores no curso de Ciências Exatas, situação já esperada, pois, desde o ensino fundamental os alunos apresentam dificuldades com a área de exatas e também, em função das altas taxas de reprovação que o curso apresenta. Apesar de parte dos alunos não apresentarem dificuldades, a maioria relatou que encontra dificuldade em concluir com êxito as disciplinas, situação que precisa ser levada em conta no objetivo de diminuir as taxas de evasão e retenção nos cursos.

Os diretores, que também são professores dos BI's, divergem um pouco em relação ao desempenho dos alunos e seu impacto na evasão. Para o Prof. Ricardo de Cristóforo, apesar de alguns alunos apresentarem dificuldades, a maioria possui bom desempenho.

Não chega a ser um problema esta questão. Muitos alunos possuem experiência externa ou já vieram de um curso técnico de artes, ou já trabalhavam na área, e estes rapidamente se tornam bons profissionais, já chegam praticamente prontos (CRISTÓFARO, 2013).

Para o diretor e professor Eduardo Condé, os déficits apresentados pelos alunos existem, mas são os mesmos que existiam antes. Para o diretor o perfil do aluno ingressante não mudou em função da expansão de vagas ou das cotas:

Nós estávamos recebendo alunos com alguns déficits muito característicos, basicamente de leitura principalmente. Não acho que é em função das cotas, é a média de público. Nós temos tido problemas há alguns anos com isso, particularmente nas Ciências Humanas por causa de leitura e escrita, e isso é uma coisa que na opinião de muitas pessoas estava se agravando ao longo do tempo cada vez mais, não acho que tem a ver com as cotas não, isso é uma questão que merece uma avaliação mais criteriosa, não estou afirmando que não é, mas acho que merece uma avaliação mais criteriosa (CONDÉ, entrevistado 1, 2013).

Apesar de na opinião do professor e diretor do ICH não ter havido uma mudança significativa no perfil do aluno ingressante em função do REUNI, as deficiências existem e não podem ser ignoradas, sob pena de contribuir para o baixo desempenho do discente. A pluralidade dos perfis de alunos que ingressam na universidade e as suas necessidades precisam ser consideradas e trabalhadas por parte da administração superior e do corpo docente, para que, assim, os estudantes possam ter condições de concluir com êxito os cursos que escolheram.

Assim, considerando-se os pontos destacados nesse capítulo dois sobre as principais dificuldades apresentadas no processo de implementação dos BI's, e que podem estar impactando nos resultados e no sucesso dos cursos, apresenta-se no capítulo três as Propostas de Intervenção.

Com base no estudo realizado, evidenciou-se que a questão da inadequação do sistema de Registro Acadêmico aos BI's vem impactando diretamente nos dados estatísticos relacionados aos cursos e causando transtornos aos alunos e coordenadores na operacionalização do registro. Além disso, foi apresentado também, como dificultador do bom andamento do curso, a resistência dos docentes em função do formato inovador do Bacharelado Interdisciplinar e as dificuldades apresentadas por estes em relação à dinâmica de sala de aula. Por fim, apresentou-se as dificuldades financeiras e também de desempenho dos alunos como outro ponto que precisa de atenção por parte da administração superior, para que o curso possa obter melhores resultados.

Assim, no capítulo 3, apresenta-se a Proposta de Intervenção, que está estruturada em cinco ações principais. A primeira, de ordem administrativa, voltada

para a questão do Sistema de Registro Acadêmico (SIGA/CDARA), que promoverá o debate entre os envolvidos buscando soluções para o problema.

A segunda e terceira, direcionadas aos docentes, buscando maior integração e identificação dos mesmos com a proposta através da realização de uma Conferência de Interdisciplinaridade e a promoção de um curso de capacitação docente para aperfeiçoamento de práticas pedagógicas.

E, por fim, a quarta e quinta ações, voltadas para os alunos, em que se busca contemplar as dificuldades financeiras e de desempenho através da discussão de novas modalidades de bolsas, que contemple as necessidades dos alunos dos BI's, e de um curso de recuperação acadêmica, em que o aluno possa melhorar o seu desempenho na universidade.

3 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

A avaliação dos resultados do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, na Universidade Federal de Juiz de Fora, com ênfase nos Bacharelados Interdisciplinares implementados, tiveram como objetivo identificar possíveis pontos de melhoria para que o projeto atinja o sucesso almejado e que seja passível de ampliação na UFJF.

Para o diagnóstico dessa política foram analisados os dados referentes aos Bacharelados Interdisciplinares em relação à oferta de vagas, número de inscritos, matriculados e concluintes. Além disso, foi aplicado um questionário a uma amostra significativa dos discentes dos BI's da UFJF, buscando conhecer suas expectativas e as dificuldades enfrentadas em relação ao curso escolhido. Para que fosse possível uma visão dos gestores da UFJF foram realizadas entrevistas com os diretores dos respectivos BI's e também com o pró-reitor de Planejamento da Universidade, representando a administração superior. Para complementar a análise e a argumentação da autora do presente trabalho, recorreu-se a leituras de textos acadêmicos referentes aos temas tratados e à legislação pertinente.

Cumprindo o objetivo do mestrado profissional passa-se, neste terceiro capítulo, à elaboração do Plano de Intervenção buscando a proposição de alternativas para os problemas evidenciados no capítulo 2. O plano será composto por cinco ações e contará com a participação de diversos atores envolvidos no processo.

Na primeira etapa do Plano de Intervenção a proposta será a utilização do Programa de Gestão da Qualidade - GESQUALI, com o objetivo de promover a discussão e o entendimento entre a administração dos BI's e o Sistema de Gestão Acadêmica - SIGA. O GESQUALI é um programa empreendido pela Pró-Reitoria de Planejamento da qual a presente autora integra a equipe e que busca, através de consultorias internas, "[...] contribuir de forma efetiva para o melhor desempenho administrativo da UFJF" (UFJF, 2014d).

Na segunda etapa as ações propostas visam à proposição de um curso de capacitação docente, buscando o desenvolvimento e qualificação desses profissionais para lidar com a pluralidade e dificuldades dos alunos dos Bacharelados Interdisciplinares e um processo abrangente de divulgação dos cursos

junto à comunidade acadêmica, através de uma Conferência de Interdisciplinaridade.

Por fim, a terceira etapa do Plano visa uma distribuição de projetos de extensão no período noturno, para que os alunos possam ter a oportunidade de desenvolver atividades remuneradas fora do horário de aula, podendo assim contribuir para a complementação da renda familiar. E a proposição de um curso de reforço acadêmico, voltado para os alunos, que promova a melhoria do desempenho daqueles que apresentam dificuldades em concluir com êxito o curso.

3.1 1º Etapa - GESQUALI - Promoção do entendimento entre os atores envolvidos

Um dos primeiros problemas detectados no diagnóstico realizado entre os gestores e alunos, acerca dos Bacharelados Interdisciplinares, foi a questão do Sistema de Registro Acadêmico que ainda não está completamente alinhado com as especificidades dos BI's, o que vem acarretando prejuízos ao bom andamento dos cursos.

O Programa de Gestão da Qualidade - Gesquali é um projeto da Pró-Reitoria de Planejamento, cuja equipe é formada por um total de oito administradores, dentre eles a autora do presente trabalho. O objetivo do programa é buscar formas de contribuir para o melhor desempenho administrativo da UFJF. O programa visa à integração entre as atividades meio e atividades fim, ou seja, administrativo e acadêmico (UFJF, 2014d). Dessa forma, o programa serve bem ao propósito de alinhar discussões, visando ao entendimento entre o SIGA e os coordenadores de curso, problema identificado na presente pesquisa.

O trabalho de consultoria proposto pelo Gesquali contempla as seguintes etapas: Diagnóstico, Análise e Priorização, Proposição de soluções administrativas, Acompanhamento da implementação das soluções administrativas propostas, Monitoramento das ações implementadas e Ações corretivas.

O GESQUALI foi lançado pela Pró-Reitoria de Planejamento em 2013. O programa ainda está em andamento em seu primeiro projeto, que buscou identificar gargalos administrativos nas unidades acadêmicas da UFJF. A ampliação do

programa para as áreas administrativas é um dos objetivos do programa que será compreendido em um segundo momento.

Porém, conforme já identificado na presente dissertação, a questão existente entre as coordenações dos cursos e o SIGA/ CDARA é uma questão que necessita de intermediação para que possa ser resolvida, dessa forma, será um dos pontos a ser levado à equipe da PROPLAN para ser trabalhado no âmbito do GESQUALI.

A justificativa para essa proposta de intervenção parte do princípio de que os problemas no controle de registro acadêmico dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar ocorrem em virtude do ruído de comunicação existente entre os atores envolvidos nesse processo, ou seja, administração dos cursos e administração do SIGA (CGCO) e Registro Acadêmico (CDARA).

Além disso, outra intervenção nesses moldes já foi efetuada pela Pró-Reitoria de Planejamento no processo de compras da Universidade, em que o fluxo do processo foi analisado de ponta a ponta e com a contribuição de todos os atores envolvidos. Essa intervenção foi realizada com bastante sucesso e trouxe resultados positivos para a Universidade e, em especial, aos setores que participaram diretamente.

Em relação ao problema do Registro Acadêmico e o SIGA, apesar de esforços já terem sido empreendidos pela administração superior da UFJF no intuito de resolver essa questão, acredita-se que o engajamento de uma equipe focada nesse propósito poderá alcançar resultados mais efetivos.

A proposta de trabalho se estruturará conforme as etapas previstas no programa. Em um primeiro momento será realizado um diagnóstico do problema. Esse diagnóstico será conduzido pela equipe da PROPLAN responsável pelo programa GESQUALI através de reuniões com os coordenadores dos três BI's da UFJF e a equipe do SIGA/Acadêmico (CGCO) e CDARA.

O objetivo dessa primeira etapa é identificar os principais gargalos existentes atualmente no Sistema de Registro Acadêmico, controlado pelo CDARA e sistematizado pela equipe do SIGA Acadêmico do CGCO. Nessa etapa, os coordenadores irão expor suas demandas e explicar para os demais setores as regras específicas de ingresso e reingresso em cada um dos BI's e dos cursos de 2º ciclo.

Conforme explicitado no segundo capítulo, os institutos possuem formas diferentes de ingresso para o Bacharelado Interdisciplinar e também diferentes

regras para o ingresso nos cursos de 2º ciclo. Além disso, o ICE faz um controle de registro acadêmico paralelo ao sistema de registro oficial que é o SIGA, o que impacta no controle acadêmico e nas estatísticas da Universidade em relação ao curso.

Através desse diagnóstico será possível conhecer as demandas e limitações de cada um dos atores envolvidos. O prazo estimado para realização dessas reuniões é de um mês, quando serão realizadas cerca de três reuniões. Essa etapa não envolve custos adicionais para a Universidade além, dos custos normais de funcionamento.

A segunda fase consistirá na elaboração da proposta, que será feita em reuniões da equipe da PROPLAN envolvida nesse projeto, com base no diagnóstico realizado. A proposta de implementação das melhorias contemplará a análise e priorização do que precisa ser feito e modificado no SIGA e também no controle efetuado pelo CDARA, para que sejam alcançados os objetivos dos cursos e as demandas levantadas pelos coordenadores. O prazo estimado para elaboração da proposta é de quinze dias e, assim como a etapa anterior, não envolve custos adicionais para a Universidade.

A terceira fase será de validação junto aos atores dos processos. Nessa etapa estão envolvidos todos os que participaram da etapa inicial de diagnóstico, ou seja, PROPLAN, coordenadores de curso, CGCO e CDARA. Nessa fase serão apresentadas pelos administradores da PROPLAN a proposta de modificação elaborada com base nas demandas e limitações apresentadas.

Os representantes dos cursos e do CGCO e CDARA irão analisar as soluções administrativas propostas, para verificar se as mesmas atenderão as necessidades e se essas são passíveis de implementação. Caso seja necessário serão feitos ajustes para que a proposta atenda ambas as partes. O prazo para essa fase é de 15 dias contados a partir do término da elaboração da proposta. Essa fase também não envolve custos adicionais.

A quarta fase será a implementação das modificações no SIGA. Essa fase é de responsabilidade da equipe do CGCO/ SIGA Acadêmico e deverá ser acompanhada de perto pela equipe do CDARA para que não haja divergência entre o que foi estabelecido no planejamento e o que efetivamente irá para o sistema. Como essa parte envolve sistema e não se sabe ainda quais serão as demandas, o prazo estimado para realização dessas modificações será de três meses e, a princípio,

como o SIGA é um sistema próprio, também não terá custo adicional para a Universidade.

Enfim, a última fase é a de monitoramento. Será realizada diretamente pelos usuários finais, que são os coordenadores de curso e que reportarão a equipe da PROPLAN quaisquer dificuldades ou imprevistos encontrados. Nesses casos, a PROPLAN irá contatar o CGCO e CDARA para correção imediata dos problemas apontados.

Essa fase se justifica para evitar que eventuais falhas não detectadas no planejamento, perdurem no sistema, contribuindo novamente para que este não atenda as necessidades dos cursos. Através do acompanhamento das soluções administrativas propostas e das ações implementadas, serão realizadas ações corretivas, imediatas, caso sejam necessárias. O prazo para o monitoramento do sistema é de dois meses e também não envolve custos adicionais para a UFJF, apenas os custos normais de funcionamento.

Na tabela 13 são apresentadas as ações desse Plano de Intervenção.

Tabela 13 - Ações promovidas pelo GESQUALI em relação ao Registro Acadêmico dos alunos dos BI's

O QUÊ?	QUEM?	QUANDO?	COMO?	POR QUÊ?	QUANTO?
Diagnosticar o Problema	Equipe da PROPLAN responsável pelo programa GESQUALI	Outubro de 2014	Através de reuniões entre os envolvidos mediadas por administradores da PROPLAN	Explicitar demandas e regras de cada curso e identificar limitações do Sistema de Registro Acadêmico	Sem custo adicional para a UFJF
Elaborar Proposta	Equipe da Pró-Reitoria de Planejamento responsável pelo programa GESQUALI	Novembro de 2014	A equipe da PROPLAN irá elaborar a proposta com base no diagnóstico realizado	Identificar as alterações necessárias no SIGA e CDARA	Sem custo adicional para a UFJF
Validar da Proposta	Equipe PROPLAN e Coordenadores dos BI's	Novembro de 2014	Apresentação para os coordenadores da proposta de modificação	Verificar se as mudanças propostas atenderão a demanda dos cursos e dos alunos	Sem custo adicional para a UFJF
Implementar as Modificações no SIGA	Equipe CGCO/ SIGA Acadêmico	Dezembro a Fevereiro de 2015	Alteração do Sistema Acadêmico	Adequação do Sistema às demandas solicitadas pela Coordenação dos BI's.	Sem custo adicional para a UFJF
Monitorar Modificações efetuadas no SIGA	Equipe PROPLAN e Coordenadores dos BI's	Março e Abril/2015	Acompanhamento do Sistema e reclamações dos usuários	Correção de eventuais falhas que porventura sejam identificadas	Sem custo adicional para a UFJF

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Esta proposta de intervenção será realizada no âmbito da UFJF com a participação dos coordenadores de cada um dos cursos e com a equipe do CGCO e do CDARA. O prazo estimado para o desenvolvimento de todas as ações é de sete meses, considerando as modificações que serão feitas no sistema. A responsabilidade pela coordenação dessa ação será da Pró-Reitoria de Planejamento.

3.2 2º Etapa – Capacitação e Divulgação para transformar as resistências

Outro problema detectado no diagnóstico foi a resistência dos docentes em relação ao curso. Conforme discutido no segundo capítulo dessa dissertação, essas resistências ocorrem por diversos motivos. Um deles, conforme se concluiu, tem a ver com a formação e capacitação para lidar com a pluralidade e com as dificuldades apresentadas pelos alunos dos Bacharelados Interdisciplinares, apesar de esta não ser uma característica exclusiva desses cursos.

Sensível à necessidade de aperfeiçoamento docente, a Universidade Federal de Juiz de Fora, através da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), criou, em 2011, a Coordenação de Inovação Acadêmica e Pedagógica do Ensino Superior (CIAPES). Através dessa coordenação, a PROGRAD desenvolve "[...] ações formativas para a docência em nível superior, direcionadas aos professores da UFJF" (UFJF, 2014b).

No âmbito dessa coordenação a UFJF oferece um programa intitulado "Percurso Formativos". Esse programa foi criado em 2013 e oferece aos docentes diversas opções de curso para que o docente possa optar pelos que melhor atendam às suas demandas.

A ideia do programa é direcionada aos docentes em estágio probatório que, possuem obrigatoriedade de cumprir uma carga horária em atividades formativas, conforme regulamentação da Pró-Reitoria de Graduação:

A Lei 12.772/2012 estabelece, em seu inciso V do Art. 24, que o docente em estágio probatório deverá participar do Programa de Recepção de Docentes instituído pela IFE, que na UFJF foi formalizado pelas Portarias nº. 04/PROGRAD, de 30 de setembro de 2013 e 02/PROGRAD, de 12 de fevereiro de 2014. As portarias estabelecem que "o docente em Estágio Probatório precisa cumprir

120 horas de atividades formativas durante as quatro etapas avaliativas” dispondo que estas atividades ficarão ao encargo da CIAPES.

Este programa prevê que as 120 horas a serem cursadas possam ser divididas ao longo dos 4 períodos avaliativos do estágio probatório – 30 horas em cada (UFJF, 2014b).

Essa proposta é interessante, pois, através de uma obrigatoriedade legal a UFJF pode promover a capacitação dos novos docentes que ingressam na universidade. Além disso, muitos docentes possuem um excelente conhecimento técnico, mas, pouca experiência prática com a docência, assim, o curso vem ao encontro dessa demanda dos novos professores.

Porém, nesse trabalho, observou-se uma resistência por parte dos docentes dos Bacharelados Interdisciplinares, não só entre os novos contratados, mas também entre os professores veteranos. Além disso, considerando que a formação docente deve ser continuada, a proposta desse Plano de Intervenção é promover, através da CIAPES, cursos voltados especificamente para esse segmento. Claro que, não tendo a obrigatoriedade legal, fica mais difícil comprometer e conseguir o engajamento dos docentes veteranos. Nesse sentido, entra também o trabalho de conscientização que será proposto através da Conferência (terceira ação deste plano).

A proposta de ação para transpassar a resistência docente e aperfeiçoá-lo para o trabalho com as especificidades dos alunos dos BI's é a promoção de um curso de atualização didático-pedagógico. O conteúdo do curso será de responsabilidade da CIAPES, mas a sugestão é que o mesmo verse sobre matérias como: A docência na Universidade e a integração entre ensino, pesquisa e extensão, o planejamento de aula e avaliação; utilização das tecnologias de informação como ferramenta pedagógica e a relação entre professor e aluno.

A justificativa para essa proposta sustenta-se na necessidade de formação continuada do docente e na conscientização e envolvimento desse segmento acerca do modelo de formação proposto pelo Bacharelado Interdisciplinar.

O curso será desenvolvido pela CIAPES em parceria com a coordenação dos Bacharelados Interdisciplinares. O local para realização do curso é a própria UFJF e visa maior adesão dos docentes, a proposta é que o curso seja semipresencial. A condução dos trabalhos ficará a cargo da Coordenação de Inovação Acadêmica e Pedagógica do Ensino Superior/PROGRAD. O curso será direcionado a todos os

docentes que integram os Institutos que abrigam os BI's. O prazo estimado para o desenvolvimento do curso é de seis meses, mas o início dos trabalhos ocorrerá apenas em 2015, para evitar o conflito de atividades para os coordenadores.

Em um primeiro momento será designada por cada coordenação do BI's, e em comum acordo com os professores dos cursos, uma comissão de até dois professores por BI para participar da discussão acerca dos temas e demandas de aperfeiçoamento docente, necessárias aos cursos. Através de reuniões dessa equipe de trabalho serão expostas as demandas e deficiências que necessitam ser trabalhadas e, a partir de experiências da equipe de treinamento, definidos os cursos que serão ministrados. O prazo para essa etapa é de um mês e não demandará custos adicionais para a UFJF.

Após definidos os temas dos cursos, será iniciada a etapa de elaboração do curso propriamente. Essa etapa será conduzida pela CIAPES, que escolherá os coordenadores do curso conforme a familiaridade dos mesmos com o conteúdo elaborado, e levará em torno de três meses para ser executada. Esta etapa será realizada com o apoio da Coordenação de Capacitação da Pró-Reitoria de Recursos Humanos - PRORH. O custo estimado para essa etapa da ação de intervenção é decorrente do pagamento de encargo curso/concurso para os professores que conduzirão o projeto e deverá ser calculado pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos, conforme carga-horária e disponibilidade orçamentária.

A terceira etapa será de elaboração do curso pela equipe do Centro de Educação à Distância - CEAD, que colocará o conteúdo elaborado em meio on-line através da plataforma EAD. O prazo de execução dessa etapa é de dois meses e não demanda custos adicionais para a UFJF, uma vez que se trata de atividade de rotina do órgão. Por fim, a última etapa consiste em ministrar o curso e ficará a cargo dos docentes escolhidos anteriormente. O curso possui caráter contínuo, mas são previstas revisões anuais. O custo são os mesmos supracitados para pagamento dos docentes.

Tabela 14 - Treinamento e Aperfeiçoamento Docente

O QUÊ?	QUEM?	QUANDO?	COMO?	POR QUÊ?	QUANTO?
Definir Temas	CIAPES e Comissão BI's	Março de 2015	Reuniões entre a equipe CIAPES e comissão dos BI's	Para expor as demandas e deficiências que necessitam ser trabalhadas	Sem custo adicional para a UFJF
Elaborar conteúdo do Curso	Professores dos BI's designados pela CIAPES e em Coordenação de Capacitação da PRORH	Abril a Junho de 2015	Os professores irão elaborar o conteúdo do curso	Para que o curso possa atender as demandas dos docentes	Encargo curso/concurso para os docentes designados
Elaborar curso na Plataforma EAD	Equipe CEAD	Julho e Agosto de 2015	Colocar o conteúdo do curso na plataforma, através de recursos de TI	Para que o curso possa estar disponível em meio on-line	Sem custo adicional para a UFJF
Ministrar Curso	Docentes designados pela CIAPES	Contínuo	Através da plataforma EAD e encontros presenciais mensais	Para que possa ser efetuado o aperfeiçoamento docente e para que haja troca de experiências	Encargo curso/concurso para os docentes designados

Fonte: Tabela elaborada pelo autora.

Conforme já explicitado acima, para que essa etapa ofereça resultados para os BI's e à própria UFJF, é necessário o engajamento dos docentes, uma vez que os cursos não são obrigatórios. Assim sendo, são de extrema importância a motivação e conscientização dos mesmos para a necessidade de aperfeiçoamento.

Visando um trabalho de divulgação e buscando criar nos docentes e alunos um sentimento de pertencimento aos cursos de Bacharelado Interdisciplinar, é que se propõe a terceira Ação de Intervenção.

Além do processo de capacitação e aperfeiçoamento docente, o presente estudo evidenciou resistências não só dos docentes, mas também, dos alunos dos BI's e de outros cursos em relação à proposta do Bacharelado Interdisciplinar. Esta resistência ocorre, em parte, em função do caráter inovador do curso no Brasil, sendo ainda uma proposta recente e bem diferente do modelo adotado até então.

Para isso, a Ação de Intervenção proposta se refere à promoção de uma "Conferência Nacional dos Bacharelados Interdisciplinares", onde se pretende uma maior divulgação da proposta do curso e também a promoção de debates direcionados a docentes e alunos.

O objetivo é reunir docentes e alunos dentro de um mesmo evento, porém em ambientes separados, para que cada segmento possa debater entre si suas demandas específicas. O evento contará com importantes participações externas à UFJF, em que docentes e alunos de outras Instituições possam relatar suas experiências em relação ao Bacharelado Interdisciplinar.

O cronograma do evento será de três dias. No primeiro dia, no ambiente destinado aos docentes, serão ministradas palestras por profissionais externos que possuem uma relação mais estreita com a proposta do BI e que serão convidados a expor suas experiências. No segundo dia, serão conduzidos debates entre professores externos convidados e os professores dos BI's da UFJF, a fim de expor os limites e possibilidades do Bacharelado Interdisciplinar. No último dia, destinado apenas aos docentes internos, será feita uma discussão sobre as especificidades da UFJF e quais as propostas viáveis de serem implementadas para a melhoria dos Bacharelados Interdisciplinares. Os debates serão mediados por um representante da Pró-Reitoria de Graduação.

Em outro ambiente, porém simultaneamente, a conferência estará direcionada aos alunos, com duração também de três dias. No primeiro dia, serão ministradas palestras por representantes do mercado de trabalho destacando as oportunidades para os egressos do curso. No segundo dia, as palestras serão realizadas por docentes externos, familiarizados com a proposta do BI e por alunos egressos (interno ou externo), que possam relatar uma experiência bem sucedida com o curso. No último dia, será promovido um debate, também mediado pela Pró-Reitoria

de Graduação, onde os alunos possam discutir suas demandas e sugestões para melhorias que possam ser implementadas nos cursos.

Em 2008, a UFJF realizou um trabalho parecido ao trazer para uma palestra o Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor Naomar Monteiro de Almeida Filho. A conferência teve como tema: "Os Bacharelados Interdisciplinares na Expansão das Universidades Federais", nela o reitor apresentou os principais pontos da proposta de criação do bacharelado interdisciplinar, dentre eles, a precocidade na escolha do curso universitário (UFJF, 2008).

Diferente da primeira conferência realizada, que foi aberta a toda comunidade interna e que teve como principal objetivo a discussão do projeto de expansão do Instituto de Ciências Humanas, a proposta dessa nova Conferência seria de abrangência nacional, com a participação de estudantes e docentes de outras IFES e com o objetivo de troca de experiências e possibilidades desse novo modelo.

A conferência será realizada seguindo as seguintes etapas: Primeiramente, a elaboração dos temas e organização dos trabalhos por uma comissão formada pelos coordenadores e docentes dos Bacharelados Interdisciplinar de Artes e Design, Ciências Exatas e Ciências Humanas. Para esta etapa, estima-se um prazo de dois meses, sem custo adicional para a UFJF, pois, serão realizadas apenas reuniões onde a comissão, formada por representantes de cada BI, possa priorizar os temas para cada um dos segmentos e definir os profissionais que serão convidados para o evento.

Em um segundo momento, será organizado o evento pela Secretaria de Comunicação, com definição do local a ser realizado, recursos necessários, realização do convite aos membros externos e internos e a divulgação do evento. Esta etapa requer um bom planejamento e estima-se um prazo de dois meses. Os custos adicionais aqui previstos são apenas para a divulgação do evento que acarretará em gastos com material gráfico.

Para a realização do evento em si, que terá duração de três dias, haverá custos adicionais de logística para os convidados (hotel, transporte e refeição), *coffee-break* para o evento e custo de material gráfico para impressão de material a ser distribuído na Conferência.

Tabela 15 - Conferência pela Interdisciplinaridade

O QUÊ?	QUEM?	QUANDO?	COMO?	POR QUÊ?	QUANTO?
Definir Temas e organizar trabalhos	Comissão dos BI's	Outubro a Novembro de 2014	Priorização de temas de acordo com as demandas de professores e alunos	Para trabalhar as dificuldades de cada um dos segmentos	Sem custo adicional para a UFJF
Organização e do Evento	Secretaria de Comunicação	Janeiro e Fevereiro de 2015	Através de reuniões da equipe responsável e envio de convites para a comunidade externa	Para dimensionamento de local, recursos necessários e convite dos palestrantes.	Sem custo adicional para a UFJF
Divulgar evento	Secretaria de Comunicação da UFJF	Janeiro e Fevereiro de 2015	Através de folders e envio de email.	Envolver a comunidade interna e externa	Custo de material gráfico para os folders
Realizar Conferência	Pró-Reitoria de Graduação e Secretaria de Comunicação da UFJF	Três dias (fevereiro ou março de 2015)	Através de palestras e debates destinados a cada um dos segmentos (docentes e discentes)	Para que em cada ambiente sejam discutidas as demandas específicas de cada segmento	Custo de logística para os convidados externos, <i>coffee-break</i> e material gráfico

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

A justificativa dessa proposta está no fato de que para haver um engajamento dos atores de determinado processo em uma política é necessário o conhecimento das partes sobre os objetivos desse projeto. Assim, é preciso publicizar a política, discutir suas possibilidades e fazer com que os atores se sintam verdadeiramente parte do projeto.

O evento será realizado na UFJF e o prazo para elaboração desta ação será cinco meses e ficará sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação com o apoio da Secretaria de Comunicação da UFJF.

3.3 3º Etapa – Projetos de Apoio ao Desempenho e Manutenção do Aluno

A terceira etapa do Plano de Intervenção está voltada diretamente aos discentes dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar da UFJF. Com duas ações específicas, uma direcionada à melhoria do desempenho do aluno no curso, favorecendo seu autoaprendizado e contribuindo para melhoria nas taxas de conclusão do curso e outra, voltada para o auxílio na manutenção do aluno na universidade, através de complementação financeira viabilizada por bolsas direcionadas às especificidades dos alunos dos BI's.

Em relação ao desempenho, é sabido e foi também evidenciado na pesquisa pela percepção dos professores e pelas dificuldades relatadas pelos alunos que, com a expansão de vagas, cada vez mais, alunos com uma formação básica deficitária ingressam no ensino superior. Assim, é prioritário que a Universidade tenha ciência dessa dificuldade e busque ações para auxiliar na recuperação de aprendizagem desses alunos.

Uma das propostas é a promoção de aulas complementares via plataforma EAD com material expositivo e exercícios das disciplinas classificadas como críticas pela coordenação de cada curso. O curso poderá ser desenvolvido em parceria com o Centro de Educação à Distância (CEAD) da UFJF. Um curso de reforço online reconhece a necessidade de melhorar o desempenho acadêmico dos alunos e também reconhece a capacidade destes de, conduzir de forma autônoma, sua aprendizagem, para que possam focar nas principais dificuldades que apresentam.

A princípio, devido ao resultado do estudo realizado, o curso seria direcionado aos alunos dos BI's de Ciências Exatas e Ciências Humanas, onde foi apontado pelos gestores, maior comprometimento das taxas de evasão e retenção em razão das dificuldades de desempenho dos alunos. Na área de exatas o foco seria trabalhar os déficits nas disciplinas de matemática/cálculo e resolução de problemas. Já para os alunos das Ciências Humanas, o foco seria na disciplina de metodologia e escrita. Porém, cabe aos coordenadores dos cursos elegerem, no âmbito do seu

departamento, as disciplinas que impactam diretamente no resultado do aluno e nas quais os mesmos não possuem desempenho satisfatório.

A elaboração dos cursos de "Recuperação de alunos com dificuldade de Aprendizagem" será realizada por professores dos BI's ou monitores de programas de pós-graduação em áreas afins, em parceria com a equipe do CEAD. Os cursos serão *on-line* e contarão com material impresso de conteúdo e exercícios.

O cronograma de elaboração do Projeto será de seis meses. A primeira etapa desta ação diz respeito à organização do curso, ou seja, definição dos responsáveis e quais os conteúdos serão priorizados. Os coordenadores dos cursos, juntamente com os diretores dos Institutos e a Pró-Reitoria de Graduação discutirão, em reuniões, a melhor maneira de efetivar esse curso. O prazo para essa etapa é de um mês e não necessita de custos adicionais para a UFJF. Depois de discutidos os meios, passa-se a etapa de elaboração do conteúdo.

A elaboração do conteúdo dos cursos consiste na segunda etapa da Ação de Intervenção e ficará a cargo dos coordenadores de cada disciplina que será oferecido reforço. Esse coordenador poderá ser um dos professores da referida disciplina ou algum aluno da pós-graduação que esteja estudando a mesma área. Após definido o coordenador, este irá elaborar o conteúdo do curso de forma a torná-lo mais acessível aos alunos. Essa etapa levará em torno de dois meses para ser executada. O custo estimado para essa etapa da ação de intervenção é decorrente do pagamento de encargo curso/concurso para os professores que conduzirão o projeto ou bolsas de Monitoria para os alunos da pós, conforme definição prévia.

A terceira etapa será de disponibilização do conteúdo do curso na plataforma EAD e de impressão das apostilas, ficando a cargo da equipe do CEAD. O prazo de execução dessa etapa é de aproximadamente dois meses, demandando custos de serviços de gráfica para impressão das apostilas.

Por fim, com o curso pronto, será o momento de ministrá-lo propriamente. Antes, porém, é necessário definir os critérios de seleção para os alunos que irão participar: se essa participação será voluntária, estando aberta a todos que manifestarem interesse ou se levará em consideração o índice de Rendimento Acadêmico dos Alunos, buscando priorizar aqueles aluno com dificuldades de desempenho na disciplina. O curso possui caráter contínuo, com previsão de revisões anuais. O objetivo é que as aulas de reforço sejam oferecidas nos três

primeiros meses de cada semestre, buscando abarcar o início das disciplinas. Os custos são os mesmos praticados na etapa de elaboração do curso.

Tabela 16 - Projeto de Recuperação de Alunos com baixo Rendimento

O QUÊ?	QUEM?	QUANDO?	COMO?	POR QUÊ?	QUANTO?
Organização do curso	Coordenadores dos cursos, diretores dos Institutos e a Pró-Reitoria de Graduação	Novembro/14	Discussão em reuniões	Para definir os meios que serão utilizados, bem como os temas a serem priorizados em cada BI	Sem custo adicional para a UFJF
Elaborar conteúdo do curso	Professores responsáveis pelas Disciplinas ou monitores de pós-graduação	Dezembro/14 a Janeiro de 2015	Definição e formatação do curso	Para definir metodologia e abordagem dos cursos	Encargo curso/concurso para docentes ou bolsa de Monitoria para alunos Pós-graduação
Elaborar o curso on-line e impressão de apostilas	Equipe CEAD	Fevereiro e março/2015	Colocar o conteúdo do curso na plataforma através de recursos de TI e editar e imprimir apostilas	Para que o curso possa estar disponível em meio on-line e textual	Custo de impressão das Apostilas
Ministrar Curso na Plataforma EAD	Coordenadores e Tutores da Disciplina	Caráter contínuo, focando nos três primeiros meses de cada semestre	Através da plataforma EAD	Para facilitar o acesso dos alunos e otimizar o tempo	Encargo curso/concurso para docentes ou bolsa de Monitoria para alunos da Pós-graduação

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

A justificativa para essa proposta de intervenção é, conforme já explicitado, as dificuldades características dos alunos que ingressam atualmente na Universidade, que, em função de uma educação básica deficitária, possuem dificuldades para concluir com êxito as disciplinas do curso superior. Além disso, acredita-se que o aluno é capaz de autogerir seus estudos e buscar ampliar seus conhecimentos nas áreas em que possui maior dificuldade.

Por fim, a última proposta de intervenção diz respeito ao programa de Bolsas oferecidas pela UFJF. A ação refere-se a uma solicitação para a revisão das bolsas e projetos da Universidade, por parte da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, de forma a buscar maneiras de contemplar as demandas dos alunos dos Bacharelados Interdisciplinares.

Segundo informações do Relatório de Gestão, a UFJF possui um conjunto de ações para a oferta de bolsas, não apenas dentro dos critérios do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), mas em diversas outras modalidades como monitoria, iniciação científica, treinamento profissional, dentre outras. Em 2012 foram, 7.286 alunos atendidos, sendo que destes, 4.548 foram atendidos dentro das bolsas definidas pelo PNAES (UFJF, 2013h).

A UFJF conta, atualmente, com uma Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROAE, que atua como gestora das políticas de assistência estudantil da UFJF. Assim, considerando as inúmeras opções de Bolsas existentes na UFJF, a proposta é que a Pró-Reitoria responsável pela assistência estudantil faça uma avaliação das especificidades apresentadas pelos alunos dos BI's e que assim promova alternativas que possam contemplar as demandas dos alunos desses cursos.

No estudo apresentado foi possível identificar que o aluno, pelo fato do curso ser no período diurno, não possui condições de trabalhar caso necessite complementar a renda. Identificou-se ainda que, em torno de 40% dos alunos são oriundos de outra cidade e mudou-se para Juiz de Fora em razão do ingresso na universidade. Além disso, a renda familiar da grande maioria dos alunos entrevistados está abaixo de cinco salários mínimos, o que demonstra que uma complementação financeira oferecida pela universidade seria de grande valia para esses alunos.

Na modalidade de Bolsa Manutenção oferecida pela UFJF, o aluno possui acesso às refeições gratuitas nos Restaurantes Universitários, transporte ida e volta centro-campus durante período letivo e recebimento mensal de concessão

financeira, no entanto, para isso, há a exigência de uma contrapartida, onde o aluno deve desenvolver 12 (doze) horas semanais em atividades sociopedagógicas em projetos da UFJF. Exercer essa contrapartida por alunos que estudam o dia todo, como é o caso dos BI's, é complicado.

Dessa forma, a ação aqui proposta seria no intuito de fomentar uma análise da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) em relação aos alunos dos BI's. Considerando que o estudo sobre este aspecto nesta dissertação foi superficial, visto que não era o foco do trabalho, a ação de intervenção sugere um estudo mais apurado das condições desses alunos e o quanto a dificuldade financeira impacta no seu desenvolvimento acadêmico.

Feito esse diagnóstico mais criterioso, será proposta uma ação de forma a sanear essas dificuldades, seja através de bolsas de apoio (PNAES) ou por projetos, como de Iniciação Científica. A tentativa desta ação é que sejam revistos e priorizados os projetos cuja contrapartida de trabalho possa ser desenvolvida no período noturno, de forma a contemplar os alunos que estudam no período diurno ou integral. Assim, haveria uma complementação financeira através da bolsa de manutenção para auxiliar nas despesas desses alunos com dificuldades.

É importante destacar que o estudo focaria nos alunos dos Bacharelados Interdisciplinares, mas que a solução será criada para a UFJF como um todo, de forma a não criar para esses alunos uma diferenciação em relação aos outros cursos.

O diagnóstico será feito com o auxílio da Pró-Reitoria de Planejamento, da qual a autora deste trabalho faz parte, porém, a ação de correção deverá ser analisada pela PROAE em conjunto com professores interessados em participar dos projetos.

A primeira etapa consistirá na elaboração de um questionário pela Pró-Reitoria de Planejamento, buscando identificar as principais carências dos alunos dos BI's e o quanto estas impactam nos desempenho acadêmico desses alunos. Após a elaboração do questionário o mesmo será aplicado para todos os alunos, por bolsistas da Pró-Reitoria de Planejamento, visto que a equipe da PROPLAN não teria disponibilidade de tempo para aplicação dos mesmos.

O prazo para realização desta etapa será de três meses, sendo um para a elaboração do questionário e dois para a aplicação dos mesmos. Os custos se referem apenas à etapa de aplicação dos questionários onde serão gastos recursos com a impressão destes e com o pagamento dos bolsistas.

De posse deste diagnóstico será encaminhado um relatório à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em conjunto com professores da Universidade, interessados em participar dos projetos, analisarem as especificidades dos alunos e proporem projetos/ bolsas que poderiam suprir essas demandas. O prazo de execução dessa etapa será de dois meses. Os custos dessa etapa dependem do resultado do diagnóstico e da ação de correção idealizada. Serão necessários custos adicionais para pagamentos de bolsas (caso tenha orçamento disponível) e seja necessário criar novas bolsas, ou então, deverão ser alterados os critérios de bolsas já existentes para evitar custos adicionais.

Tabela 17 - Avaliação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil das Especificidades dos BI's.

O QUÊ?	QUEM?	QUANDO?	COMO?	POR QUÊ?	QUANTO?
Realizar diagnóstico das Especificidades dos BI's	Administradores e bolsistas da Pró-Reitoria de Planejamento	Outubro a Dezembro de 2014	Elaboração e Aplicação de questionário para os alunos dos BI's	Identificar as dificuldades financeiras dos alunos e o impacto dessas no seu desempenho	Custo de impressão dos questionários e pagamento de bolsistas
Propor Ações de Assistência Estudantil para Alunos dos BI's	Equipe da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Professores da UFJF.	Janeiro e fevereiro de 2015	Através de reuniões e debates sobre os resultados do diagnóstico realizado	Para verificar as ações necessárias para sanar essas dificuldades	Pagamento de bolsas, conforme ações propostas após o diagnóstico.

Fonte: Elaboração Própria.

A justificativa para essa proposta é que o acesso a bolsas auxilia na complementação financeira do aluno e, conseqüentemente, contribui para diminuir

as causas de evasão de alunos por dificuldades financeiras. O foco principal desta ação é a criação de bolsas cujos projetos sejam desenvolvidos no período noturno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou avaliar os primeiros resultados acerca dos Bacharelados Interdisciplinares, um projeto de reestruturação implementado na Universidade Federal de Juiz de Fora, no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

Em termos de reestruturação, o REUNI trouxe como proposta uma revisão do modelo de formação acadêmica e profissional ainda presente na maioria das instituições. A iniciativa de repensar a universidade e a proposta de criação dos Bacharelados Interdisciplinares constitui-se de uma proposta alternativa ao modelo de formação tradicional.

A implementação dos REUNI e dos BI's na UFJF passou por um conjunto de resistências. Estas foram superadas no momento da aprovação dos programas, mas ainda hoje impactam nos resultados do mesmo. Ao analisar os primeiros resultados dos dados referentes aos Bacharelados criados na UFJF, evidencia-se a necessidade de um monitoramento por parte da gestão da universidade destas taxas.

As taxas de evasão dos cursos não são alarmantes, pois se encontram próximas às médias nacionais, no entanto, ainda assim, são passíveis de melhorias. Em relação à taxa de Sucesso da Graduação, essa apresentou maiores distorções em relação à taxa global da universidade, evidenciado que nos BI's, muitos alunos que já deviam ter formado no curso, ainda não o fizeram.

Assim, buscou-se, através da pesquisa de campo, um diagnóstico das possíveis causas e aspectos que estejam impactando nestes resultados. Através de entrevistas e questionários, aplicados aos docentes e alunos, respectivamente, buscou-se captar a percepção destes sobre as condições do curso, além de permitir traçar um perfil do aluno pesquisado e compreender as expectativas da administração em relação aos Bacharelados Interdisciplinares.

Com base no estudo realizado, foi possível identificar problemas de ordem administrativa em relação a operacionalização e rotinização da política, que ainda causam transtornos aos departamentos e alunos. A inadequação do sistema de Registro Acadêmico aos BI's é algo que precisa ser corrigido pois afeta diretamente

os resultados do projeto, causando prejuízos à universidade, tanto em termos estatísticos quanto financeiros.

A questão das resistências dos docentes e discentes foi também identificada como um entrave ao bom andamento do programa. Acredita-se que estas resistências se devam ao caráter inovador do curso no Brasil, além é claro das resistências inerentes às mudanças empreendidas dentro das instituições. Porém, torna-se um ponto crítico pois, um projeto só sairá bem sucedido com o engajamento de todos os atores envolvidos, onde o sentimento de pertencimento possa motivá-los a propor melhorias necessárias para o aperfeiçoamento do mesmo.

Por fim, identificou-se com base na pesquisa de campo e também no referencial teórico que, questões de ordem financeiras e também de desempenho na aprendizagem dos alunos contribuem para o aumento das taxas de evasão e retenção na graduação. Assim, torna-se prudente que a universidade busque maneiras de minimizar os impactos destas condições no desenvolvimento do aluno.

O plano de intervenção proposto a partir da análise de dados, terá a participação ativa de diferentes atores e visa a proposição de alternativas para os problemas evidenciados. Em relação a questão administrativa referente ao registro Acadêmico e ao SIGA, a proposta é alinhar conceitos e demandas dos setores envolvidos, através de uma consultoria interna existente na UFJF, representada pela equipe da Pró-Reitoria de Planejamento. Essa ação, a autora acredita que será bastante eficaz, pois já foi utilizada em outras situações dentro da UFJF e obteve bons resultados.

Quanto à resistência dos atores em relação ao curso, esta é atribuída em parte ao desconhecimento destes em relação a política implementada. Assim, a ação de intervenção proposta consiste na divulgação do curso, buscando, através de uma Conferência, o engajamento dos atores do processo.

Além disso, identificou-se que a resistência dos docentes ocorre também em função da própria dificuldade em lidar com o novo perfil do aluno universitário, situação para a qual foi proposto um curso de aperfeiçoamento docente. Essa ação é bastante complexa no sentido de conseguir a adesão dos participantes. Assim, torna-se cada vez mais importante a conscientização dos mesmos e o desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao projeto, aspectos que se

pretende alcançar, ao menos em parte, com as discussões promovidas na Conferência.

Por fim, em relação as dificuldades enfrentadas pelos alunos, identificou-se que estas podem ser de ordem financeira e/ou de desempenho em relação ao curso e que impactam diretamente nas taxas apresentadas no primeiro capítulo. Desta forma, para auxiliar no desenvolvimento do aluno, a ação proposta se refere a um curso de recuperação para aqueles alunos que encontram dificuldades em concluir com êxito as disciplinas do curso.

Para intermediar a questão financeira foi proposta uma análise mais criteriosa do perfil dos discente dos Bacharelados Interdisciplinares e uma revisão nas bolsas de auxílio oferecidas pela UFJF, de forma a contemplar as especificidades desses alunos. Assim, espera-se que a UFJF possa através deste trabalho com os alunos do BI, compreender com mais propriedade as dificuldades financeiras de seus alunos e criar mecanismos que possam ir ao alcance destes, diminuindo o abandono do curso por questões financeiras.

Nesse contexto, espera-se que este trabalho possa contribuir para o aperfeiçoamento do projeto implementado. Ressalta-se a importância de, após a inegável expansão de vagas proporcionada pelo REUNI, se promover o debate sobre as condições de permanência destes alunos na universidade pública e de condições favoráveis para a conclusão com êxito do curso que escolheram.

Além disto, reconhece-se neste estudo as grandes contribuições e possibilidades dos BI's. A proposta da interdisciplinaridade possui forte tendência de expansão dentro da educação superior e, em especial, dentro da UFJF e aperfeiçoá-la, significa consolidar e propagar a política idealizada.

LISTA DE ENTREVISTADOS

CONDÉ, Eduardo. Entrevista realizada em 18 de outubro de 2013. Juiz de Fora. 2013. (48:03min) - Entrevistado 1

CRISTOFARO, Ricardo de. Entrevista realizada em 16 de outubro de 2013. Juiz de Fora. 2013. (36:10min) - Entrevistado 2

FERREIRA, Carlos Elízio Barral. Entrevista realizada em 03 de abril de 2014. Juiz de Fora. 2013. (45:58min) - Entrevistado 3

OLIVEIRA, Rubens de. Entrevista realizada em 16 de outubro de 2013. Juiz de Fora. 2013. (40:19min) - Entrevistado 4

REFERÊNCIAS

Acessa.com. Educação. **DCE faz assembleia nesta quarta sobre novos protestos contra Reuni e Apes/JF faz ato público na próxima semana no Campus da UFJF**. Juiz de Fora, 2007a. Disponível

em:<<http://www.acessa.com/educacao/arquivo/noticias/2007/11/07-reuni/>>. Acesso em 29 de Jun de 2014.

_____. _____. **Reuni é aprovado pelo Consu**. Juiz de Fora, 2007b. Disponível

em:<<http://www.acessa.com/educacao/arquivo/noticias/2007/10/25-reuni/>>. Acesso em 10 de Fev de 2014.

APES. **Manifesto da Comunidade Universitária UFJF**. Disponível em:<

<http://www.artnet.com.br/~apesjf/manifesto.pdf>>. Acesso em 28 de Fev de 2014.

BRASIL. **Lei 3.858**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3858-23-dezembro-1960-354438-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em 09 de Ago de 2013

_____. **Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providencias. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação, (MEC). **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília, 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>.

_____. _____. **Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares. Novembro de 2010**. Disponível em : <

http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasil.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2013.

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Abrindo a Caixa : dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas**. Pesquisa e Debate em Educação. Revista do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Vol. 2. N. 2. 2012 (pag.78-100).

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Prática docente universitária e a construção coletiva de conhecimentos: possibilidades de transformações no processo ensino-aprendizagem**. Universidade Católica de Santos, Setembro, 2009.

GAYDECZKA, Beatriz; OLIVEIRA, Aline Lourenço de. **Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia: Os Dilemas da identidade profissional dos docentes universitários**. Florianópolis, 2013. Disponível em:

<<http://coloquioepistemologia.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/ADE106-BACHARELADO-INTERDISCIPLINAR-EM-CI%C3%80NCIA-E-ECONOMIA.pdf>>. Acesso em 11 de Mar de 2014.

GAZZOLA, Ana Lúcia. **Panorama de la educación superior en América Latina y el Caribe**. Cartagena de Indias: UNESCO / IESALC, 2008. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/dmdocuments/ana_lucia_gazzola_panoramaes_cr es2008.pdf>. Acesso em: 12 de Jan de 2013.

INEP. **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2010/>. Acesso em 10 de Ago de 2013.

_____. **Censo da Educação Superior 2011**. Brasília, 2011a. Disponível em: <http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2011/>. Acesso em 10 de Ago de 2013.

_____. **Censo da Educação Superior 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2012/>. Acesso em 10 de Ago de 2013.

_____. **Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2011**. Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://censosuperior.inep.gov.br/resumos-tecnicos>>. Acesso em 25 de Fev de 2014.

ISCHINGER, Bárbara. **Editorial Panorama da Educação 2007. Indicadores OCDE**. São Paulo, 2008.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. **O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova**. Avaliação (Campinas) vol.13 no.1 Sorocaba Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772008000100002&script=sci_arttext>. Acesso em 02 de Nov de 2013.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **Panorama da Evasão no Ensino Superior Brasileiro: Aspectos Gerais das Causas e Soluções**. Instituto Lobo, 2012. Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_087.pdf>. Acesso em 01 de novembro de 2013.

Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em 18 de Set de 2013.

_____. Projeto de Lei. **Plano Nacional da educação 2011-2020**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em 18 de Set de 2013.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas**. Rev. Adm. Pública [online]. 2006, vol.40, n.2, pp. 273-287. ISSN 0034-7612

Portal MEC. **Institucional - O MEC - História**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171>. Acesso em 28 de Ago de 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. **Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proplan/files/2013/07/Manual-Indicadores-TCU.pdf>>. Acesso em 28 de Ago de 2013.

ROCHA, João Augusto de Lima; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Anísio Teixeira e a Universidade Nova**. Disponível em: <<http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Conceitos>>. Acesso em 01 de Nov de 2013.

SANTOS, Bruno Lima Patrício dos. **A representação do REUNI no debate do ensino superior enquanto direito**. Educação em Revista, Marília, v.10, n.1, p.29-44, jan.-jun. 2009. Disponível em:<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/viewFile/642/525>>. Acesso em 10 de Fev de 2014.

SAVIANI, Dermeval. **A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidade**. Poíesis Pedagógica - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.4-17. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14035/8876>>. Acesso em 28 de Ago de 2013.

SCHNECKENBERG, Marisa. **A Relação entre Política Pública de Reforma Educacional e a Gestão do Cotidiano Escolar**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 113-124, fev./jun. 2000. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1096/997>>. Acesso em 20 de Nov de 2013.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. **A Evasão no Ensino Superior Brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>>. Acesso em 14 de Nov de 2013

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil: Características, tendências e perspectivas**. UCS, 2007. Disponível em:<http://www.ucs.br/ucs/tplPadrao/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/imprimir/sistema_ensino_superior.pdf>. Acesso em 06 de Out de 2013.

TONEGUTTI, Claudio Antonio; MARTINEZ, Milena. **A Universidade Nova, O Reuni e a Queda da Universidade Pública**. InformANDES ON-LINE, Brasília - DF, 13 set. 2007. Disponível em: <http://executivamess.files.wordpress.com/2011/06/artigo_reuni_v_04092007.pdf>. Acesso em 01 de Nov de 2013.

UFJF. **Plano de Expansão e Reestruturação UFJF 2007**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/arquivos/planoUfjf.pdf>>.

_____. **CONGRAD. Resolução nº 22/2010. Dispõe sobre os Cursos em dois Ciclos, suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.** Juiz de Fora, 2010.

_____. **Bacharelado Interdisciplinar em Arte e Design.** Disponível em: <<http://www.ufjf.br/biad/historico/>>. Acesso em 02 de Ago de 2013a.

_____. _____. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/iad/departamentos/>>. Acesso em 02 de Ago de 2013b.

_____. _____. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/biad/>>. Acesso em 02 de Ago de 2013c.

_____. **Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Exatas.** Disponível em: <<http://www.ufjf.br/cienciasexatas/curso/>>. Acesso em 02 de Ago de 2013d.

_____. _____. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ice/departamentos/>>. Acesso em 02 de Ago de 2013e.

_____. **Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas.** Disponível em: <<http://www.ufjf.br/bach/>>. Acesso em 02 de Ago de 2013f.

_____. _____. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ich/departamentos/>>. Acesso em 02 de Ago de 2013g.

_____. **Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional – UFJF.** Disponível em: <<http://www.ufjf.br/cgco/siga/>>. Acesso em 05 de Maio de 2014a.

_____. **CIAPES-PROGRAD. Coordenação de Inovação acadêmica e pedagógica no Ensino Superior.** Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ciapes-prograd/>>. Acesso em 19 de Maio de 2014b.

_____. **Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos.** Disponível em: <<http://www.ufjf.br/cdara/historico/>>. Acesso em 05 de Maio de 2014c.

_____. **Pró-Reitoria de Planejamento.** Gesquali. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proplan/gesquali/>>. Acesso em 05 de Maio de 2014d.

_____. **Relatório de Gestão 2012.** Juiz de Fora, 2013h.

_____. **Secretaria de Comunicação.** Reitor da UFBA ministra conferência sobre Bacharelado Interdisciplinar. Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2008/10/06/reitor-da-ufba-ministra-conferencia-sobre-bacharelado-interdisciplinar/>>. Acesso em 22 de Maio de 2014.

_____. **Vestibular.** Disponível em: <<http://www.vestibular.ufjf.br/antenido/vestibular-e-pism.>>. Acesso em 02 de Ago de 2013(i).

APÊNDICE

1.QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS

Caracterização do Aluno

1. Curso: _____

Período: _____

2. Ano em que ingressou no curso: _____

3. Sexo: () Masculino () Feminino

4. Idade:

() Até 20 anos () Até 25 anos () Até 30 anos () 40 ou mais

5. Você mora em Juiz de Fora? () Sim () Não

6. Já morava em Juiz de Fora antes de ingressar no curso: () Sim () Não

7. Assinale a alternativa que identifica a sua cor/raça

() Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena

8. Estado civil:

() Solteiro () Casado/ União Estável () Divorciado () Víuvo

9. Possui Filhos? () Sim () Não

10. Trabalha? () Sim () Não

11. Completou o Ensino Médio em escola: () Pública () Privada

12. Possui algum tipo de Bolsa na UFJF? () Sim () Não

13. Tendo por base que o salário mínimo corresponde a R\$ 678,00, qual é o rendimento mensal da sua família?

() Até 1 salário mínimo

() 3 a 5 salários mínimos

() 1 a 2 salários mínimos

() mais de 5 salários mínimos

() 2 a 3 salários mínimos

Percepção em relação ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar

1. Você ingressou no curso através de qual grupo:

() Não optante pelo sistema de cotas () Cotas para Negros de E. Pública

() Cotas para Escola Pública

() Outros. Especifique: _____

2. Por que optou pelo curso de Bacharelado Interdisciplinar:

- Pela formação ampla Formação para o mercado de trabalho
 Pelos cursos oferecidos no 2º ciclo
 Facilidade de acesso no vestibular
 Pelo prazo de conclusão do BI ser menor que outros cursos

3. Qual o seu nível de satisfação com o curso:

- Estou muito satisfeito Estou pouco satisfeito
 Estou satisfeito Estou insatisfeito

4. Em relação à formação você espera:

- Concluir apenas o BI Ingressar em mais de uma área específica
 Ingressar em uma área específica

5. Você conhece as regras de ingresso para o 2º ciclo?

- Sim, e já fiz minha opção Não conheço as regras formalmente
 Não tenho interesse no 2º ciclo
 Sim, mas ainda não fiz minha opção

6. Você se sente seguro em portar apenas o diploma de concluinte do Bacharelado Interdisciplinar?

- Sim Não

7. Você acredita que será um profissional bem sucedido com o diploma de Bacharel Interdisciplinar?

- Sim Não

8. Se você pudesse optar novamente, você escolheria o mesmo curso?

- Com certeza sim Provavelmente não
 Provavelmente sim Com certeza não

9. Você encontra dificuldades para concluir com êxito as disciplinas?

- Sim, mas estou indo bem
 Sim, e não estou indo bem
 Não tenho dificuldades

10. Os professores, em sua maioria, conhecem as necessidades da turma e estimulam os alunos com dificuldades?

- Sim Não

11. Os professores explicam o conteúdo numa linguagem simples e clara?

- Sim Não

12. Você já sentiu algum tipo de preconceito por cursar o Bacharelado Interdisciplinar?

- Não
 Sim, dos familiares
 Sim, dos colegas de outros cursos
 Sim, dos professores

ENTREVISTA DIRETORES DOS INSTITUTOS

Entrevistado:

Tempo de docência na UFJF: _____

Data início da direção: _____

1. Do seu ponto de vista, qual o principal objetivo do Instituto ao implementar o Bacharelado Interdisciplinar?
2. Houve resistência à implementação do BI no Instituto? Você atribui essas resistências a que fatores?
3. Para você, quais as principais vantagens e desvantagens do Bacharelado Interdisciplinar em relação aos cursos de formação tradicional?
4. Em sua opinião os BI's estão sendo implementados seguindo a sua proposta inicial?
5. Ocorreu algum resultado não previsto?
6. Você acredita que exista algum ponto que precisa ser melhorado?
7. Você acredita que o mercado de trabalho está preparado para receber o aluno formado no Bacharelado Interdisciplinar?
8. O fato de o aluno ter que escolher a área que vai seguir ainda cursando o bacharelado, não o faz precipitar na escolha?
9. Considerando a ampliação do acesso ao ensino superior, você observa mudança no perfil do aluno ingressante?
10. Como tem sido o aproveitamento destes alunos em termos de desempenho?
11. As taxas de conclusão no curso estão abaixo do esperado? Você percebe um adiamento por parte dos alunos na escolha dos cursos de 2º ciclo e na conclusão do ciclo básico?
12. Você percebe uma taxa de evasão superior aos demais cursos? Se sim, a que fatores você atribui?
13. Existe alguma política de acompanhamento do desempenho e de recuperação do aluno, visando o êxito acadêmico?
14. Existe algum programa de tutoria para auxiliar o aluno no processo de aprendizagem?
15. Existe algum programa de orientação sobre as possibilidades de prosseguimento da formação oferecidas no 2º ciclo?

ENTREVISTA REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Entrevistado:

1. Qual o principal objetivo almejado pela UFJF com a implementação dos Bacharelados Interdisciplinares (BI's)?
2. Houve resistência à implementação do BI na UFJF? Quais foram?
3. Atualmente ainda existem resistências em relação ao BI?
4. O mercado de trabalho está preparado para receber o aluno formado no Bacharelado Interdisciplinar?
5. Porque se optou pela oferta dos cursos no diurno e não no noturno?
6. Os diretores relataram vários problemas do curso em função do sistema de registro acadêmico. A UFJF pensou em algum tipo de reestruturação administrativa para adaptar o sistema às especificidades do BI?
7. Para você, o sistema de departamentalização nos Institutos pode ser prejudicial ao formato interdisciplinar do BI?
8. Existe uma tendência para implementação dos BI's em outras áreas na UFJF?